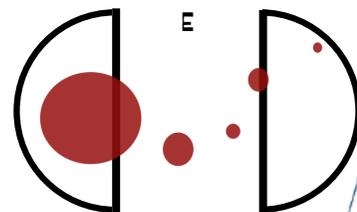


HABITA(RUA)CIONAL

Q
U
E
A
C
O
L
H
E



INGRID SANTOS MOREIRA
ORIENTADA PELA PROFESSORA MESTRA JUREMA MOREIRA CAVALCANTI
COORIENTADA PELO PROFESSOR MESTRE DIEGO CARVALHO CORRÊA

INGRID SANTOS MOREIRA

HABITA(RUA)CIONAL
RUA QUE ACOLHE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
APRESENTADO EM BANCA DE DEFESA DO
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E
URBANISMO, DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA (IFBA) - CAMPUS BARREIRAS, COMO
PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
ARQUITETURA E URBANISMO.

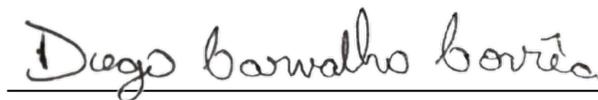
ORIENTADA PELA PROF^ª MA. JUREMA MOREIRA CAVALCANTI
COORIENTADA PELO PROF^º ME. DIEGO CARVALHO CORRÊA

BARREIRAS - BA, 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª Ma. Jurema Moreira Cavalcanti
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
IFBA - Campus Barreiras



Prof^º Me. Diego Carvalho Corrêa
Coorientador e Vice-presidente da Banca Examinadora
IFBA - Campus Barreiras



Prof^ª Jessica Mayana Pereira Silva
Membro Interno da Banca Examinadora
IFBA - Campus Barreiras



Prof^ª Dra. Marina Carmello Cunha
Membro Externo da Banca Examinadora
SENAC - Unidade Jundiáí SP

À Deus, pela força tremenda de sua mão poderosa que me sustentou e me levantou todas as vezes que pensei não mais conseguir. Louvado seja seu santo nome!

À minha orientadora, por ter acreditado em meu tema e aceitado fazer parte do meu trabalho, pelas considerações sempre tão acertadas, pelo apoio e incentivo de todas as orientações, por toda a tranquilidade que me passou e me ensinou. À você, meu carinho, admiração e minha gratidão.

À meu coorientador, por sempre. Por sempre acreditar na minha capacidade, sempre me lembrar que tudo vai dar certo [e dá], sempre me fazer refletir, sempre explorar minha criatividade, sempre trazer uma palavra de afago, sempre estar presente e disposto a ajudar com o que for preciso. Você, além de um excelente professor, é um grande amigo, e por isso, eu sou eternamente grata.

À Loise, minha dupla de toda a graduação, por sua amizade, apoio e incentivo. Você foi fundamental na minha trajetória. À Andressa, minha amiga e parceira de curso, por todo apoio e acalento. Dividimos juntas o peso e aproveitamos juntas a magnitude que é cursar Arquitetura e Urbanismo.

À minha turma que se fez muito unida no começo e depois, sempre que necessário.

À primeira turma, 2016, em especial, Igor, Ezequiel, Alicia e Camila por serem inspiração e apoio, e pelas portas, que abriram com maestria, para os e as estudantes da casa.

Aos professores, que tiveram um olhar humano e sensível para além da profissão, por toda a competência e dedicação.

Ao IFBA, Campus Barreiras, que foi minha segunda casa durante esses anos de formação profissional.

À todos os profissionais que fazem ser possível a existência e permanência dessa Instituição.

Aos meus pais, por todo apoio, dedicação e cuidado, por sempre me incentivarem a ser o que eu quisesse ser e por ter me dado o suporte necessário para isso. Vocês são a minha vida inteira.

À Tony, meu companheiro de vida, por ser minha paz em meio ao caos, por todo amor, paciência e cuidado de todos os dias.

E a todos os meus amigos, em especial Duda e Thai, e familiares que me apoiaram direta ou indiretamente.

Meu muito obrigada, sempre!

RESUMO

A área de Arquitetura e Urbanismo, embora amplamente difundida enquanto artigo de luxo e de acesso restrito à população com alto poder aquisitivo, é uma ferramenta política que pode e deve ser utilizada para o benefício de todos. Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso se volta para as pessoas em situação de rua e o habitar no espaço urbano de Barreiras-BA. A partir de levantamentos bibliográficos, pesquisas e percepções de campo, busca-se mostrar sua [re]existência, e fomentar a discussão de que, como pensar cidades faz parte das atribuições do profissional arquiteto e urbanista, ele tem um papel fundamental no processo de incluir pessoas em situação de rua no planejamento das cidades, ao invés de continuar a reproduzir elementos hostis cujo intuito é expulsá-las dos espaços de rua. Para tanto, neste trabalho foram desenvolvidas diretrizes e propostas projetuais para Barreiras, intervindo para que a cidade seja um lugar mais acolhedor para o público alvo. Habita[rua]cional é sobre o habitar as ruas. E habitar com dignidade em uma rua que acolhe.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Habitar; Espaço Urbano; Acolher.

ABSTRACT

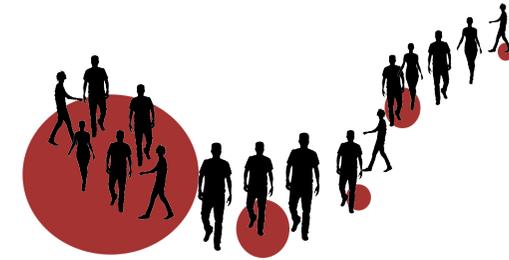
The field of architecture and urbanism, although widespread as a luxury item and restricted to the population with high purchasing power, is a political tool that can and must be used to benefit all. Therefore, this course conclusion work turns to homeless people and the inhabiting in the urban space of Barreiras, Bahia. From a bibliographical survey, research, and fielding perceptions, the aim is to show its [re]existence, fostering the discussion that, since thinking about cities is part of the attribution of the architect and urban planner, they have a key role in the process of including homeless people in city planning, instead of keeping and replaying hostile elements whose purpose is to drive them out of the streets. Therefore, in this work, guidelines and project proposals have been developed for Barreiras, intervening to make the city a more welcoming place to the target audience. Habita[rua]cional [a term created by the author to define what has been proposed] is about inhabiting the streets. And inhabiting with dignity in a hosting street.

Keywords: Homeless people; Inhabiting; Urban Space; Hosting.

SUMÁRIO

PARTE 1 - [RE]EXISTIR.....	pág. 1-4
POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA: EXISTÊNCIA E INVISIBILIDADE	pág. 1-4
PARTE 2 - CIDADE DE/PARA TODOS?.....	pág. 5-15
O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PARA TODOS	pág. 6-7
DIREITO À CIDADE, QUEM TEM?	pág. 8-11
O HABITAR	pág. 12
ESPAÇO PÚBLICO, PARA QUEM?	pág. 13
A RUA	pág. 14
A CASA	pág. 14-15
CASA-RUA: HABITAR O ESPAÇO URBANO	pág. 15
PARTE 3 - RUA QUE ACOLHE: O HABITAR NO ESPAÇO URBANO DE BARREIRAS-BA.....	pág. 16-113
BARREIRAS	pág. 18-32
CARTOGRAFIAS - PERCEPÇÕES EM CAMPO	pág. 33-45
CONTRA-BARREIRAS: INTERVENÇÃO	pág. 46-47
ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE BARREIRAS: ZONEAMENTO E GABARITO DE ALTURA.....	pág. 48-55
CONJUNTO <u>HABITA</u> [RUA]CIONAL	pág. 56-111
REFERÊNCIA PROJETUAL	pág. 58-61
1. DIRETRIZES PROJETUAIS	pág. 62-65
1.2 CASA DE ACOLHIMENTO	pág. 70-95
1.2 RESTAURANTE POPULAR	pág. 95-105
2. AGUADOURO - AMPLEXO	pág. 66-113
CONCEITO/PARTIDO.....	pág. 68-69
2.1 AGUAR E LAVAR	pág. 70-77
2.2 AGUAR A SEDE	pág. 78-83
RETOMANDO O AGUAR E LAVAR.....	pág. 84-103
2.3 AGUAR O BANHO	pág. 104-113
PROCESSO	pág. 114-116
FECHO	pág. 117
REFERÊNCIAS	pág. 118-119

PARTE 1



(RE)EXISTIR

Você já passou por mim
E nem olhou pra mim
(...)
Ninguém viu, ninguém viu
Ninguém acha você
Invisível, invisível
Ninguém acha você

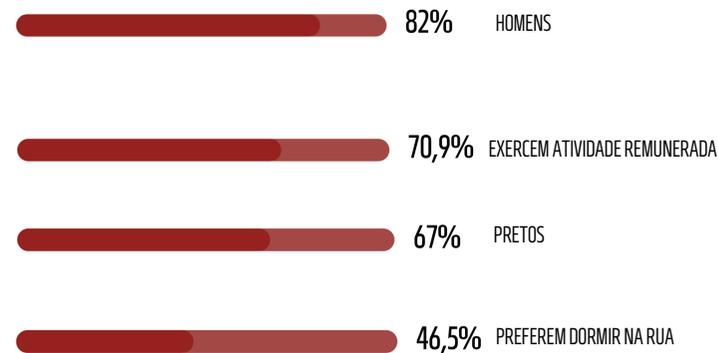
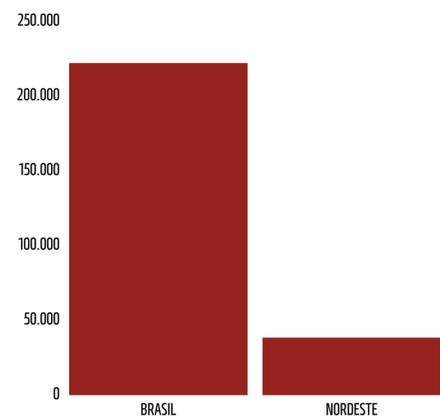
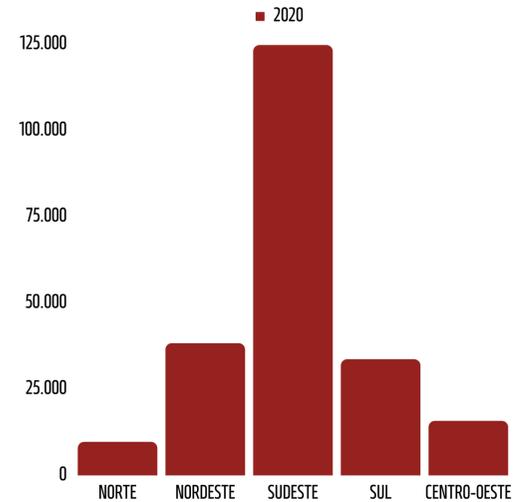
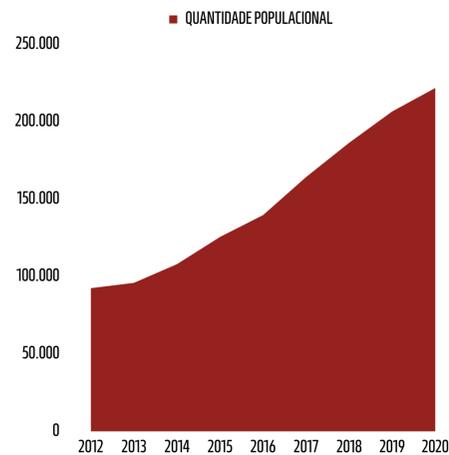
Há maneira de ver
Maneira de ser
Maneira de ter
Maneira de ver
Cara-metade
Cara-metade
Quero te ver na cidade
Invisível - BaianaSystem

POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA: EXISTÊNCIA E INVISIBILIDADE

Diversas são as razões pelas quais as pessoas vão habitar as ruas, e estas razões envolvem questões socioeconômicas, raciais, conflitos familiares, e ou estilo de vida. Dessa forma, acabam por não se enquadrar no que o sistema político-social-econômico hegemônico denominou como morar e são por vezes entendidas como “não-pessoas”. São vistas como um elemento que suja a imagem urbana das cidades que precisa ser removido dos espaços visíveis. É recorrente se referirem a elas como vagabundas, preguiçosas, drogadas, perigosas, sujas, coitadas, indigentes. E no Brasil, estas pessoas são sequer, quantificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e por isso, há certa dificuldade na coleta de dados precisos sobre a quantidade de pessoas que estão nessa situação no país, ainda que em 2020, tenha sido elaborado um projeto de lei, PL 4.498/2020, que prevê a inclusão dessa população no IBGE, mas ainda não foi aprovado.

Segundo Cunha e Rodrigues (2009) a primeira Pesquisa Nacional¹ sobre essa população foi realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 e organizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). O resultado da pesquisa [ver gráfico na página 2] quantifica um total de 37.922 pessoas maiores de 18 anos, destas, 82% são homens, 67% são pretos e pardos e entre os públicos masculinos e femininos, predominam as pessoas com idades entre 26 e 44 anos. Desse número, 46,5% preferem dormir nas ruas a pernoitar em albergues, com a justificativa de que não há liberdade nesses espaços, os horários de entrada e saída são restritos e a rotina local proíbe o uso de álcool e drogas, tornando difícil a adaptação. Por outro lado, os que preferem ficar nos albergues, apontam a violência como principal motivo para não dormir na rua.

¹ Essa pesquisa não abrangeu as capitais São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre porque esses locais já faziam seu próprio levantamento.



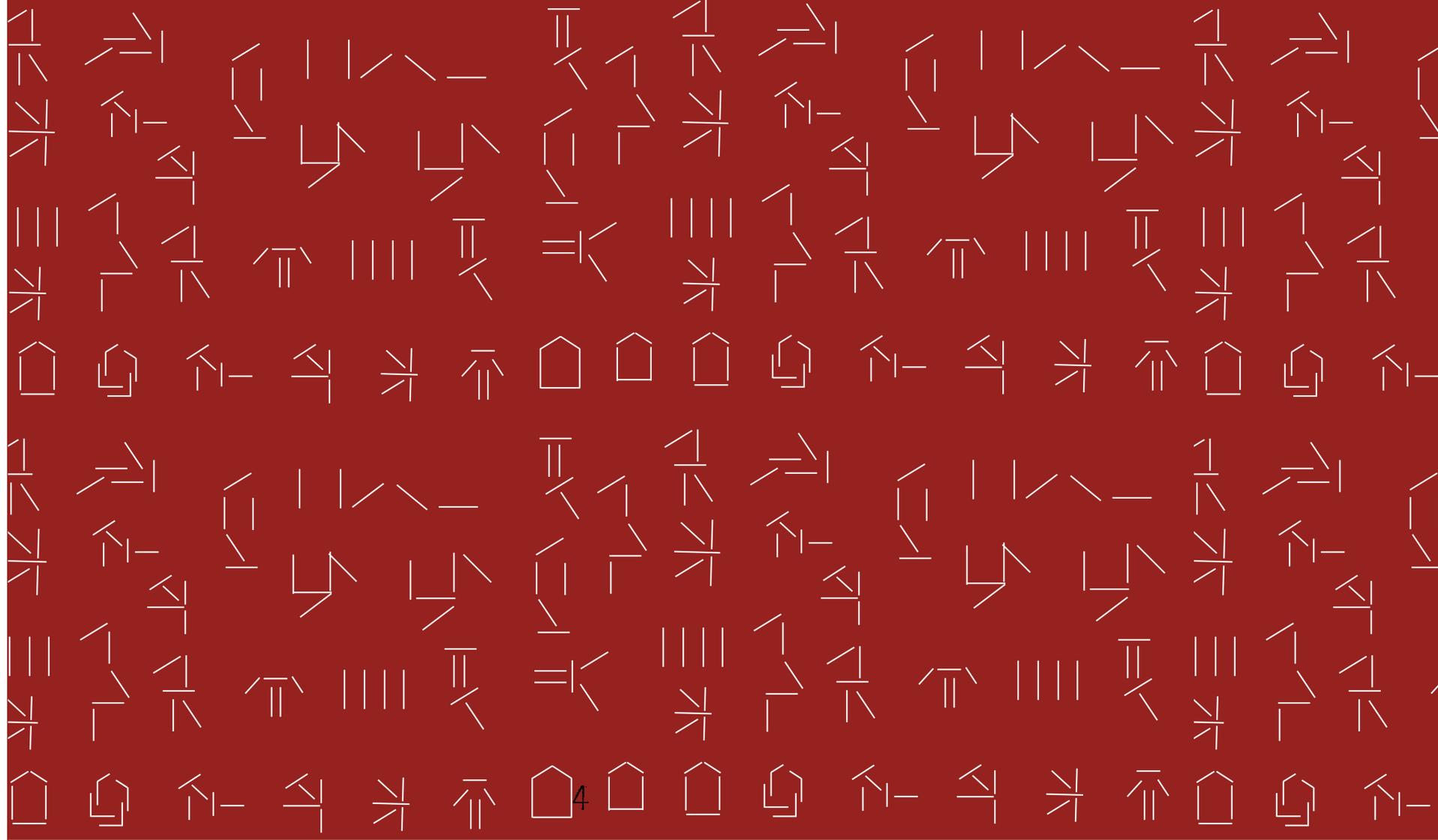
Os números mais recentes são de março de 2020, estimados através de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo Natalino [2020], há 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil, sendo que 124.698, mais da metade delas, estão localizadas na região Sudeste do país, enquanto que na região Nordeste, há 38.237 pessoas nessa situação.

Embora na própria Constituição Federal de 1988, o artigo 5º informe que todos nós somos iguais perante a lei e temos direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, não há garantia de acesso à esses direitos por parte da população em situação de rua, o que implicou na necessidade de organização pela luta por esse acesso. De acordo com a cartilha do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a organização e mobilização das pessoas em situação de rua teve início por volta do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com as pessoas que trabalhavam com a coleta de materiais recicláveis, formando as primeiras associações e cooperativas que foram ganhando espaço nas discussões realizadas no país. Mas foi depois de uma chacina acontecida em 2004, causando a morte de sete pessoas em situação de rua, na praça da Sé em São Paulo, ter sido exposta em nível nacional, que foi iniciada uma mobilização para consolidar, de fato, o MNPR. A própria Pesquisa Nacional de Contagem, de 2007/2008, citada, foi conquistada por esse Movimento,

assim como a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiamRua), instituído através do decreto presidencial nº 7053, em 2009; a instauração do Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, ocorrido entre 2009 e 2010; e a ocupação de espaços políticos e participativos por essa população, como em Conferências, Conselhos da Saúde e Assistência Social.

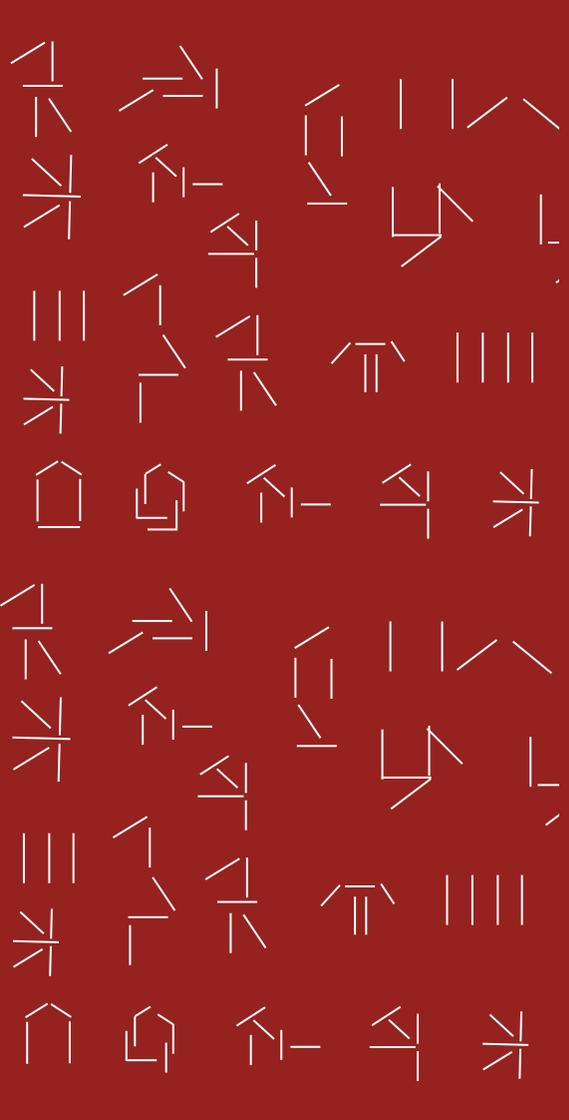
Segundo Priori [2019], a forma como as pessoas em situação de rua são enxergadas sofreu modificações ao longo dos anos, na antiguidade, eram vistas como vagabundas, na Idade Média, ganharam um caráter sagrado, sendo considerados dignos de caridade, e essa percepção vai se alterando na medida em que o capitalismo vai se desenvolvendo, ao passo que elas começam a ser vistas como criminosas, entendendo que não foram capazes de trabalhar. Porém, não se enquadrar na lógica de trabalho capitalista não é o mesmo que não trabalhar, inclusive, de acordo com a Pesquisa Nacional, 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada e 58,6% tem alguma profissão, como catador de material reciclável, flanelinha, trabalhos na construção civil, limpeza, carregador, entre outros.

Quintão [2012], por sua vez, aborda sobre olhar para o morar na rua enquanto realidade existente e problema público no Brasil, discutindo a importância dos arquitetos e urbanistas pararem de se isentar quanto a esse assunto, visto que pensar cidades faz parte de suas atribuições e essa população está presente nelas, insistindo em existir onde os outros insistem em recriminá-la e expulsá-la, na tentativa de fingir a sua inexistência. A população em situação de rua é parte da vida cotidiana nas cidades e é preciso começar a acolhê-la, inclusive no exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.



PARTE 2

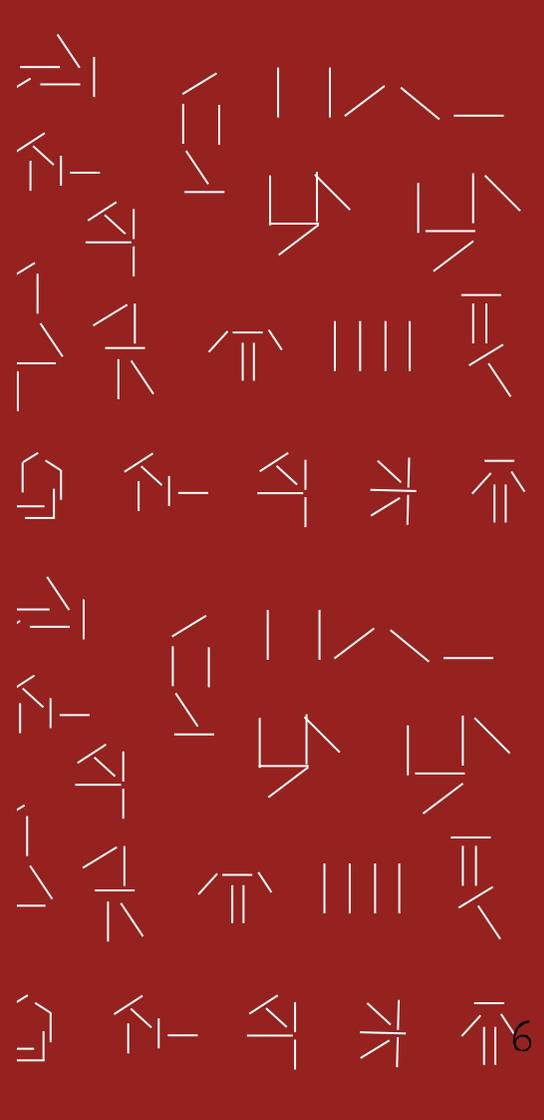
CIDADE DE/PARA TODOS?



Eu sou sujo, eu sou feio, eu
sou antissocial

Eu não posso aparecer na
foto do cartão postal
Porque pro rico e pro
turista eu sou poluição
Sei que sou um brasileiro,
mas eu não sou cidadão

O resto do mundo - Gabriel
Pensador



O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PARA TODOS

Mas por que pensar o espaço urbano enquanto lugar acolhedor, ao invés de buscar uma solução que envolva a retirada das pessoas das ruas? O debate e as propostas relacionadas ao assunto, historicamente objetivam a retirada das pessoas do espaço das ruas e enquadrá-las de volta na lógica capitalista e sedentária de fixar-se em uma moradia e serem reinseridas no mercado de trabalho formal, mas pouco se discute a respeito das pessoas que não se encaixam nessa lógica. Assumir essa realidade foi um dos motivos que me levou a re-direcionar o olhar acerca da proposição para essa população. Além de não haver produção acadêmica a respeito do assunto no âmbito da Arquitetura e Urbanismo na região de Barreiras, Bahia.

A partir das pesquisas feitas através de leituras de artigos, teses, dissertações e de entrevistas, ficou explícito que a oferta de albergues como proposta de acolhimento temporário, não é bem aceita pela população devido à não adaptação às regras locais, uma vez que esse espaço é pensado de maneira vertical, de cima para baixo, trazendo imposições que não fazem parte da realidade do público alvo.

Para além disso, as propostas de habitação social articuladas com cursos de capacitação para reinserção no mercado de trabalho formal não dão conta da complexidade das realidades, necessidades e interesses das pessoas em situação de rua, no que tange a sua relação com o trabalho, logo, voltar o enfoque desta proposta para esse ponto seria pensar mais do mesmo.

O espaço urbano não é pensado para atendê-las, pelo contrário, são feitas proposições para removê-las de lá, tanto pela presença de elementos arquitetônicos hostis, quanto nas políticas públicas existentes voltadas para essa população. Dessa forma, entendendo que a temática envolve questões que ultrapassam a arquitetura e urbanismo, perpassando por questões sociais, econômicas, políticas, de saúde física e psicológica, a temática deste Trabalho de Conclusão do Curso não objetiva encontrar uma solução para propor a remoção dessa população das ruas, mas sim, entender sua dinâmica, assumir a realidade de que existem pessoas que fazem das ruas da cidade de Barreiras sua morada e entender sua relação com o habitar no espaço urbano da cidade, chegando à seguinte problemática: como intervir no espaço urbano de Barreiras-BA, para torná-lo mais acolhedor para as pessoas em situação de rua?

DIREITO À CIDADE, QUEM TEM?

Partindo do entendimento de que historicamente o campo da Arquitetura e Urbanismo se consolidou por uma atuação profissional elitista, uma vez que seus serviços foram predominantemente solicitados pela parcela da população que tinha um alto poder aquisitivo, como afirma De Andrade Abreu (2013), percebe-se que este fato proporcionou aos profissionais da área, a construção de relações com a elite, assegurando assim uma posição elevada na hierarquia social. Essa posição se perpetuou ao longo dos anos, fomentando a reprodução de uma arquitetura de luxo. Entretanto, entendendo que a arquitetura e urbanismo tem como função pensar espaços, e pessoas, sem distinções, ocupam espaços, em suas mais variadas formas, logo, a arquitetura e urbanismo é, ou deveria ser, para todos.

Todavia, a realidade que enfrentamos ainda está muito longe de propagar a inclusão de todas as pessoas ao se pensar espaços, e mais precisamente, cidades. A urbanização aconteceu globalmente de forma acelerada, com isso, sentiu-se necessidade de formular diretrizes urbanísticas para regulamentar a organização do espaço urbano, na tentativa de lidar

com os danos causados por esse evento descontrolado. No Brasil, a implementação da Constituição de 1988 foi um marco importante para o urbanismo nacional, uma vez que a partir dela, passou-se a citar a implementação dos Planos Diretores, e o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) participou da elaboração das propostas, trazendo para o debate, questões relacionadas à moradia, propriedade do solo urbano, o direito à cidade e à cidadania, à função social da propriedade entre outros pontos de pauta. Entretanto, só em 2001, com a surgimento do Estatuto da Cidade, começou-se a colocar de fato em prática algumas partes da Constituição, como a implementação obrigatória de Plano Diretor, para os municípios com mais de 20 mil habitantes e voltou a se discutir sobre a Usucapião Urbana, que estabelecia o direito de concessão da propriedade de terras e imóveis aos seus ocupantes. Em 2005, o Plano Diretor passou a ser chamado de Plano Diretor Participativo, com o intuito de que houvesse a participação popular na elaboração das diretrizes. Apesar dos avanços legais, parte dos instrumentos trazidos no Estatuto ainda são pouco aplicados na prática e

mesmo após 20 anos da sua implementação. A cidade continua excludente, segregacionista e seletiva.

Com o aniversário de 20 anos do Estatuto, alguns debates aconteceram no país acerca da aplicação ou não aplicação dessa legislação e Edésio Fernandes, jurista e urbanista, publicou a obra “20 anos do Estatuto da Cidade: Experiências e Reflexões”, reunindo depoimentos de vários autores sobre a experiência com a norma e no trecho “Jaime Lerner, A Tartaruga E O Estatuto Da Cidade: Indagações De Uma Defensora Pública Alienígena”, Olenka Lins e Silva questiona:

“Afinal, além da população de rua, “onde estão os pobres desta cidade”? Sim, porque a estrutura urbanística criada para este município, motivo de orgulho para seus moradores minimamente abastados, consegue esconder por bastante tempo onde e como vivem os que nada ou quase nada têm. Não fossem as exigências e o público da Defensoria Pública, arrisco dizer que nem eu conseguiria enxergar problemas nesta cidade - mas eles existem. São grandes, volumosos e jogados à força para a periferia - como de costume nacional - suja, esquecida e invisibilizada. E é a partir dessa percepção empírica que se começa a questionar, para se dizer o mínimo, as tais maravilhas urbanísticas estabelecidas nesta cidade. Mais que isso, para quem de fato foi formatada esta cidade? Onde estão os menos favorecidos...? Em que grau os instrumentos de política urbana, de ordem pública e interesse social previstos no Estatuto da Cidade tiveram suas aplicações limitadas por um modelo preestabelecido e engessado, perpetuado pelo que se ouviu dizer que era bom e, portanto, imutável, pois que iniciado por grande nome? Se não se muda o que se está previamente estabelecido - e confortável para os que de pouco precisam -, como se dialoga, como se resolvem as mazelas trazidas pelo aumento populacional, a pobreza e a evidente necessidade de mudança planejada do desenho urbano?” [2021, pg 386]

A aplicabilidade da legislação parece estar associada à parcela da população com alto poder aquisitivo, enquanto viram-se as costas da cidade para as pessoas em vulnerabilidade social, e tentam a todo custo tirá-las dos locais visíveis e transitáveis. No tópico “Direito à Cidade - Qual Cidade?” dessa mesma obra, Márcio Moraes Valença traz uma vivência que retrata sobre como a especulação imobiliária e os interesses de empresas privados interferem no espaço que deveria ser público e promovem a gentrificação urbana, causando a remoção das pessoas em situação de rua dos locais em que ocupam em função da “higienização” e “embelezamento” desse local quando este passa a ser visto como potencial de “crescimento e desenvolvimento”:

“Perto de casa, onde ando com Missy, há uma praçinha onde costumava ver muitos moradores de rua passarem a noite... O entorno da praçinha, no entanto, é ocupado por escolas da elite: de inglês, escola bilíngue canadense, escola infantil, academia, academia de dança, escola de música, etc. Também fica próxima de instituições públicas, como o TRE, de escritórios de advocacia, de outros negócios e residências. Os moradores de rua não são mais vistos na praça nem nas proximidades.” [2021, pg 59]

Além disso, da expulsão explícita, por vezes feita com auxílio da guarda municipal e da polícia militar, é cada vez mais comum encontrar a presença de elementos de Arquitetura Hostil nos espaços urbanos do país, proporcionando uma expulsão velada, uma vez que estes não permitem a permanência das pessoas em

situação de rua nos espaços.

Esse termo, arquitetura hostil, começou a ser amplamente utilizado após ser mencionado na matéria do repórter Ben Quinn no jornal britânico The Guardian, e se refere a uma abordagem do desenho urbano que influencia tanto no comportamento das pessoas quanto em seu convívio e é utilizado como forma de expulsar a população em situação de rua dos centros urbanos. A implementação de pedras debaixo de viadutos, gradeamento em praças, implementação de mobiliários com formas que condicionam seu uso para que seja possível apenas sentar-se, impossibilitando por exemplo, que se deitem, uso de pregos em locais em que as pessoas em situação de rua são vistas dormindo, entre outros, são exemplos dessa abordagem. Mas as pessoas em situação de rua existem; falar sobre elas não significa estimulá-las na ocupação das ruas, do mesmo modo, fechar os olhos para essa realidade, e insistir na expulsão dessas pessoas dos locais em que elas ocupam, não vai fazer com que elas desapareçam. É preciso incluí-las nas propostas urbanísticas. As cidades precisam ser pensadas de forma a incluí-las em seu planejamento. A arquitetura e o urbanismo devem ser utilizados como ferramenta política de inclusão.

Quanto a isso, é importante abordar a respeito da Lei 14.489 - Padre Júlio Lancelotti, promulgada no dia 21 de dezembro de 2022, alterando a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 [Estatuto da Cidade], e tem como objetivo proibir o uso da arquitetura hostil em locais de usos públicos, permitindo assim o acesso das pessoas em situação de rua nesses espaços. O Padre Lancellotti, cujo projeto de Lei recebeu o nome, luta constantemente a favor dessa população, chegando até a remover elementos construtivos hostis de determinados espaços.

“Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?” – MILTON SANTOS



FONTE: MATHEUS PEREIRA COM EDUCAÇÃO DA AUTORA



FONTE: MATHEUS PEREIRA COM EDUCAÇÃO DA AUTORA



FONTE: MATHEUS PEREIRA COM EDUCAÇÃO DA AUTORA



FONTE: CHRISTOPHER THOMOND (APUD ARCHDAILY) COM EDUCAÇÃO DA AUTORA

“Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir, eu vou cantar. Quando as cercas caírem do chão, Quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar. Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então os jasmims vão perfumar. Vai ser tão bonito se ouvir a canção, cantada, de novo No olhar da gente de irmãos, reinado do povo.”

Utopia – Zé Vicente

O HABITAR

Quando se pesquisa sobre habitação, tanto em sites gerais quanto nos específicos da área, como o do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, a ênfase dada ao habitar relaciona-se com o espaço edificado e muito se debate sobre essa forma de habitação, suas atuais condições, propostas de melhoria, exemplos do que consideram uma boa habitação, entre outros. Mas esta é a única forma de habitar? As pessoas em situação de rua não são habitantes, então? O que se configura enquanto habitar?

Pensando nisso, foi iniciada uma busca sobre o que alguns autores propõem a respeito desse conceito e através do pensamento de Heidegger [1954/2012], foi encontrada uma definição de habitar que se enquadra como mais inclusiva e menos reducionista, uma vez que ele aborda um habitar que transpassa a edificação e percorre todo e qualquer espaço em que o ser humano se apropria. Para ele, habitar é intrínseco ao ser humano, de forma que por ser, nós consequentemente, habitamos, desde que haja apropriação do local em que estamos, ou seja, para habitar é preciso ser e se apropriar. Penso Sendo, logo existo habito. Dessa forma, entende-se que as pessoas em situação de rua habitam o espaço urbano, uma vez que elas existem nesses ambientes e se apropriam deles.

ESPAÇO PÚBLICO, PARA QUEM?

Partindo da premissa que este espaço apropriado é, ou deveria ser público, e como visto, o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira informa que não há distinção de qualquer natureza entre as pessoas. Sendo assim se todos são iguais perante a lei e o inciso XV deste mesmo artigo afirma que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” [1988], então por que as pessoas em situação de rua são constantemente expulsas dos espaços públicos, com um discurso que insiste em garantir que elas não podem permanecer nesses espaços? Há então, incorporado pelo sistema, um tempo definido de permanência e um padrão de corpos permitidas à circular nesses espaços?

Questiona-se então, o que é um espaço público e quem pode ter acesso à ele. Para Ascher [1995 apud Narciso, 2009], é um espaço que faz parte do território urbano, de posse coletiva, uso comum, mas pertence ao poder público, o que influencia diretamente em como esses espaços são pensados e quais as interferências e ações vão ocorrer neles.

Narciso [2009] escreve que o “capitalismo encontrou no urbanismo uma nova forma de reprodução do capital”, isto é, a lógica urbana está cada vez mais influenciada pelo sistema mercadológico e as empresas privadas interferem cada vez mais no que deveria ser público, fomentando, por exemplo, a gentrificação, com a expulsão das pessoas que habitam as ruas, a fim de tornar os espaços atrativos e invisibilizar o que para eles é visto como sujo e feio. A cidade precisa estar “bonita” para atrair mais e mais consumidores, logo, maquam esse espaço.

A RUA

Segundo o dicionário Oxford, a rua é uma via pública urbana, ladeada de casas, prédios, muros ou jardins. Mas, para além dessa definição, é comum ouvir a rua sendo definida como sinônimo de algo ruim, quando dizem “não quero ver você brincando com esses meninos da rua”, se referindo aos “meninos da rua” em tom pejorativo, geralmente por acreditar que por estarem com frequência na rua, não são boa influência, ou a expressão “mulher de rua” oposta à “mulher de família”, considerando que a mulher de família tem bons princípios e é validada enquanto “apropriada” para casar-se e a mulher de rua é considerada “vivida”, tendo passado por várias experiências amorosas e consequentemente, de acordo com a lógica machista e patriarcal, não é digna do casamento. Assim como é utilizada enquanto oposto à casa, exemplo disso é a frase “não para em casa, só vive na rua”, usada para se referir às pessoas que saem muito e passam pouco tempo em sua casa. Mas o que faz com que a rua seja vista de maneira tão negativa, perigosa e distante da casa?

A CASA

O início do processo de sedentarismo, de acordo com Pista [2012], é datado em 10 mil anos, e foi dado a partir de um conjunto de fatores, incluindo a adequação às mudanças climáticas, a introdução da agricultura e a domesticação animal. Mas, a pressão pela sedentarização sofreu um impacto maior a partir da revolução industrial e tecnológica. Ainda assim, o nomadismo não deixou de existir com a emergência do sedentarismo, e as práticas nômades continuam a acontecer na atualidade, entre vários grupos populacionais, que não costumam se fixar nem em um ponto específico da cidade, quanto menos em uma cidade só. Entretanto, a ideia de propriedade privada e a necessidade de se ter uma casa, seja ela própria ou alugada está enraizada enquanto padrão normativo ao ponto de configurar uma exigência de comprovação para todo tipo de cadastro em instituições de saúde, educacionais, contratos empregatícios, etc. O próprio censo demográfico do Brasil é feito através das residências, como se para existir, fosse preciso ter antes de tudo, uma casa; casa esta, que se configura enquanto estrutura convencional de paredes edificadas, cobertura e esquadrias.

Mas será que essa é a única definição possível de casa? De acordo com o dicionário Oxford, casa é um edifício de formatos e tamanhos variados, contendo um ou dois andares, que quase sempre é destinado à habitação, mas também se configura enquanto família e/ou lar. Para adentrar um pouco mais na questão, foram introduzidas conversas cotidianas com algumas pessoas, na tentativa de entender o que a casa significa para cada uma delas e o que faz com que esse espaço [casa] seja entendido como seu [lugar] e não como uma casa qualquer. Ao longo dessas trocas, a casa foi reconhecida como abrigo, associada à segurança e conforto, entendida como espaço que atende à necessidade físicas e ao qual foi atribuído valor sentimental, afetivo e de lembranças. De tudo o que me chegou, nada foi dito sobre a arquitetura do espaço edificado em si, o que leva de volta para a pergunta o que é casa, afinal, senão a apropriação do espaço, seja ele qual for?

CASA-RUA: HABITAR O ESPAÇO URBANO

Seguindo essa lógica, De Certeau [1980] afirma que o “espaço é um lugar praticado”, assim, a rua, mesmo quando delimitada pelo campo do urbanismo como objeto de sua intervenção, é transformada em lugar por aqueles que dão uso à ela. Então, entendendo que a casa é um lugar de morar, se o morar, problematizado nesta pesquisa, se configura na rua, é possível afirmar que a rua também pode ser entendida enquanto casa. Dessa forma, nota-se que as pessoas em situação de rua são agentes transformadores deste espaço, uma vez que suas práticas cotidianas, as transforma em lugares de dormir, trabalhar, estar, viver e morar; uma casa nua, despida das peles estruturais convencionais, mas que, para aqueles que nela vivem, entendida como casa. Casa nua, casa sua, casa rua.

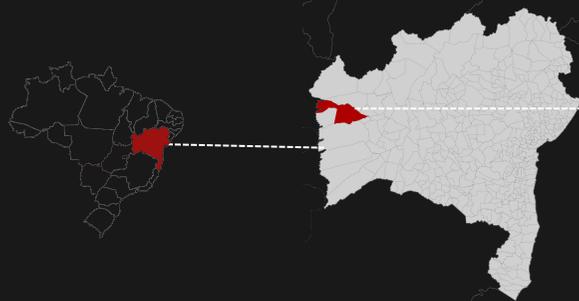
PARTE 3



**RUA QUE ACOLHE: O HABITAR NO
ESPAÇO URBANO DE BARREIRAS-BA**

BARREIRAS

Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
A Casa - Vinicius de Moraes



Agora, entendendo as pessoas em situação de rua enquanto habitantes de um espaço público em que por lei, elas têm direito de permanência, o local de análise desse habitar o espaço urbano é a cidade de Barreiras, minha cidade de nascimento e residência, localizada na região oeste da Bahia, com 131 anos de existência e que teve seu crescimento iniciado às margens do Rio Grande, onde hoje é localizado seu Centro Histórico. Sua população estimada para 2021, pelo IBGE, é de 158.432 moradores de casa, sim, até porque vimos aqui que habitantes não são apenas esses calculados pelo IBGE, certo?



Barreiras está vinculada a uma imagem de desenvolvimento e progresso, amplamente difundida e articulada ao crescimento do agronegócio na região. Tal ideia de desenvolvimento vem produzindo um processo de verticalização nas áreas centrais, intensificando a disparidade na alocação de recursos, públicos e privados, entre as áreas centrais e os bairros localizados no seu entorno. Explicitando assim uma cidade pensada e desenvolvida apenas para quem tem alto poder aquisitivo, fomentando um processo, infelizmente, corriqueiro no Brasil, a remoção e/ou deslocamento da população pobre do centro, num processo gentrificador que maquia a cidade, ao passo em que invisibiliza essa outra realidade. Mas, como tem sido discutido, essa realidade existe e a cidade precisa ser pensada a partir dela também.

Ao pesquisar a história de Barreiras através de idas ao Museu Municipal, não foi possível encontrar dados, fotos ou fatos referentes à população em situação de rua, reforçando a concepção de sua inexistência na história da cidade, sendo inclusive mencionado pelo guia que estava auxiliando a visita que ela não existia. A invisibilização dessas pessoas não faz parte apenas do cenário atual, é um processo antigo e enraizado, pois a história divulgada e convencionada, é contada a partir da visão de uma classe dominante.

Ao entender que a inexistência de registros históricos reforçava o discurso de invisibilidade e inexistência da população em situação de rua, foi decidido desviar dessa busca para iniciar outras. Nas andanças e rotas feitas de moto pela cidade a fim de observar essa população e sua relação com o habitar no espaço urbano de Barreiras, foi percebido que é comum encontrar pessoas em situação de rua trabalhando, circulando e/ou dormindo majoritariamente pelas áreas comerciais do centro da cidade, na BR242, na feira e no centro histórico.



Nessas observações, destacou-se a inserção recente de uma placa de proibição das práticas de necessidades fisiológicas, localizada no cais da cidade. O cais fica localizado no centro histórico, local que tem sido alvo de interesse do mercado imobiliário e foco de atenção do poder público². E é possível notar como essa atenção focada no centro histórico tem tornado elitizado o público.

A placa é uma ação prática que direciona os usos para o público elitizado que passa a frequentar o local ao passo em que proíbe práticas desempenhadas pelas pessoas em situação de rua, afastando-as desse espaço, maquiando-o. Essa área do rio é bastante utilizada por essa população para realizar suas necessidades, sua higiene e a solução do poder público para esse problema é colocar uma placa que proíbe esse uso? Cadê os banheiros públicos? Quando se realiza eventos na cidade, os banheiros químicos públicos, e até pias, aparecem, mas logo após se encerrar, eles somem novamente. Se a cidade não dispõe de equipamentos públicos que suprem a necessidade das pessoas, elas precisam encontrar outros meios para isso.

² Foi realizado um concurso de projetos promovido pela prefeitura intitulado: Projeto "História Viva" Cidade do Futuro que preserva seu passado. Fizeram parte deste, algumas edificações históricas localizadas no Centro Histórico e na Margem Histórica (MORAES, 2022) da cidade.



FONTE: AUTORA



FONTE: AUTORA



FONTE: AUTORA

PDU

Além das andanças, outra fonte de pesquisa utilizada foi o Plano Diretor Participativo de Barreiras - PDU, documento que menciona em seu texto a existência de pessoas em situação de rua no item de Proteção Social Especial, o qual tem por objetivo prestar assistência às famílias e indivíduos em situação de risco. Para atendimento a essa população, o documento faz referência à dois equipamentos existentes: o Centro Especializado de Atendimento à População em Situação de Rua - Centro POP e o Abrigo-Mãe. Faz parte também das Propostas e Metas do Desenvolvimento Social presente no PDU, ampliar a Rede de Atendimento à População em situação de rua com a implementação de uma casa de Acolhimento e a construção de equipamento de lavanderia no Centro POP. Entretanto, embora esteja presente no PDU, atualmente o Abrigo-Mãe não atua mais no atendimento às pessoas em situação de rua.

Órgãos de apoio atuantes na cidade:

Com a realização da visita ao Centro POP foi possível identificar também, como apoio à população em situação de rua, a Secretaria de Ação Social e Trabalho [SEMAST], sendo ambos, órgãos vinculados à

Prefeitura Municipal, e a existência do albergue São José, mantido pela Diocese e contratado pela Prefeitura Municipal. Todos esses órgãos citados se localizam distantes do centro, onde essa população se concentra, dificultando assim seu acesso.



CENTRO POP

É um centro de convivência e atendimento a pessoas em situação de rua vinculado com a Prefeitura Municipal, que funciona em horário comercial, das 8 às 12h e das 14 às 18h. Oferece informações a respeito dos direitos delas e como é possível acessá-los, auxilia na regularização de documentações pessoais, possui espaço para higiene pessoal e lavanderia, fornece o encaminhamento do público, quando necessário e solicitado, para instâncias médicas, albergues, comunidades terapêuticas, centros de recuperação; viabiliza compra de passagens e efetua a inserção daqueles que os procuram no Cadastro Único, que é um registro de informações de pessoas de baixa renda.

Além disso, o Centro POP oferece atividades e oficinas temáticas como de reciclagem, de pintura, de beleza [com a presença de algum profissional da área] palestras e campanhas; também realiza o Cine POP que acontece às sextas-feiras, no qual o público assiste filmes e participa de discussões sobre a temática abordada; os trabalhos são feitos coletivamente e os frequentadores ajudam na horta e na limpeza do espaço, além de auxiliar na organização de eventos e decoração do espaço, como a confecção de bandeirolas para o São João [aspecto verificado durante visita de campo ocorrida nas semanas anteriores às festas juninas].

Anteriormente, o centro também fornecia alimentação, entretanto após a existência e funcionamento do Albergue São José, passou a oferecer apenas lanches e encaminhar as pessoas para se alimentarem no Albergue.

O espaço fica em um terreno grande, mas a edificação é pequena, sendo composta por uma recepção onde fica uma assistente administrativa, uma sala de coordenação com a presença de uma coordenadora, uma sala de atividades coletivas composta por duas educadoras sociais, uma sala de equipe multidisciplinar com um psicólogo, uma estagiária em psicologia e uma assistente social, um porteiro e um motorista; um banheiro interno para funcionários, três banheiros com acesso externos, sendo dois deles masculinos e um feminino, devido à grande maioria dos frequentadores serem homens, uma copa e uma lavanderia com acesso externo e um espaço coberto com mesas grandes onde são feitas refeições e tecidas relações de convivência. As paredes internas do muro estão cobertas por pinturas feitas pelos frequentadores.

Durante a visita feita ao local, em conversa com o psicólogo, um dos temas enfatizados foi o aumento do número de pessoas em situação de rua, intensificado durante a pandemia da COVID-19, além disso, foi bastante reforçada a dificuldade de tirá-los dessa situação e

reinseri-los no mercado tradicional, questionando sempre a não adesão deles à estadia no albergue por não se adaptarem às regras, como a do não uso de drogas e horários fixados de entrada e saída. Foi colocada também a questão da ineficiência de políticas públicas referentes à saúde mental, combate às drogas e apoio aos conflitos familiares, ressaltando a dificuldade em restaurar esses vínculos entre esta população e sua família, o que muitas vezes é a razão da permanência nas ruas.

Não há limite de tempo para a pessoa ficar cadastrada no centro e esse cadastro é feito através de uma triagem, na qual a pessoa é encaminhada à equipe técnica para entender quais suas necessidades e demandas, para assim prestar o serviço necessário e encaminhar para as instâncias cabíveis.

A quantidade de pessoas que frequentam o espaço varia muito, há dias em que esse número chega até 20 e há dias que não passam de 10. Muitos deles são moradores da cidade, mas também há os que estão só de passagem.

Quando há necessidade de arrecadação de vestimentas para os frequentadores, são realizadas campanhas de doação e o kit higiene é oferecido pelo próprio Centro.

SEMAST

A visita à SEMAST foi realizada com o intuito de conseguir a permissão para acesso aos dados quantitativos da população em situação de rua em Barreiras. Embora não tenha sido possível o acesso aos dados requeridos, durante o encontro, a secretária descreveu a atuação das equipes que fazem abordagem das pessoas em situação de rua, cujo objetivo é retirá-las de lá, direcionando-as, majoritariamente ao Albergue, porém essa imposição não é aceita por muitos, o que leva a questão da abordagem policial e tentativa de remoção forçada, evidenciada como instrumento necessário.

Outro ponto abordado foi a situação psicológica em que se encontram muitas das pessoas que vão morar na rua, sendo relatados traumas vividos e a necessidade de permanência nas ruas como forma de autopunição.

Quanto aos dados, após alguns meses esperando o retorno, foi encaminhado um endereço eletrônico que leva a um site que durante semanas de tentativas aparecia sempre em manutenção e depois, passou a apresentar uma mensagem informando que não era permitido o acesso, não sendo possível, então, coletar essas informações.



ALBERGUE SÃO JOSÉ

O Albergue São José se localiza no bairro Barreirinhas, na Av. Paulo Afonso, desde a sua fundação. É vinculado à Diocese de Barreiras e teve seu primeiro projeto iniciado em 2000, mas acabou se encerrando em 2003 devido ao desentendimento ocorrido entre as pessoas em situação de rua e os colaboradores do espaço. Entretanto, em 2007, o projeto foi retomado e o edifício sede do Albergue começou a ser reformado, uma vez que o espaço não comportava bem a quantidade de pessoas que atendia. Essa reforma foi iniciada através de mutirões e doações de participantes dos grupos da igreja, mas só em 2020 a obra foi finalizada, contando com o patrocínio da FUNDESIS [Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia].

Com o início da pandemia em 2020, houve um aumento significativo dessa população, com isso, a Prefeitura Municipal iniciou um contrato com a Casa de Retiro São Bento³, para que pudesse abrigar um maior contingente de pessoas em situação de rua, entre abril e dezembro de 2020. Nesse momento, houve uma maior restrição com relação ao fluxo de entrada e saída da Casa, justificada enquanto medida de segurança aplicada durante o isolamento social, por isso, as pessoas que desejassem sair, não poderiam retornar ao espaço. Em janeiro de 2021, a Prefeitura encerrou o contrato com a Casa São Bento e fechou um contrato com o Albergue São José, que finalizaria em junho de 2022, mas se estendeu até dezembro no mesmo ano. Essa casa de apoio

no início, recebia as pessoas em situação de rua por um período de no máximo 7 dias, entretanto, com o contrato, passou a abrigá-las até que se encerrasse este projeto. O local hospeda no máximo 25 pessoas e funciona 24h por dia, porém, as pessoas em situação de rua só podem entrar até 19h, e, caso queiram almoçar, precisam chegar até as 12h. Outra regra do Albergue é a proibição do uso de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, para tanto, ao adentrar o espaço, as pessoas são revistadas para conferir se não estão portando algum item não permitido. Além disso, não aceitam que cheguem lá alcoolizados ou sob efeito de alguma droga.

O Albergue conta com um espaço de convivência externo coberto, localizado na entrada da edificação, uma recepção, uma sala de coordenação, uma sala para o setor de psicologia, uma cozinha, uma lavanderia, um depósito, um espaço de refeitório com televisão, cinco suítes com cinco camas em cada, e uma área externa com uma estante de livros ao fundo da edificação.

Após o encerramento do contrato com a prefeitura, o espaço não receberá mais essa população, o público atendido será composto por famílias desabrigadas por algum desastre, acompanhantes de pacientes de hospitais ou estudantes que vierem fazer cursos de no máximo 3 meses na cidade.

O questionamento que se instaura é: para onde essas pessoas serão direcionadas após o encerramento do contrato? O discurso municipal a respeito da temática chega a ser contraditório, uma vez que fica muito explícita a intenção de retirada das pessoas das ruas, mas não há um local estruturado para acolhê-las.

³ A Casa de Retiro São Bento é um espaço de retiro religioso que foi utilizado como apoio às pessoas em situação de rua apenas nesse período pandêmico, que gerou uma maior demanda de espaço, sendo este insuficiente no Albergue São José.





FONTE: GOOGLE EART, COM EDIÇÃO DA AUTORA

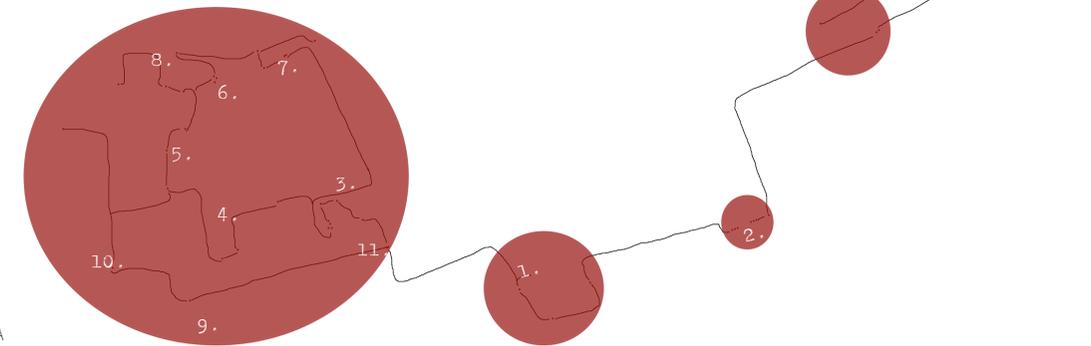
30

FONTE: AUTORA

Após as visitas realizadas aos pontos de apoio à população em situação de rua existentes na cidade, foi estabelecido um percurso feito de moto saindo do Bairro Boa Sorte (minha residência) até o centro da cidade e retornando para o ponto de partida. Este percurso foi realizado em horários e dias da semana diferentes, durante 2 semanas, com o intuito de mapear a presença e as atividades dessa população nos espaços urbanos de Barreiras, o objetivo era entender as mudanças na apropriação e nos usos realizados nos diferentes dias e horários, além da busca por delimitar um espaço para a possível intervenção futura.

Realizado o percurso, foram identificados alguns pontos com a presença recorrente da população em situação de rua, sendo eles:

1. Rua das Americanas (Rua Princesa Isabel);
2. Beco da Feira ⁴;
3. Praça das Corujas;
4. Praça da Igreja São João;
5. Praça de Alimentação;
6. Estacionamento do Cais;
7. Praça do Cais;
8. Cais;
9. Sinal do Bob's (Rua Ruy Barbosa);
10. Sinal do Katão (Rua Barão de Cotegipe);
11. Sinal da Vitória (Rua Coronel Magno);



⁴ Beco entre espaços da Feira de Barreiras onde foram observadas apropriações de pessoas em situação de rua.

31

Após isso, foi iniciado um processo de observação das práticas realizadas. O método escolhido inicialmente foi a Deriva Parada proposta por Janaína Bechler (2012), porém ao ir à campo, a partir das percepções locais e da singularidade da pesquisa em questão, percebeu-se a necessidade da utilização de métodos próprios.

A deriva parada de BECHLER apresentada na revista Redobra n.10, consiste no posicionamento do observador no espaço escolhido, por um período de tempo definido, observando a dinâmica do lugar, sem que haja necessidade de estabelecer foco em um público específico. A observação se repete por vários dias, sempre no mesmo espaço, inicialmente em dias, horários e com duração variados, após a sequência de retornos ao local, fixa-se um dia, horário e tempo de duração da observação. No campo realizado nesta pesquisa, foi mobilizado uma junção de deslocamentos e observações paradas em locais diferentes, em dias diferentes e com tempos de duração diferentes, com o foco específico na população em situação de rua. Essa modificação na metodologia proposta se deu em função da percepção feita durante a realização dos percursos de moto em que a presença de pessoas em situação de rua foi verificada em diferentes espaços.

A partir desta constatação, foi entendido que os espaços precisavam ser melhor observados para que pudesse tecer análises mais conclusivas sobre as dinâmicas próprias de cada um e a apropriação feita pelas pessoas em situação de rua.

O tempo de duração de cada observação foi sendo determinado a partir da dinâmica que acontecia em cada ponto, variando entre 10, 20, 30 minutos ou até 2 horas. Os dias da semana e os horários escolhidos para a permanência também variaram em função da dinâmica percebida em cada lugar, uma vez que, o fluxo de pessoas e as práticas realizadas variam entre dias úteis e fins de semana. Do mesmo modo, as dinâmicas são distintas entre o período da manhã, momento em que o trânsito está intenso, e a noite.



CARTOGRAFIAS – PERCEPÇÕES EM CAMPO

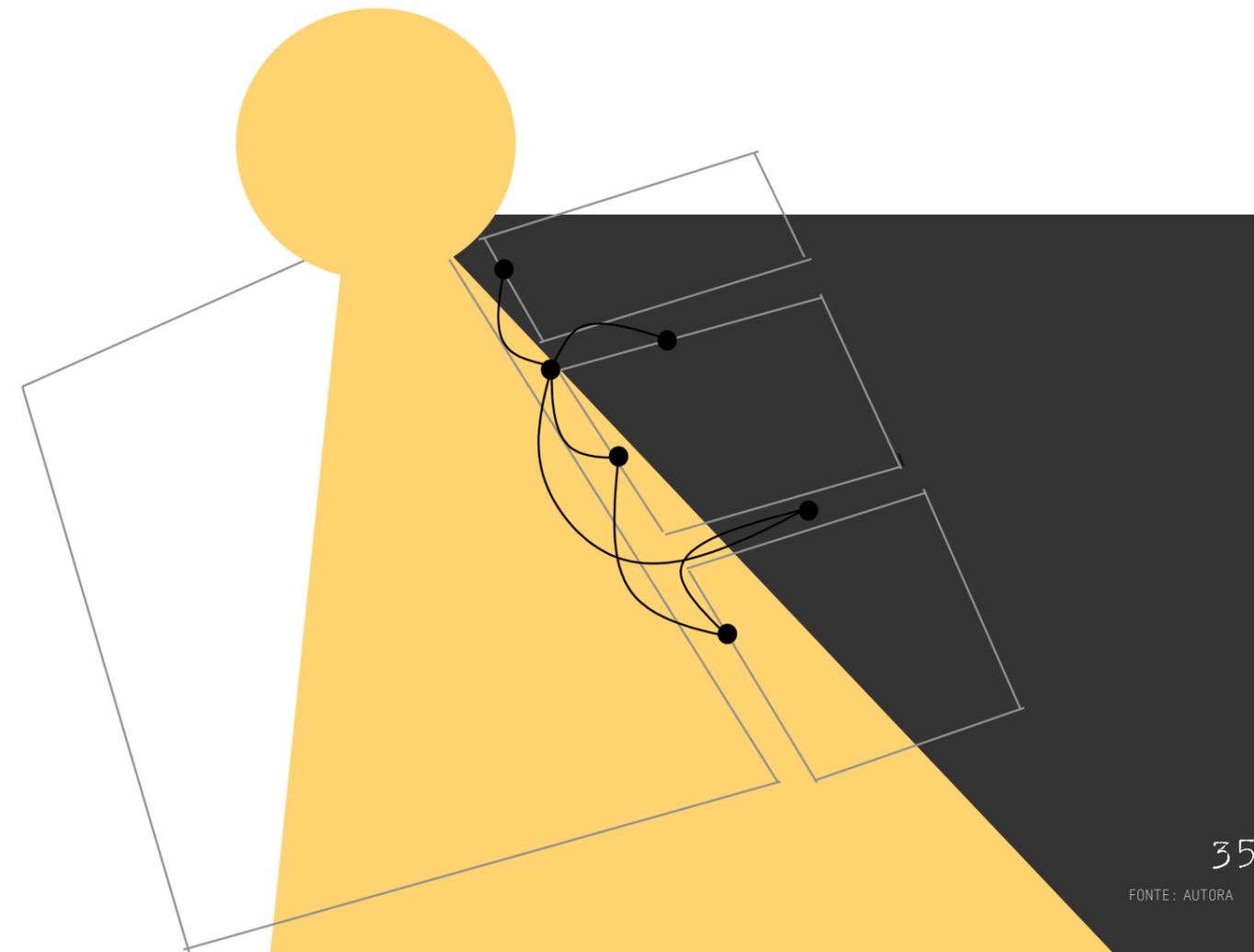
Após as idas à campo e a realização das observações, foram percebidas práticas mantidas pelas pessoas nas ruas, ainda que não tenha sido possível precisar se todas estas estão de fato, vivendo em situação de rua enquanto moradoras, de forma que o público observado durante o trabalho de campo na cidade de Barreiras, englobou também, alguns tipos de trabalhos informais praticados nas ruas. Sendo assim, a partir dessa etapa do trabalho, quando lê-se pessoas em situação de rua, entende-se que faz-se referência também a estes trabalhadores de rua.

Além disso, o movimento constante presente nas configurações cotidianas desse público foi notado, assim como as formas que esse movimento pode ser impulsionado por diferentes fatores. Na rua das Lojas Americanas, o movimento é direcionado pelo sol: à medida em que a sombra gerada é projetada na rua, os trabalhadores se deslocam a fim de se posicionarem fora dela, onde a luz do sol está incidindo com mais força, visto que sua função é proteger os veículos dessa incidência. Nos sinais, o movimento acontece no tempo do semáforo, entre o vermelho e o verde, eles fazem sua apresentação artística, e percorrem os veículos em busca da remuneração financeira até que o sinal abra novamente. Já no estacionamento do cais, o movimento é liderado pelo fluxo de veículos, visto que os trabalhadores ajudam na manobra feita pelos motoristas e ficam a observar enquanto os proprietários estão longe, para que não aconteça algo que atinja esses veículos. Dessa forma, foi entendido como importante cartografar esse movimento que é constante porém, diferente em cada espaço.

Primeira ida à campo - observação



34



35

FONTE: AUTORA

Decidi começar pelo ponto 1 (ver figura na página 34), a rua das Americanas, onde é possível encontrar pessoas em situação de rua que protegem os veículos da incidência direta do sol, fazendo uso de papelão para cobri-los. Ao chegar, logo procurei uma sombra, visto que ficaria parada por um tempo. Encontrei-a na calçada em frente a Le Biscuit e ali fiquei.

Estar parada em uma rua onde o movimento é constante atraiu olhares confusos. Estar parada, com um caderno na mão, anotando, em uma rua onde o movimento é constante, atraiu não só olhares confusos como também duas interlocuções.

A primeira foi de um dos trabalhadores que quis saber com o que eu trabalhava e qual o motivo de estar ali fazendo tais anotações, expliquei que era estudante de arquitetura e urbanismo e estava fazendo um trabalho de campo, mesmo com um olhar desconfiado me desejou boa sorte e um bom dia.

A segunda, foi após sair da frente da Le Biscuit e me direcionar para a frente de uma clínica odontológica; uma vez ali, sentei-me em um banco de concreto que estava vazio. Após um tempo de permanência, um

funcionário, entendendo que eu estaria esperando algo ou alguém, questionou se eu não queria entrar para esperar lá dentro, mas respondi que não era necessário e agradei.

Eu estava a observar o movimento daquele rapaz que veio até mim perguntar o que eu fazia ali, e me chamou atenção a forma como o movimento dele era acionado pelo sol, pela sombra e a falta dela. O seu trabalho era proteger os veículos do sol, colocando papelão nos para-brisas dos carros e nos assentos das motos, conforme a tarde ia passando, a posição da sombra ia mudando e ele ia se deslocando mais para cima ou mais para baixo da rua, para onde não estava sombreado, sempre em busca da luz do sol, para fazer seu serviço, entretanto, ao esperar mais veículos chegarem, sempre se posicionava em algum espaço sombreado.

Conforme chegava mais próximo do sol se pôr, o movimento foi diminuindo, e seu equipamento - os papelões - começaram a ser empilhados, um em cima do outro, em um cantinho da calçada.

Comecei então a me deslocar pelas quadras para entender o que acontecia naquele entorno, dando mais de uma volta em cada uma delas, até chegar na rua da feira, em um beco que

foi nomeado como Ponto 2.

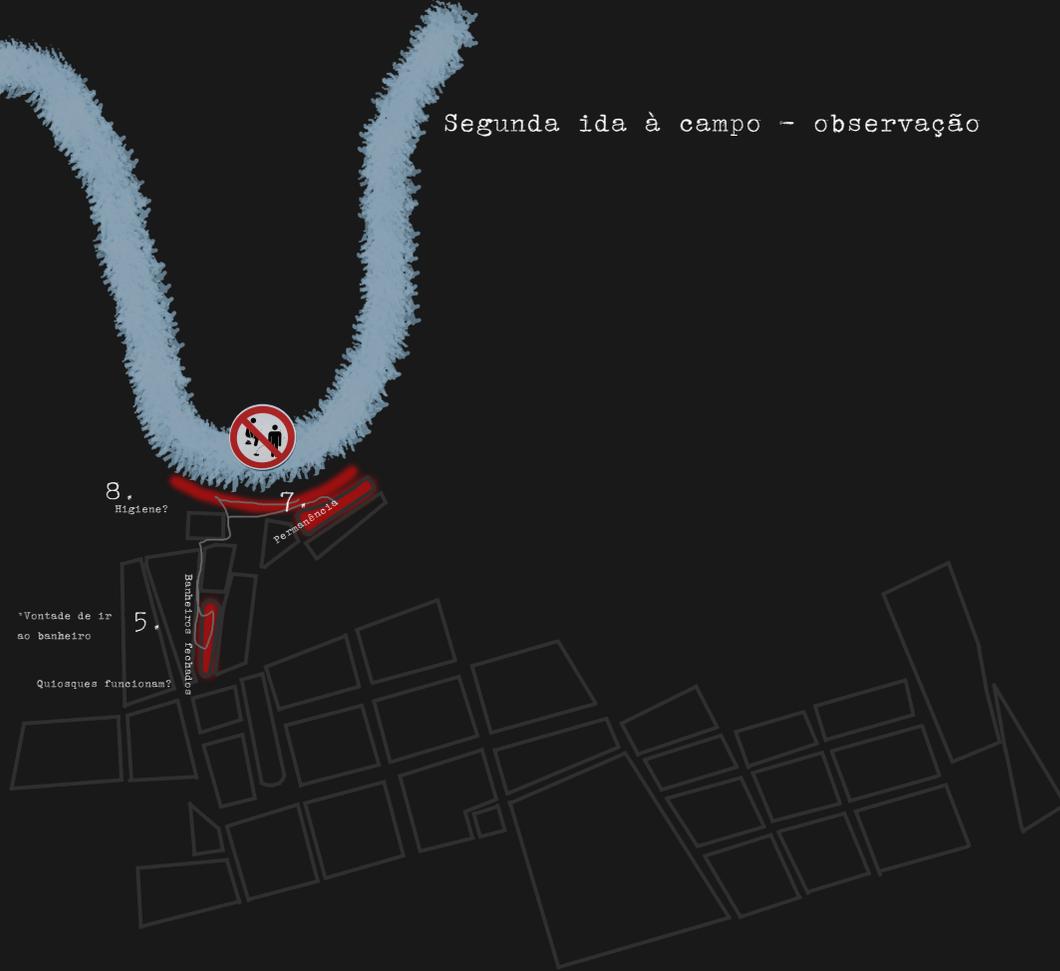
Lá, fiquei apenas de passagem, dei duas voltas passando pelo ponto para observar o que acontecia. Havia dois grupos distintos, um em uma ponta do beco, acessada pela rua Alberto Coimbra, e o segundo, na outra ponta, acessada pela rua Princesa Leopoldina. O primeiro grupo era composto por pessoas em situação de rua, manuseando roupas e calçados em um grande saco e, logo à frente, havia algumas roupas penduradas, fazendo parecer que trabalhavam com a venda de roupas na rua. O segundo, eram pessoas em situação de rua, com alguns cachorros, socializando entre si, com umas doses de pinga.

Segui caminho para o Ponto 3, nomeado de Praça das Corujas, como comumente é conhecido na cidade, e lá encontrei vendedores de artesanatos já de saída, mas que fizeram questão de me mostrar seus produtos e acabei ganhando um colar.

Fiquei sentada um pouco, observando o que estavam fazendo, pareciam muito empolgados - era sexta-feira - com o som ligado e dançando, mas logo desceram em direção ao cais da cidade.

Fiz o mesmo que eles, me direcionei ao cais, o Ponto 8, mas por outro percurso, passando pelo Ponto 4, a praça da Igreja, onde tinha algumas pessoas em situação de rua auxiliando na montagem do espaço para a quermesse que iria acontecer mais tarde. Ao seguir caminho, passei pelo ponto 6, que estava ainda vazio, até que cheguei ao Cais e fiquei a observar por um tempo, mas não vi ninguém do público que eu estava à procura.

Segunda ida à campo - observação



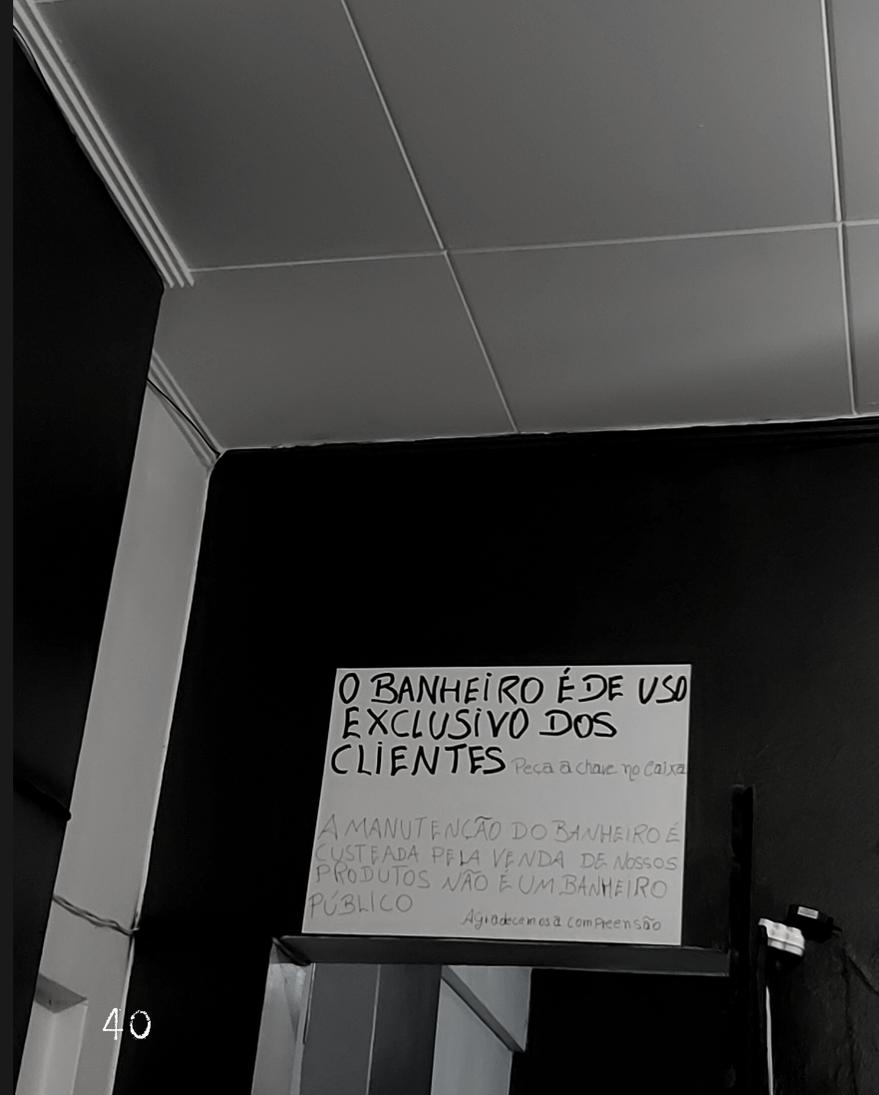
Após relato e análise da primeira ida à campo para observar os pontos mapeados, decidi não mais levar o caderno para fazer anotações durante a observação. Além disso, o campo 2 foi feito acompanhada por Jessica Lorrana, outra estudante de arquitetura e urbanismo, que está desenvolvendo o TCC com tema voltado para animais em situação de rua, após entendermos que em muitos momentos nossos objetos de estudos se encontram.

Fomos ao Ponto 7, a praça do Cais, e por lá ficamos sentadas em uma sombra durante o período de uma hora, o que nos proporcionou discussões a respeito das possibilidades de intervenção para nossos temas e pudemos observar animais em situação de rua percorrendo esse espaço, assim como a presença de pessoas em situação de rua em permanência na praça durante esse período em que ficamos por lá.

Na volta, passamos pelo Ponto 5, a praça de alimentação e percebi a existência de dois banheiros públicos, feminino e masculino que não estão mais em funcionamento. Além da presença de cinco quiosques, embora nem todos pareciam estar em funcionamento. Como proposta inicial feita a partir da observação destes equipamentos, pensei em reabrir os banheiros e transformar os quiosques em restaurante popular, mas para isso, precisava entender melhor o funcionamento dessa praça, então voltei outras vezes e em outros horários.

Após finalizar o campo, fiquei no cais, o Ponto 8, para apreciar o pôr do sol, mas acabei observando o deslocamento de pessoas em situação de rua para o rio, possivelmente para realizar suas necessidades fisiológicas e fazer higiene. Novamente lembrei da placa colocada ali e da não solução a respeito da falta desse equipamento público urbano.

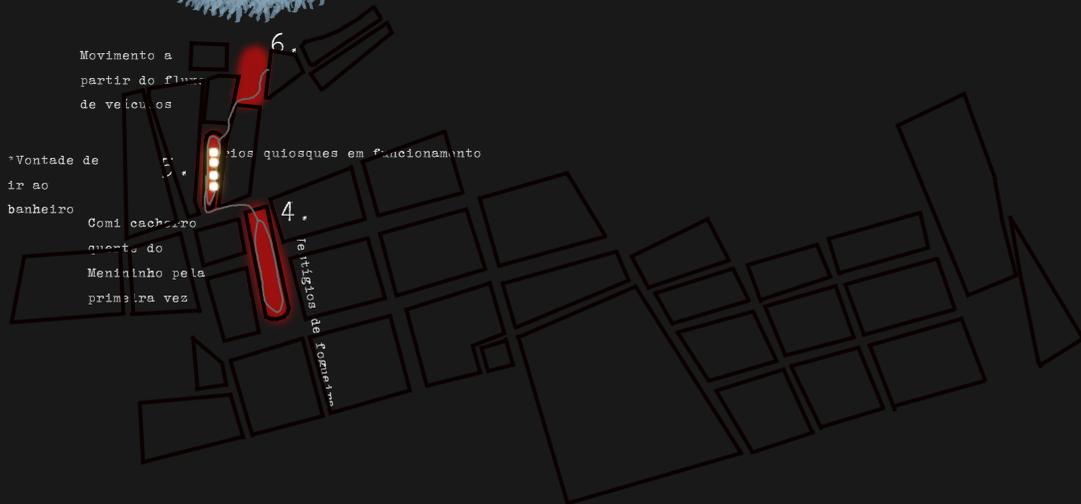
Quarta ida à campo - observação



Passei pelo Ponto 11, mas como as pessoas não estavam trabalhando lá nesse horário, não parei para observar.

Mais tarde, no mesmo dia, fui ao Ponto 5, e tinha um outro quiosque em funcionamento, esse é bastante conhecido na cidade, o Cachorro Quente do Menininho, e a praça estava bastante movimentada. Houve uma tentativa de compra de um cachorro quente por uma pessoa em situação de rua, que contou as moedas e percebeu que ainda não eram suficientes, falou então que voltaria para onde estava, a fim de conseguir mais dinheiro e depois, retornaria ao Menininho para realizar a compra.

Quinta ida à campo - observação

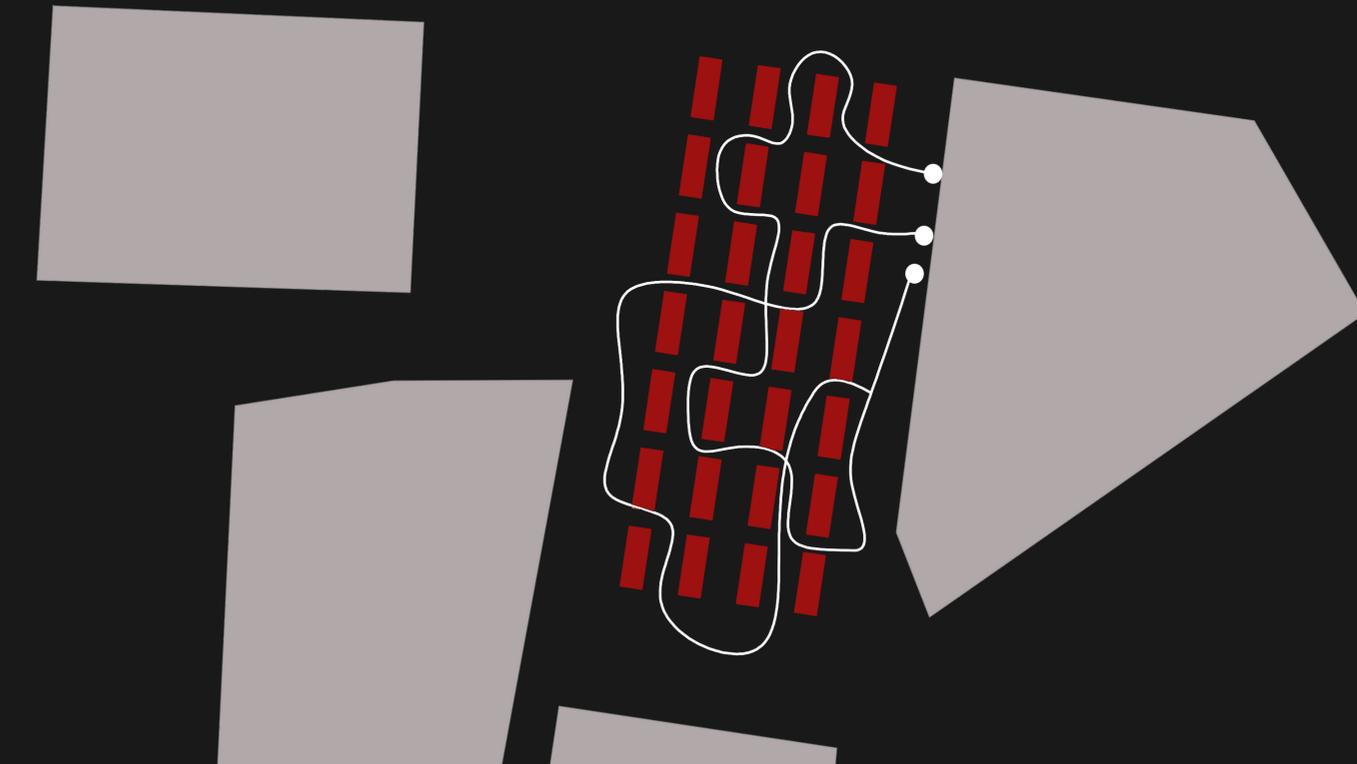


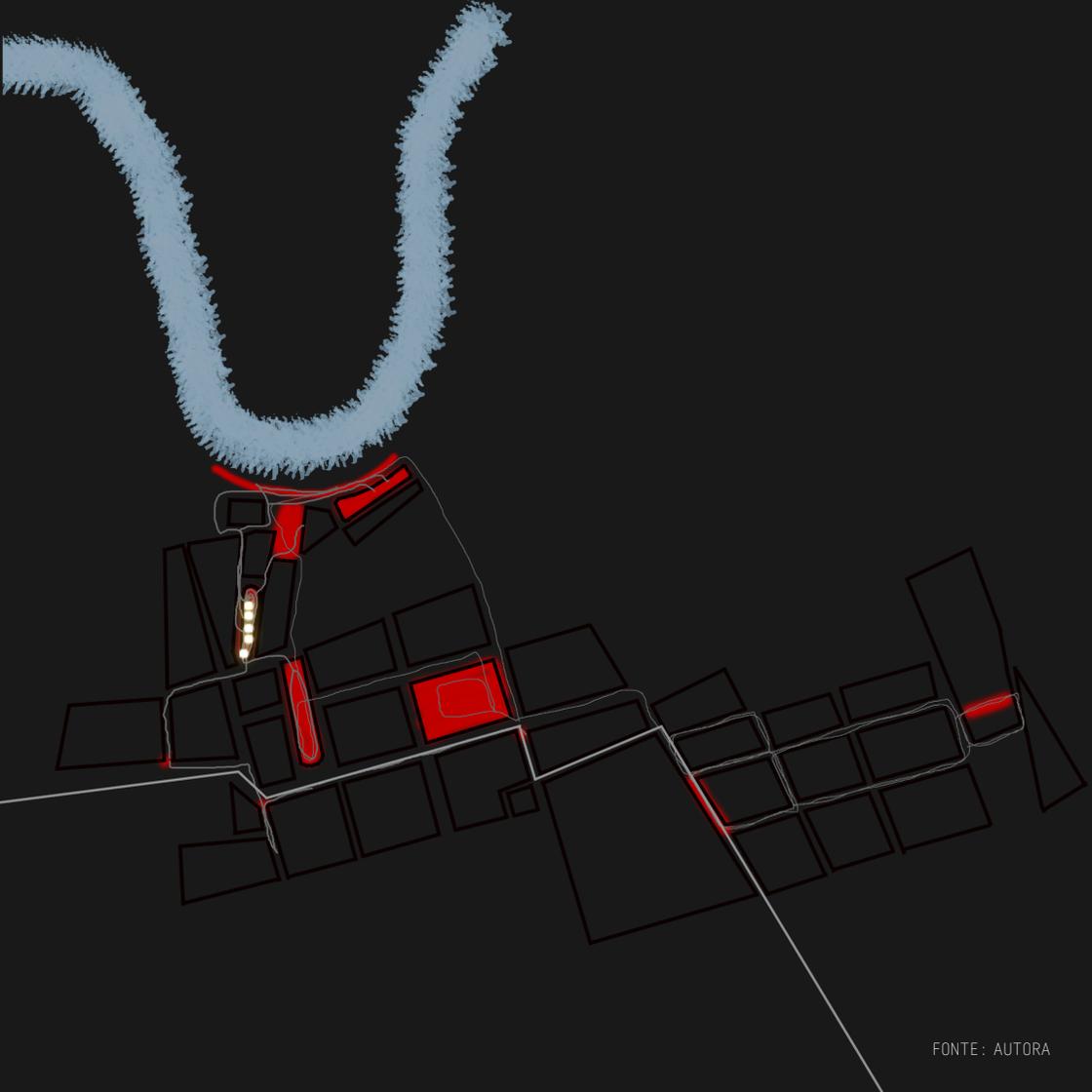
Voltei novamente ao Ponto 5, e outro quiosque estava em funcionamento, era um chaveiro, mas não havia movimentação na praça em si.

Mais tarde, fui ao Ponto 4, sentei na praça em uma área localizada em frente à igreja e observei por alguns minutos mas não vi movimento e me desloquei para a área posterior da igreja, encontrando com um catador de latinhas, vestígios de fogueira e alguns pedaços de madeira queimados. Entendi como uma tentativa de esquentar/aquecer, visto que a noite tem feito bastante frio na cidade.

Segui caminho para o Ponto 5 e dei duas voltas contornando a praça para entender onde seria melhor sentar e observar. Ao fazer isso, pude notar o funcionamento de quatro quiosques além dos que eu já tinha visto funcionando nos outros dias, o que me fez entender que aquela ideia inicial de reabrir os banheiros e transformar os quiosques em restaurante popular não seria uma boa solução, visto que há usos específicos para o local, que variam em função da dinâmica de funcionamento dos quiosques. Observei também a presença de pessoas em situação de rua: vendendo artesanato, lavando veículo em troca de remuneração financeira.

Por fim, me desloquei até o Ponto 6, onde à noite o espaço se transforma em um estacionamento para veículos e alguns trabalhadores que auxiliam na manobra e observação dos veículos para que algo não venha a atingi-los. Parei em uma calçada, em frente a esse estacionamento e observei por um tempo a movimentação de 3 pessoas que estavam trabalhando. Percebi como essa movimentação gira em torno do fluxo e quão ágil elas são para conseguirem desenvolver esse trabalho.





Ao final dessas observações, foi feita essa sobreposição dos percursos realizados, com o intuito de entender a malha total percorrida e analisada, de forma que as linhas retilíneas representam os percursos feitos de moto enquanto que as linhas mais finas e tortuosas, os caminhos feitos a pé.

Além disso, é importante abordar a respeito dos dias de campo em que nada aconteceu e o porquê de ter sido trazido para esse trabalho. Entendeu-se que o não acontecimento de coisas e ações implicou em reflexões a respeito dos usos dos espaços, dos horários em que havia ou não movimento e da mudança constante de locais e práticas.

Por fim, é válido reforçar também, como a vontade de ir ao banheiro foi um atravessamento durante todo o período de campo, somada à falta de banheiro público e a monetização dessa necessidade básica através da obrigatoriedade de se consumir nos estabelecimentos para que fosse possível fazer uso dos banheiros em tais locais.

CONTRA-BARREIRAS: INTERVENÇÃO

A partir da experimentação em campo e da constante atenção voltada para as placas inseridas no cais da cidade, foi produzida uma placa com o intuito de provocar reflexão a respeito das pessoas em situação de rua e a realização de sua higiene:

E AS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA, VÃO
FAZER ONDE?

Foram impressas três vias e colocadas no dia 21 de setembro de 2022, em cada ponto onde havia as placas de proibição.



PONTO 1



PONTO 2



PONTO 3

No dia 30 de setembro de 2022, voltei ao local para ver se havia alguma diferença para o dia que coloquei a intervenção no local. Duas das placas inseridas estavam degradadas pelas chuvas ocorridas no período em questão, e a outra havia sido removida junto com a placa de proibição, conforme imagens a seguir:



PONTO 1



PONTO 2



PONTO 3



A map of the Barreiras urban area. A blue river flows through the upper left portion of the map. A red line outlines a specific study area in the center-right. The map shows a grid of streets and building footprints. The number '48' is located in the bottom right corner of the map area.

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE BARREIRAS: ZONEAMENTO E GABARITO DE ALTURA

ZONEAMENTO:

Após os estudos realizados, foi compreendida e demarcada uma área, localizada no centro da cidade, onde foi percebida uma maior incidência de pessoas em situação de rua, para proposição de intervenções no espaço urbano de Barreiras, sendo considerada para a escolha dos espaços, os usos e deslocamentos realizados pelo público alvo, percebidos através das idas à campo.



Essa área, segundo o Plano Diretor Participativo (2019) faz parte de 4 Zonas: Zona do Centro Histórico (ZCH), Zona Central (ZC), Zona Mista (ZM) e Zona de Ocupação Controlada (ZOC).

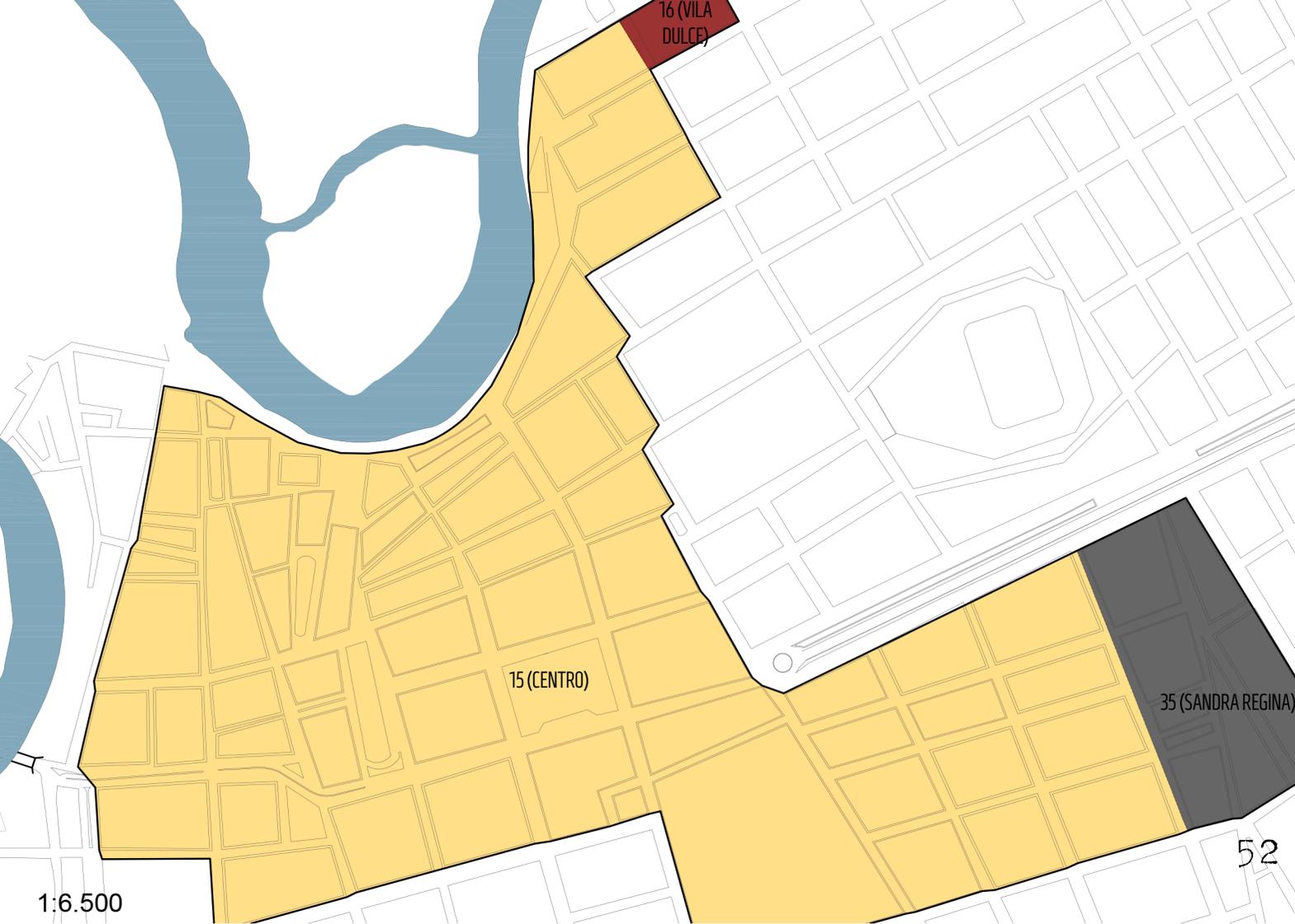
A Zona Central (ZC), de acordo com o mapa vigente, possui um Índice de Permeabilidade Mínima de 10%, Índice de Ocupação (IO) de 0,85, Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) de 4,0. Sua altura máxima é 67 metros, seu número máximo de pavimentos é 20, não tem recuo frontal, e tem uma prerrogativa indicando que é permitido colar em até três divisas do lote.

A Zona Mista (ZM), possui um Índice de Permeabilidade Mínima de 10%, Índice de Ocupação (IO) de 0,85, Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) de 4,0, sua altura máxima é 100 metros, seu número máximo de pavimentos é 30, e assim como a ZC, não tem recuo frontal e é permitido colar em até três divisas do lote.

A Zona do Centro Histórico (ZCH), possui o Índice de Permeabilidade Mínima de 10%, seu IO é 0,80 e o CAB é 2,40. Sua altura máxima é 12 metros, seu número máximo de pavimentos é 3, não tem recuo frontal e possui a mesma prerrogativa da ZC e ZM.

A Zona de Ocupação Controlada (ZOC), de acordo com o Plano Diretor, é uma área não edificada ou de preservação ambiental, sendo possível manter as edificações já existentes ou realocá-las.

A análise desses indicativos, de cada uma das zonas, é um processo necessário de ser desenvolvido logo antes de começar a se pensar na proposição, uma vez que é a partir dessas informações que entende-se o que é possível e não possível de ser construído em cada um desses espaços. A partir disso, seguiu-se para a análise de gabarito de altura e de áreas não edificadas, para escolha dos terrenos que serão locadas as propostas, visto que nesse momento, já se sabe a respeito das limitantes de cada área.



Para melhor localizar a área na cidade, foi desenvolvido um mapa mostrando os bairros compreendidos neste espaço, os quais são: Centro [15], Vila Dulce [16] e Sandra Regina [35]. Sendo o Centro o bairro de maior abrangência no território demarcado.

GABARITO DE ALTURA

Foi feito um estudo de gabarito de altura para entender o entorno e não propor algo destoante da paisagem existente, e foi percebido que é uma área majoritariamente térrea na ZCH e ZM, enquanto que na ZC, é recorrente a presença de edificações com mais pavimentos, além de ser mais adensada, com poucos vazios urbanos.

Para finalizar a análise do entorno, entendeu-se que não seria necessário realizar um mapa de uso do solo, pois embora seja compreendido que o adensamento desse público na área de estudo se justifica também, pela grande prática comercial realizada nela, a análise dos usos específicos de cada uma das edificações, não se faz necessária, uma vez que os usos percebidos para pensar a proposição do projeto partem das práticas da população, observadas a partir de um público específico, que faz uso da rua, seja como moradia ou como trabalho, e não a partir dos usos das edificações, de forma que é o resultado do conjunto inteiro do espaço ser comercial que fomenta o fluxo contínuo de pessoas e veículos, o que influencia na presença e nas práticas das pessoas em situação de rua se manterem nessa área.



LEGENDA

- 1 pavimento
- 2 pavimentos
- 3 pavimentos
- 4 pavimentos
- 5 pavimentos
- 6 pavimentos
- 7 pavimentos
- 8 pavimentos
- 12 pavimentos
- 17 pavimentos
- Estacionamento
- Praça
- Área não edificada

1:6 500

54

CONJUNTO HABITA(RUA)CIONAL

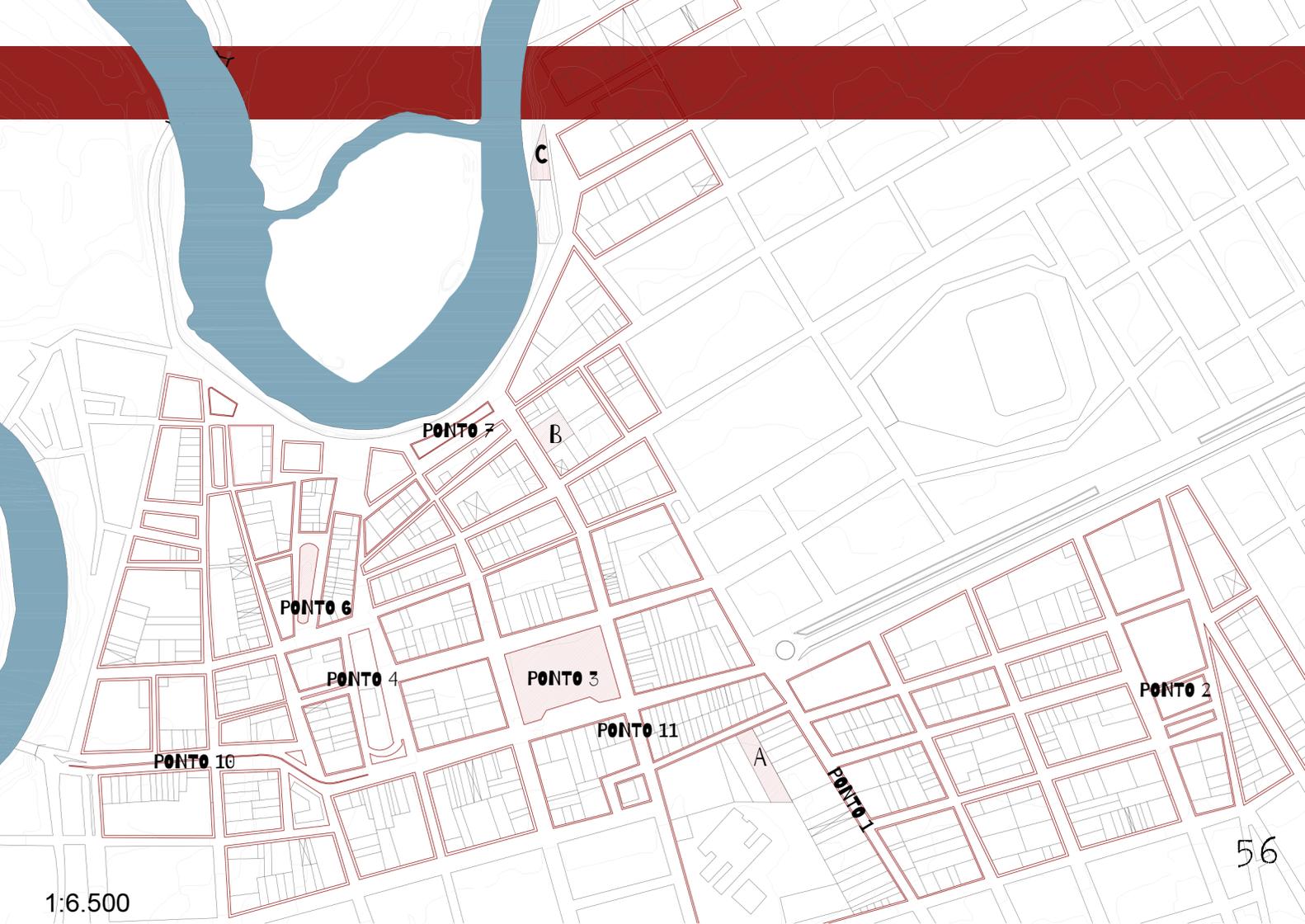
Após o estudo realizado acerca da temática, o debate levantado sobre pessoas em situação de rua habitarem os espaços urbanos, sobre a necessidade das cidades serem pensadas para essa população e do levantamento de campo feito em Barreiras, a cidade de estudo em questão, chega-se ao que e como propor?

Entendendo que em Barreiras há espaços de apoio para a população em situação de rua, mas que alguns destes apresentam problemáticas como: a distância entre sua localização e os lugares habitados pelo público alvo, o espaço físico pouco adequado e com dimensões insuficientes para abrigá-los e a dificuldade com a alimentação; chegou-se em dois caminhos propositivos: diretrizes projetuais que indicarão possibilidades de propostas de equipamentos urbanos, importantes para atender às demandas da população no âmbito do tema estudado, mas que não serão detalhadas neste trabalho; e o AGUADOURO AMPLEXO, que envolve propostas projetuais que pretendem tornar o espaço urbano mais acolhedor para as pessoas em situação de rua, a partir da inserção de equipamentos importantes para o cotidiano desta população e que poderão ser replicados no espaço urbano, para além das áreas demarcadas.

O mapa ao lado traz a área que foi selecionada para a intervenção com destaque nos espaços escolhidos para as proposições formando um conjunto/complexo espacializado. Os terrenos A e B, foram escolhidos para atender as diretrizes projetuais; os pontos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10 e 11, e os terrenos A e C, fazem parte do AGUADOURO AMPLEXO.

Quanto a numeração dos pontos, está de acordo com as observações dos campos, realizados nessa pesquisa.

Ademais, a concepção de Conjunto Habitacional, representa, historicamente, para o campo Arquitetura e Urbanismo, uma solução amplamente adotada como forma de suprir a demanda por moradia, ao reproduzir habitações [convencionais], destinadas à população com baixa-renda. Este trabalho, tendo em vista o que foi exposto até aqui, propõe um conjunto de equipamentos que proporciona melhorias para o habitar de pessoas em situação de rua, sem impor uma forma padrão-normativa de morar, intervindo de maneira que a “casa-rua” seja mais acolhedora para seus habitantes e não apresentando uma solução que requer a saída deles para uma habitação-casa proposta, uma vez que entende-se que eles já estão habitando o espaço que ocupa, a rua. Dessa forma, a proposta será nomeada como Conjunto Habita(rua)cional.



REFERÊNCIAS PROJETOAIS

PROPOSTA PARA A FONTE NOVA



FONTE: TFG JANA MIRANDA MENDES LOPES COM EDIÇÃO DA AUTORA

PROPOSTA PARA A FONTE DA PREGUIÇA



PROPOSTA PARA A FONTE SÃO PEDRO



O Transbordar da Rua: A Apropriação dos Espaços Públicos pelos Moradores de Rua - Jana Miranda Mendes Lopes [2010]

O Trabalho Final de Graduação - TFG, de Jana Lopes, traz uma proposta de intervenção urbana feita através de um olhar muito sensível com relação à apropriação de espaços públicos por pessoas em situação de rua. Ela relata que as fontes de água instaladas na cidade, foram marginalizadas desde a sua criação e no decorrer da sua pesquisa, percebeu a importância destes equipamentos para a população estudada, o que proporcionou uma ressignificação desse espaço e sua intervenção foi projetada a partir disso. Dos elementos desse projeto, ressalto como destaque o fato da proposta atender não só a higiene, como também o lazer público, além de ter uma materialidade de fácil acesso e de baixo custo.

REFERÊNCIA PROJETUAL



FONTE: TFG AKEMI TAHARA



FONTE: TFG AKEMI TAHARA



FONTE: TFG AKEMI TAHARA COM EDIÇÃO DA AUTORA



FONTE: TFG AKEMI TAHARA

ABRIGO-ORIGAMI-CONTAINER - Akemi Tahara [2004]

Akemi Tahara, propôs em seu TFG, um abrigo provisório, efêmero e portátil, pensado para situações emergenciais, o qual funciona através de dobras que foram inspiradas no origami. Dessa forma, volto minha atenção então para o movimento provocado pelas dobras, para a praticidade e baixo custo para execução e a possibilidade de acompanhar os deslocamentos das pessoas em situação de rua.



1. DIRETRIZES PROJETUAIS

Através do trabalho de campo, foi possível perceber que o Centro Pop tem uma boa adesão do público alvo e que cumpre a sua função, não sendo necessário fazer a realocação desse espaço para a área escolhida para intervenção. Enquanto que a SEMAST não é um órgão procurado pela população em questão, ao contrário, é o órgão quem procura a população a partir de uma tentativa de controle quantitativo e de realocação das pessoas para fora da ocupação das ruas, então, também será mantido como e onde está atualmente.

Desse modo, as diretrizes propostas a seguir tem o intuito de trazer um ponto de apoio, que antes era localizado distante dos espaços usados pelas pessoas em situação de rua, para a área utilizada pelo público alvo, e propor um outro ponto que não existe na cidade, para essa mesma área, a fim de atendê-lo sem que necessite percorrer longas distâncias, considerando que seu transporte é majoritariamente realizado a pé. Os pontos de apoio propostos são: uma casa de acolhimento central na cidade, com uma maior dimensão espacial e capacidade de atendimento, do que a existente no Albergue São José, para acolher um maior número de pessoas; e um restaurante popular.

1.1. CASA DE ACOLHIMENTO:

Como há no Plano Diretor Participativo a proposta da implantação de uma casa de acolhimento, citada anteriormente, esta diretriz complementa a existente em uma tentativa de estimular seu cumprimento e tecer informações mais específicas sobre as pessoas em situação de rua.

Dessa forma, propõe-se a sua construção, na Zona Central da cidade, no lote B demarcado no mapa, composto por uma área de 1.066,00m², considerando que o Albergue São José, existente na cidade, não irá mais atender às pessoas em situação de rua, e o espaço atual de 338,98m² não comporta a demanda.

Apesar de ter sido percebido, durante as pesquisas teóricas e de campo, que há uma grande rejeição do público aos albergues, é importante abordar que há uma parte dele que faz uso desse espaço, e o único existente na cidade não irá mais atendê-lo, logo, pensando na demanda existente para uso desse equipamento e na necessidade de realocá-lo em um novo espaço, foi entendida a importância de trazê-lo enquanto diretriz, reforçando a proposta do PDU e sugerindo que essa casa de acolhimento seja projetada a partir das demandas e necessidade do público, a partir de diálogos que possibilitem o atendimento às demandas e necessidades das pessoas que farão uso deste equipamento, colaborando para uma construção conjunta, de forma que elas façam parte desde a concepção do projeto até o dia a dia do espaço, auxiliando nas atividades gerais. Visto que, esse processo participativo pode fazer com que mais pessoas em situação de rua, utilizem esse equipamento.



1.2. RESTAURANTE POPULAR

A segunda diretriz propõe um Restaurante Popular na Zona Central da cidade, no lote A demarcado no mapa, composto por uma área de 1.562,40m².

Tem o intuito de fomentar o cumprimento do Programa do Governo, Restaurante Popular, o qual é direcionado aos municípios com mais de 100 mil habitantes, com grande número de pessoas em situação de miséria ou pobreza. Barreiras tem estimadamente 158.432 habitantes, além das pessoas em situação de rua, as quais, como dito no decorrer deste trabalho, não são quantificadas pelo IBGE, e embora sejam quantificadas pelo município, essa informação é restrita e não foi disponibilizada para uso nesta pesquisa.

O Programa Restaurante Popular é um equipamento público, com presença obrigatória de um profissional nutricionista na equipe, que oferta refeições de qualidade nutricional com preços acessíveis à população de baixa renda, vulnerabilizados socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional.



2. AGUADOURO – AMPLEXO⁵

Ao espacializar no mapa os usos percebidos, entendeu-se que essas práticas são majoritariamente feitas debaixo do sol, o que gera calor e conseqüentemente, sede. Entretanto, não há disponibilidade nesses espaços, para pessoas em situação de rua, de um direito básico: água potável. Além disso, não há disponibilização também de banheiros públicos, e a forma como essa necessidade é realizada atualmente por elas, ainda é questionada e proibida [as placas no cais, citadas anteriormente neste trabalho demonstram isso]. O local mais próximo que permite esses usos, é o Centro POP, mas não é possível chegar a ele de imediato. Dessa forma, a água surge como elemento principal que possibilita o suprimento das necessidades observadas [e sentidas durante a realização do campo] e com ela, a ideia de descentralizar esses usos do Centro POP, com a proposição de AGUADOUROS, que permitem o acesso à água através de bebedouros, banheiros e área de banho públicos de maneira dispersa pela área observada, para AGUAR os corpos onde se faz necessário.

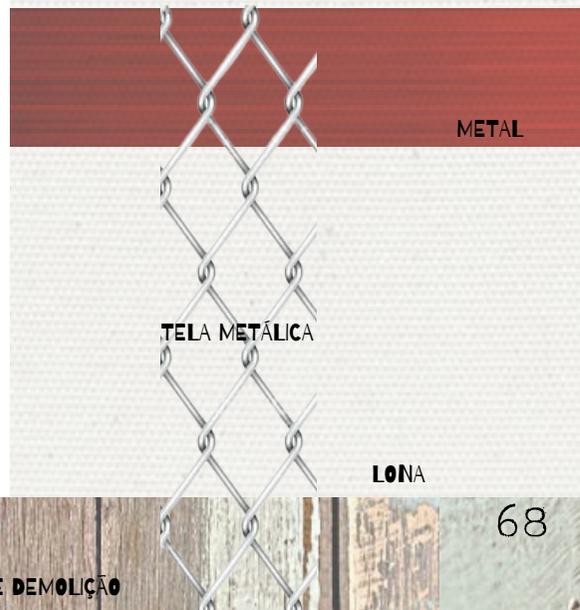
⁵Amplexo de acordo com o Dicionário Oxford, significa abraço, ato de abraçar.

PARTIDO/CONCEITO

A concepção do projeto começou a se desenvolver a partir da tentativa de entender o que é uma pessoa em situação de rua, enquanto características e ações. A majoritariedade composta por homens, a violência sofrida e praticada, a condição social de extrema pobreza, a invisibilidade e o movimento constante, foram os fatores que nortearam o desdobramento projetual.

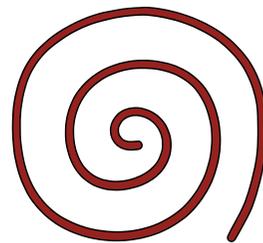
Um público com maioria composta por homens influencia em uma maior presença de violência, tanto entre os próprios homens através de uma disputa de território, quanto contra mulheres. Logo, o projeto proposto precisa ser aberto, para deixar visível o que acontece dentro, ao mesmo tempo que não pode deixar de ser seguro e protegido para os usuários, pois a violência não acontece apenas entre eles, mas também são vítimas constantemente violentadas pela sociedade que repudia sua presença nos espaços.

A extrema pobreza se relaciona com o tipo de vestimenta utilizada, a qual é julgada e constantemente motivo de expulsão na entrada dos estabelecimentos. Com isso, tomou-se como partido a simplicidade do tecido usado para trazer ao projeto materialidades comuns, de fácil acesso, a fim de ser também mais convidativo para o público alvo.



Quanto à invisibilidade, o projeto passa uma ideia de que “parece, mas não é”, para que seu uso principal seja passado despercebido pela população que violenta as pessoas em situação de rua.

Já o movimento constante dessa população implica na necessidade de carregar consigo tudo o que a ela pertence, e geralmente elas levam isso em uma mochila, nas costas, como um caracol, que carrega a “casa” nas costas. Portanto, tendo o caracol como uma figura de referência, tem-se como destaque o exoesqueleto enquanto uma estrutura externa que reveste o seu corpo, caracterizando-se por ser resistente e flexível, composta por três estruturas: cutícula, epiderme e membrana basal, e tem como função proteger e sustentar, isolar o animal de agentes externos, e armazenar substâncias.



A
C
O
L
H
E
R

P
R
O
T
E
G
E
R

PARECE, MAS NÃO É

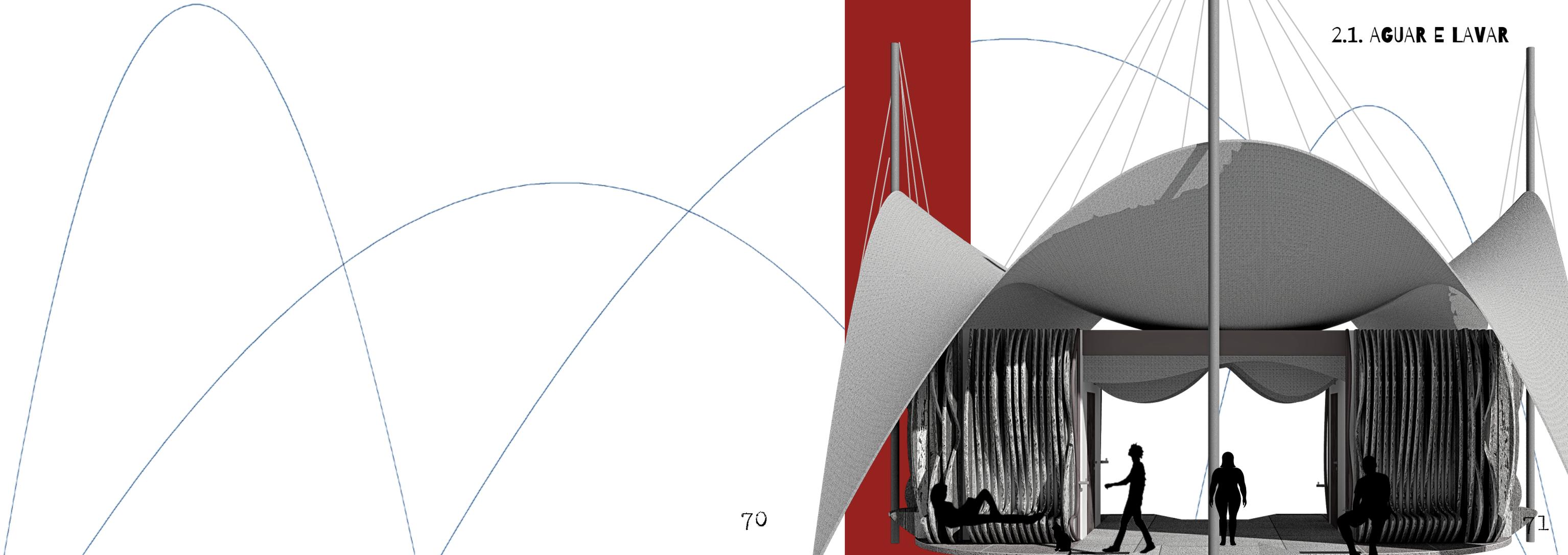
RESISTENTE, MAS FLEXÍVEL

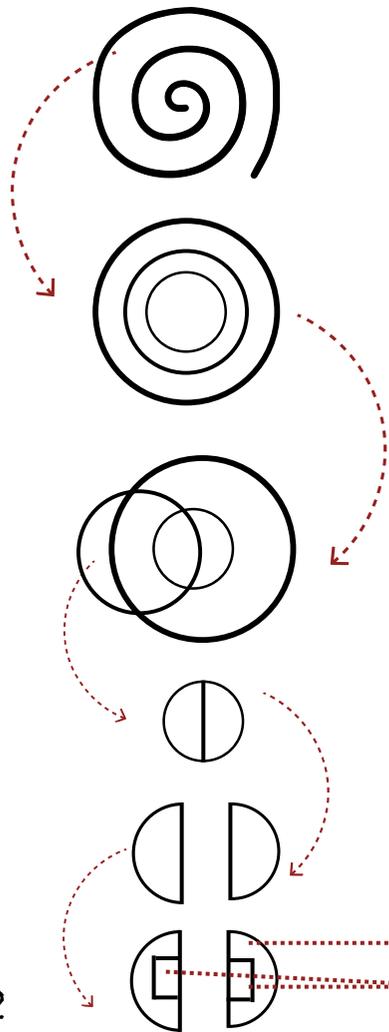
A
B
R
A
Ç
O

A
B
E
R
T
O

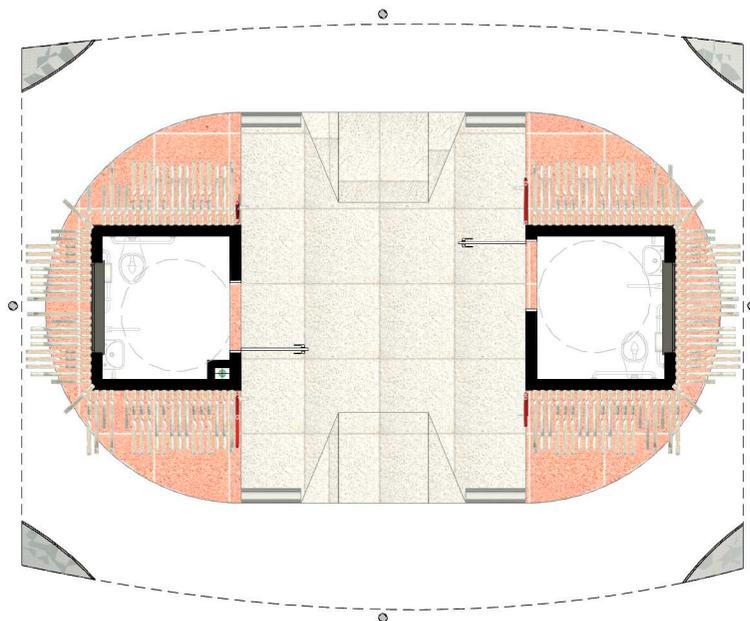
CURVAR-SE PARA DENTRO

2.1. AGUAR E LAVAR





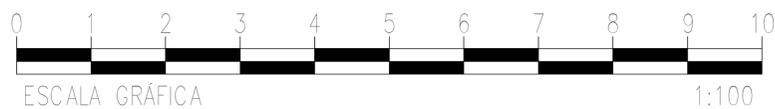
A primeira parte do AGUADOURO é composta por banheiros públicos, cuja planta baixa foi pensada a partir da desconstrução do caracol.



PLANTA BAIXA AGUAR E LAVAR

ESC: 1 : 100

→ CAMADA DE PROTEÇÃO
→ CABINES DOS BANHEIROS



A partir disso, foi pensado em utilizar três camadas de proteção, como o exoesqueleto, sendo a primeira, as paredes das cabines, a segunda, o revestimento que as recobre lateralmente, e a terceira, a cobertura.

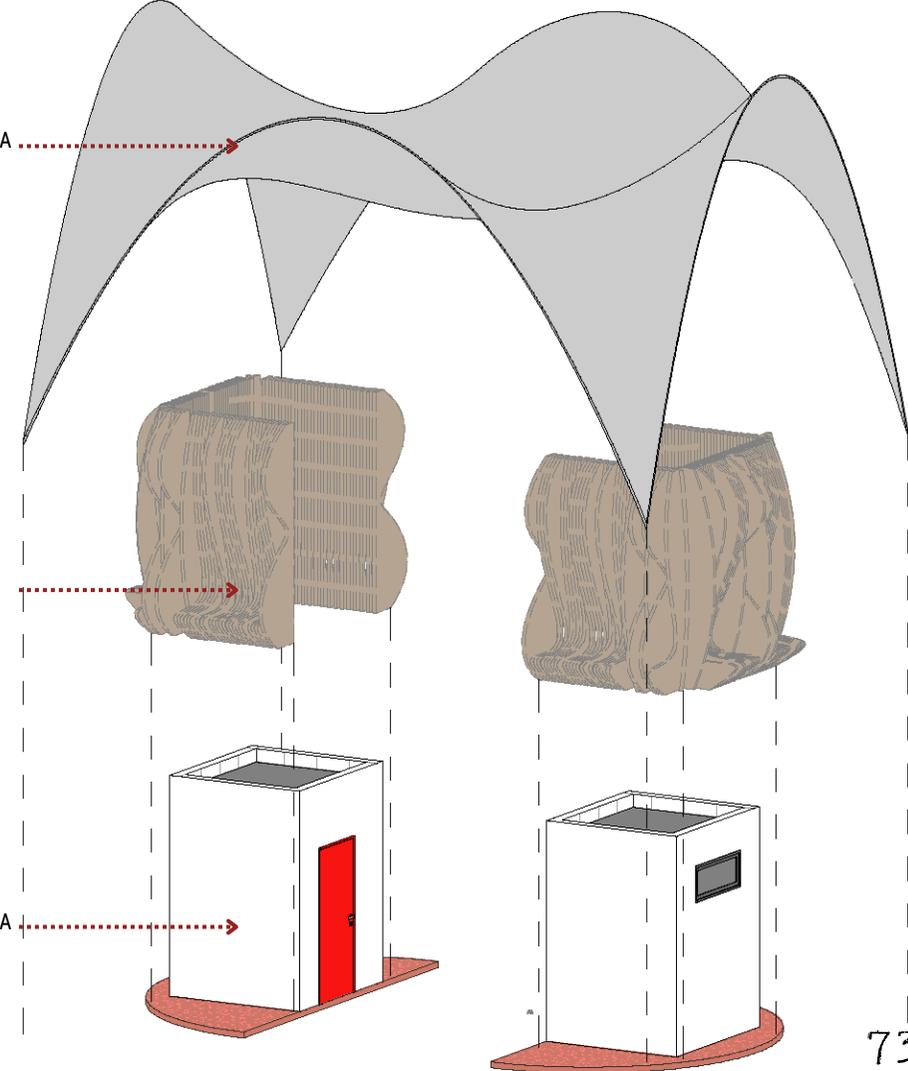
Para a segunda camada, o revestimento, foi pensando em utilizar formas que expressam movimento, por ser uma característica marcante na rotina das pessoas em situação de rua. Formas estas que possibilitam outros usos para além da proteção da alvenaria.

A cobertura é de lona tensionada, fazendo uso de um material que é utilizado de forma recorrente pela população em situação de rua, com uma forma que além de cobrir, abraça as cabines e proporciona um espaço seguro e acolhedor.

TERCEIRA CAMADA

SEGUNDA CAMADA

PRIMEIRA CAMADA



PERSPECTIVA EXPLODIDA SEM ESCALA



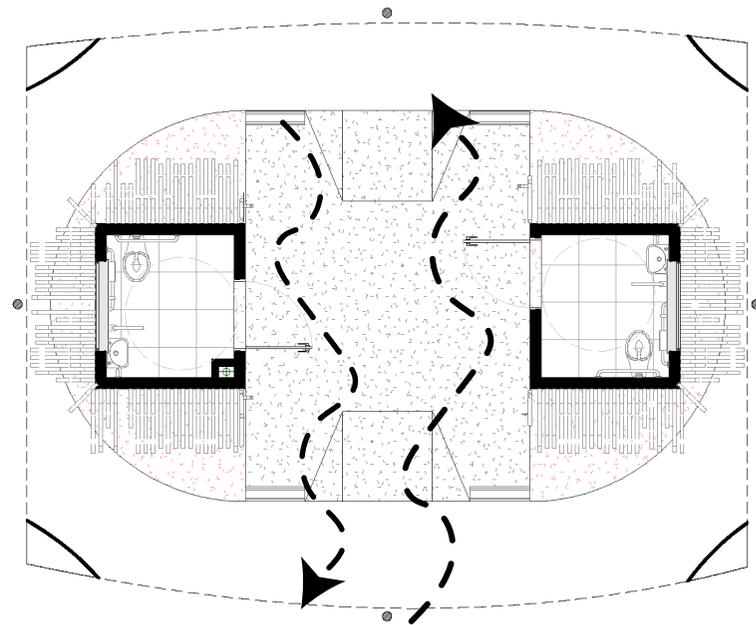
ESCALA 1: 6500

74

A proposta é criar um espaço que se contrapõe à arquitetura hostil tão utilizada, proporcionando um espaço que acolhe, abraça e não afugenta, que permite a permanência, a apropriação.

Essa parte do AGUADOURO será localizada na praça das Corujas, citado como ponto 3 nas idas à campo, na Praça de Alimentação, citado como ponto 6 e no terreno A.

São duas cabines unissex, projetadas uma de frente para a outra, devido ao estudo de fluxos desenvolvido. Sendo pensados mais de um acesso, visto que ao possibilitar a ampliação do campo de visão, traz-se maior sensação de segurança e evita-se que as pessoas fiquem presas.



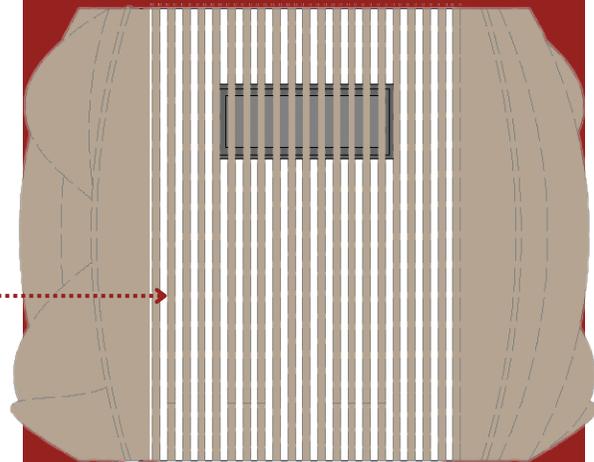
ESCALA GRÁFICA

1:100

75

IMAGEM DO PROCESSO CRIATIVO DA AUTORA, NO QUAL FORAM FEITAS TIRAS DE RECORTES EM UM PAPEL, COM ESTILETE, SEM DEIXAR O CORTE CHEGAR ATÉ A PONTA INFERIOR E SUPERIOR DO PAPEL, DE MODO QUE AS TIRAS FICARAM PRESAS NELE. EM SEGUIDA, FORAM COLADAS AS PONTAS LATERAIS, FORMANDO UM CILINDRO, FAZENDO MOVIMENTOS DE GIRO, AO TORCER, BASE E PARTE SUPERIOR, PARA LADOS OPOSTOS. COM ISSO, ALGUMAS TIRAS SE ELEVARAM ENQUANTO OUTRAS ABAIXARAM, RESULTANDO NAS FORMAS REGISTRADAS NA IMAGEM.

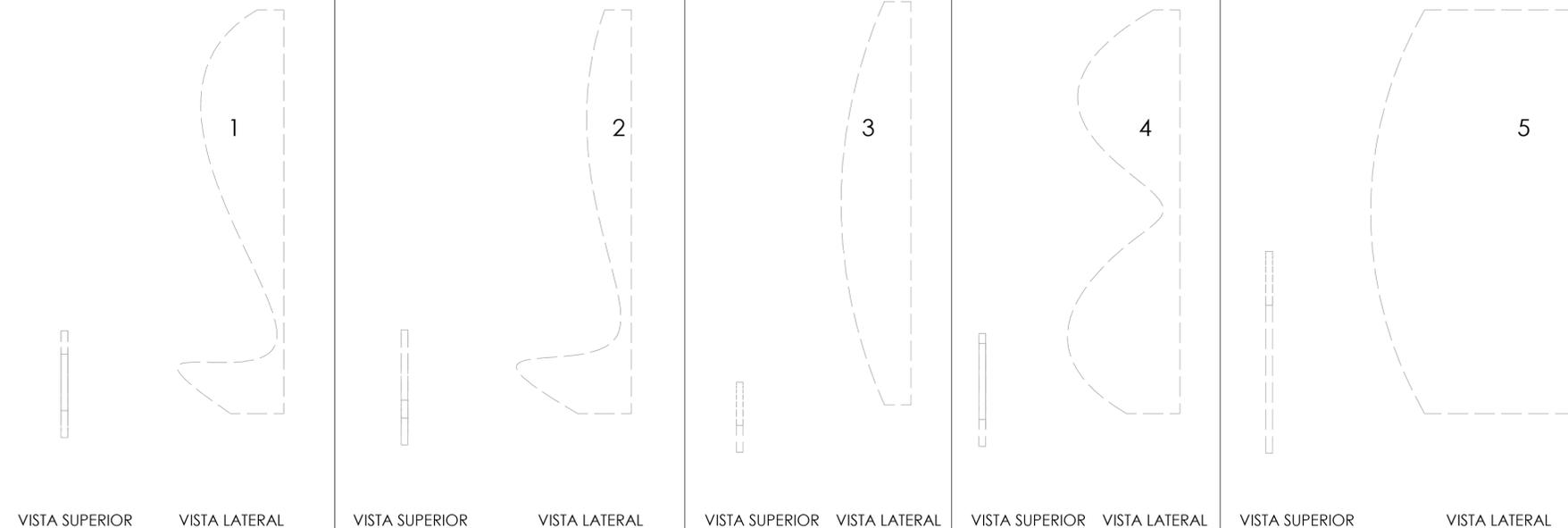
A SEGUNDA CAMADA FOI INSPIRADA NESSE ESTUDO COM O PAPEL.



As peças da segunda camada, possuem, cada uma, 5cm de espessura, com espaçamento de 5cm entre elas.

Para melhor compreensão do projeto, aqui será feito uma pausa para apresentar a segunda parte do AGUADOURO, pois ela foi incorporada também no Aguar e Lavar.

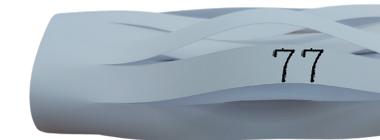
DETALHE DAS PEÇAS QUE REVESTEM AS PAREDES DAS CABINES DOS BANHEIROS

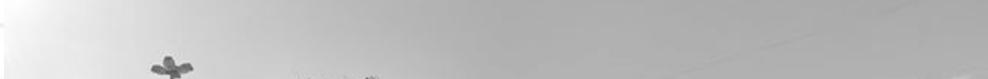


DETALHE REVESTIMENTO

ESC: 1 : 50

76





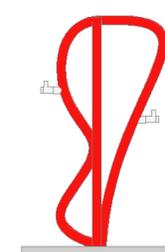
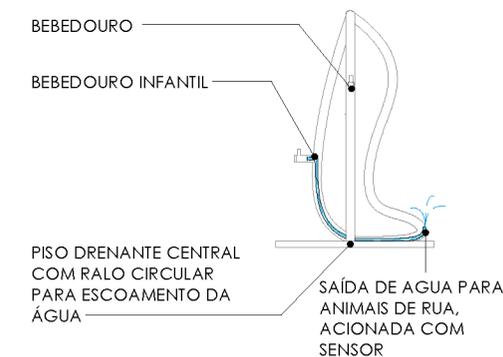
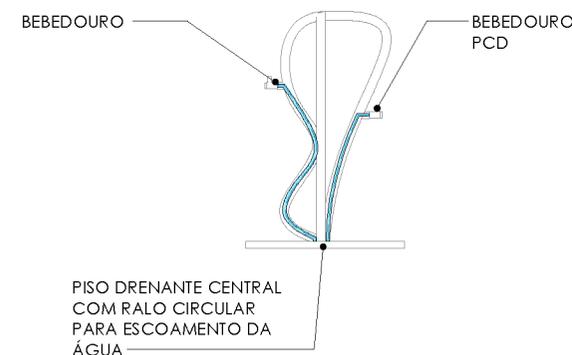
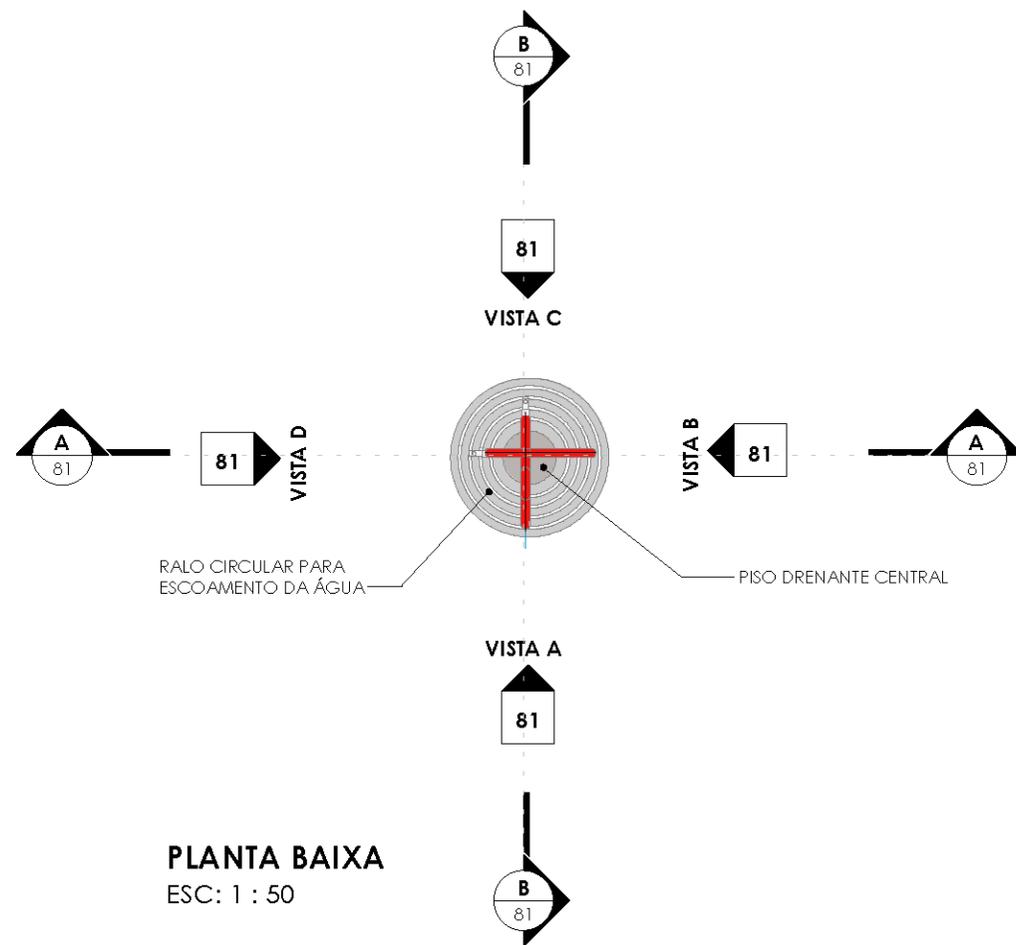
2.2. AGUAR A SEDE



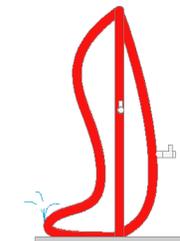
A segunda parte do AGUADOURO, é composta por bebedouros. Foram utilizadas as formas da segunda camada de proteção do banheiro, o revestimento, para oferecer um direito básico: acesso à água potável. É feito de metal, revestido com pintura de esmalte sintético vermelho, um material resistente e de fácil acesso, apresentando alturas diferentes para permitir um maior alcance de usuários, sejam adultos, crianças, pessoas que fazem uso de cadeira de rodas e animais de rua.

Esse bebedouro foi replicado em vários pontos da área, com o intuito de fazer parte dos percursos feitos pelas pessoas em situação de rua, facilitando seu acesso.

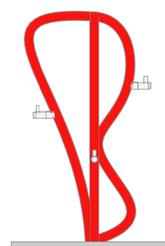
A água aqui também passa por um processo cíclico, como no Aguar o Banho. O líquido que cai a partir do uso do equipamento, retorna para pelas grelhas do piso, passando por um processo de filtragem e retornando ao reservatório.



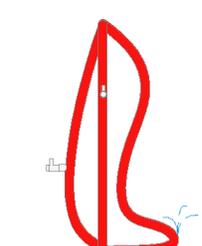
VISTA A
ESC: 1 : 50



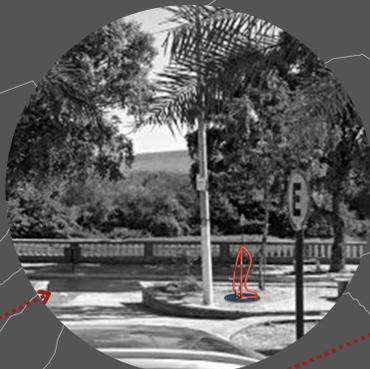
VISTA B
ESC: 1 : 50



VISTA C
ESC: 1 : 50



VISTA D
ESC: 1 : 50



BEBEDOURO INSERIDO NA PRAÇA DO CAIS



BEBEDOURO INSERIDO NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



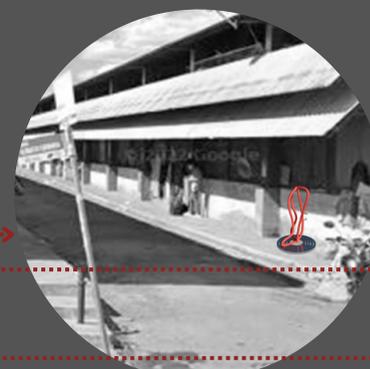
BEBEDOURO INSERIDO NA PRAÇA DA IGREJA SÃO JOÃO



BEBEDOURO INSERIDO NO SINAL DO KATÃO



BEBEDOURO INSERIDO NA PRAÇA DAS CORUJAS



BEBEDOURO INSERIDO NO BECO DA FEIRA



BEBEDOURO INSERIDO NO SINAL DA VITÓRIA

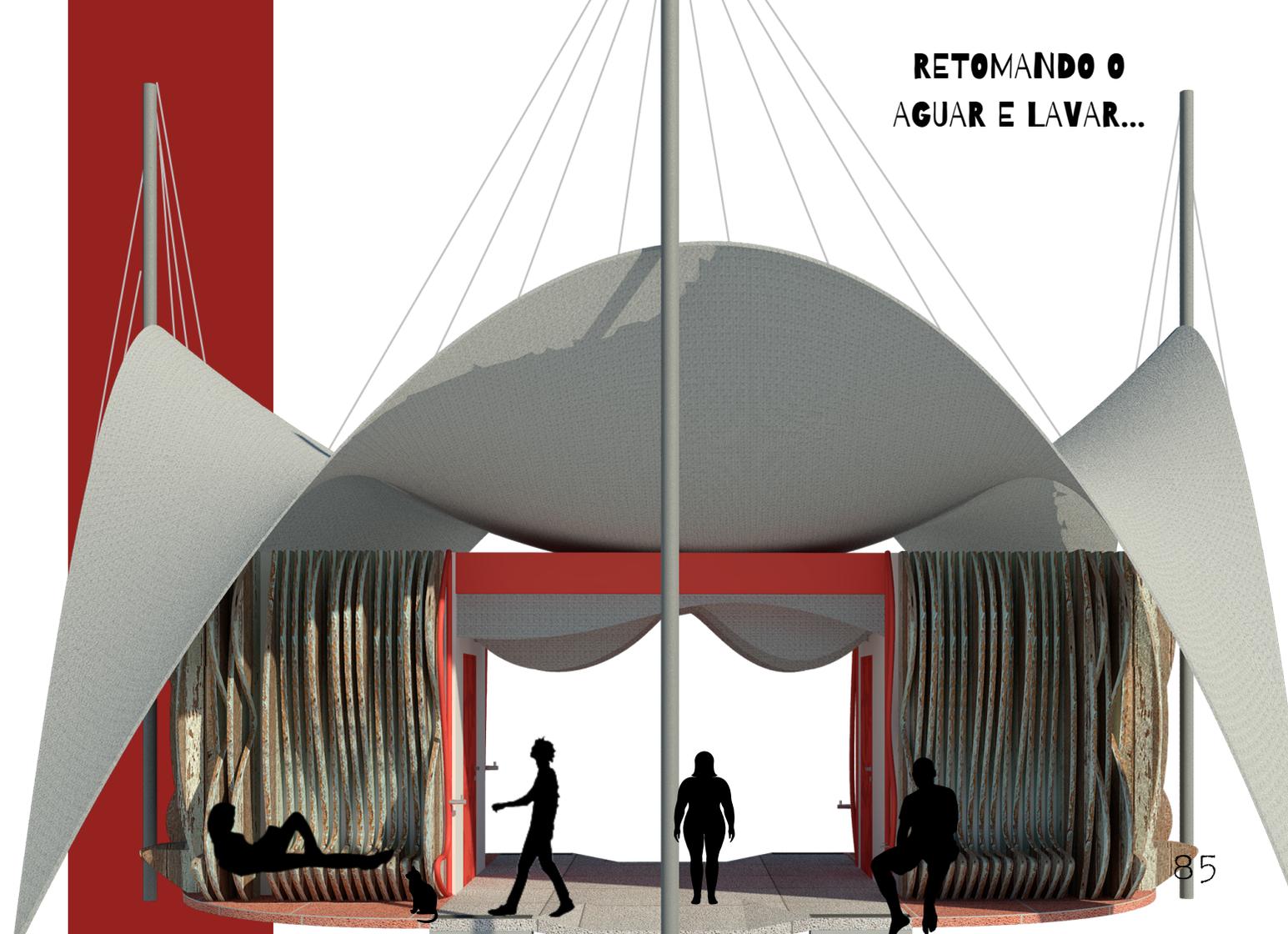


BEBEDOURO INSERIDO NA RUA DAS AMERICANAS

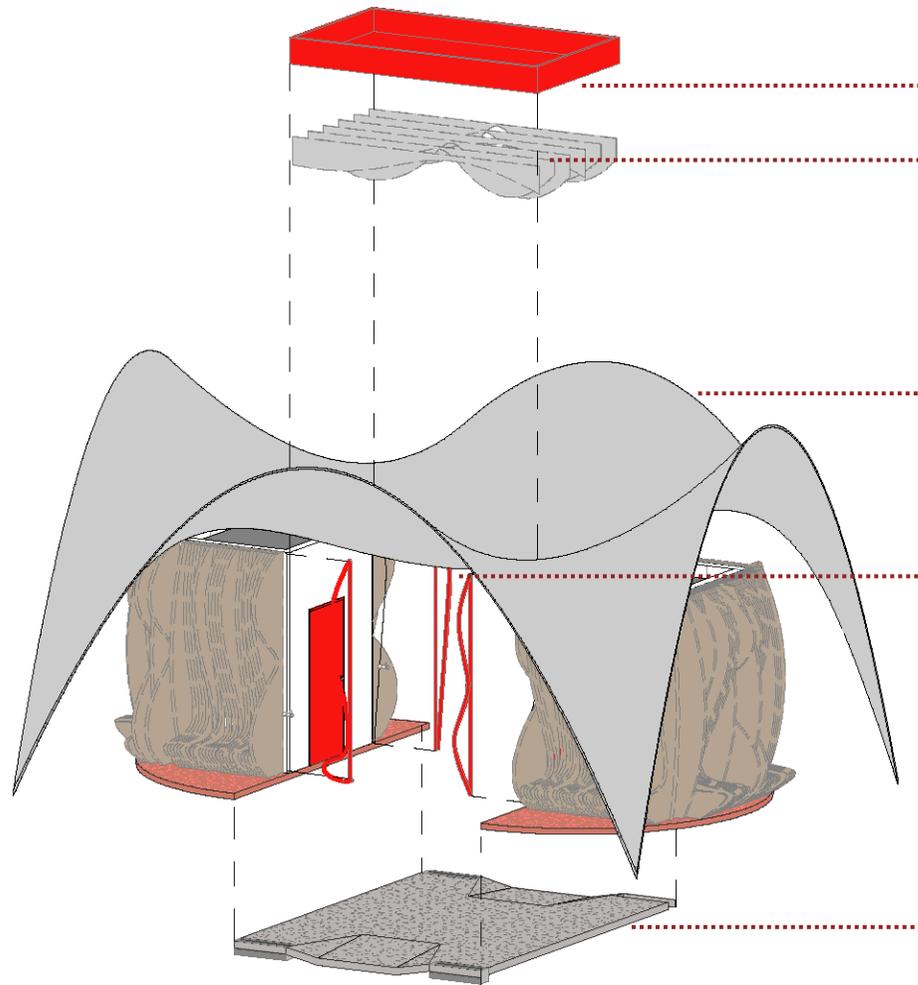
Agora, após apresentar o Aguar a Sede, será mostrada a composição final do projeto Aguar e Lavar, explicando como um foi incorporado no outro.

RETOMANDO O AGUAR E LAVAR...

84



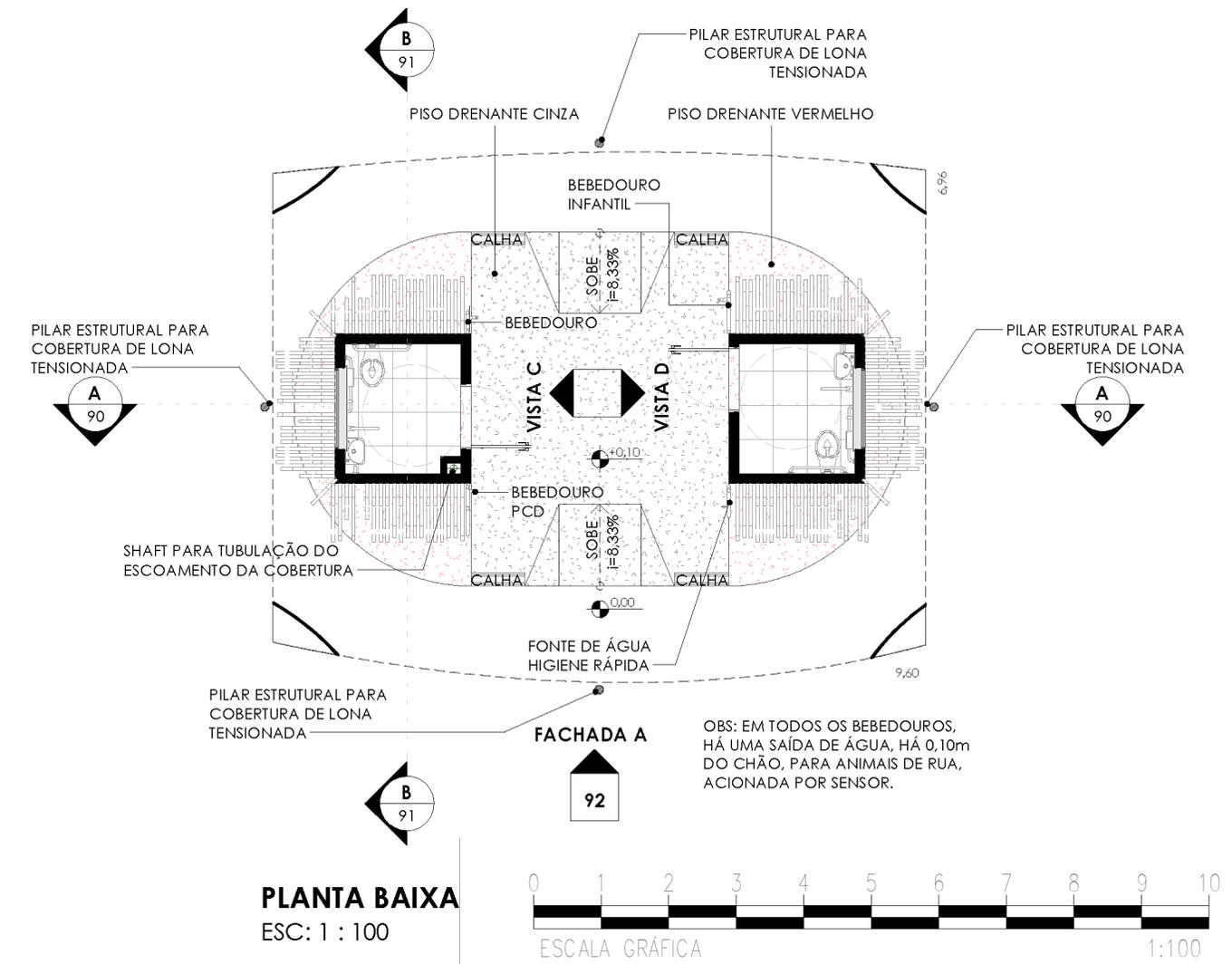
85

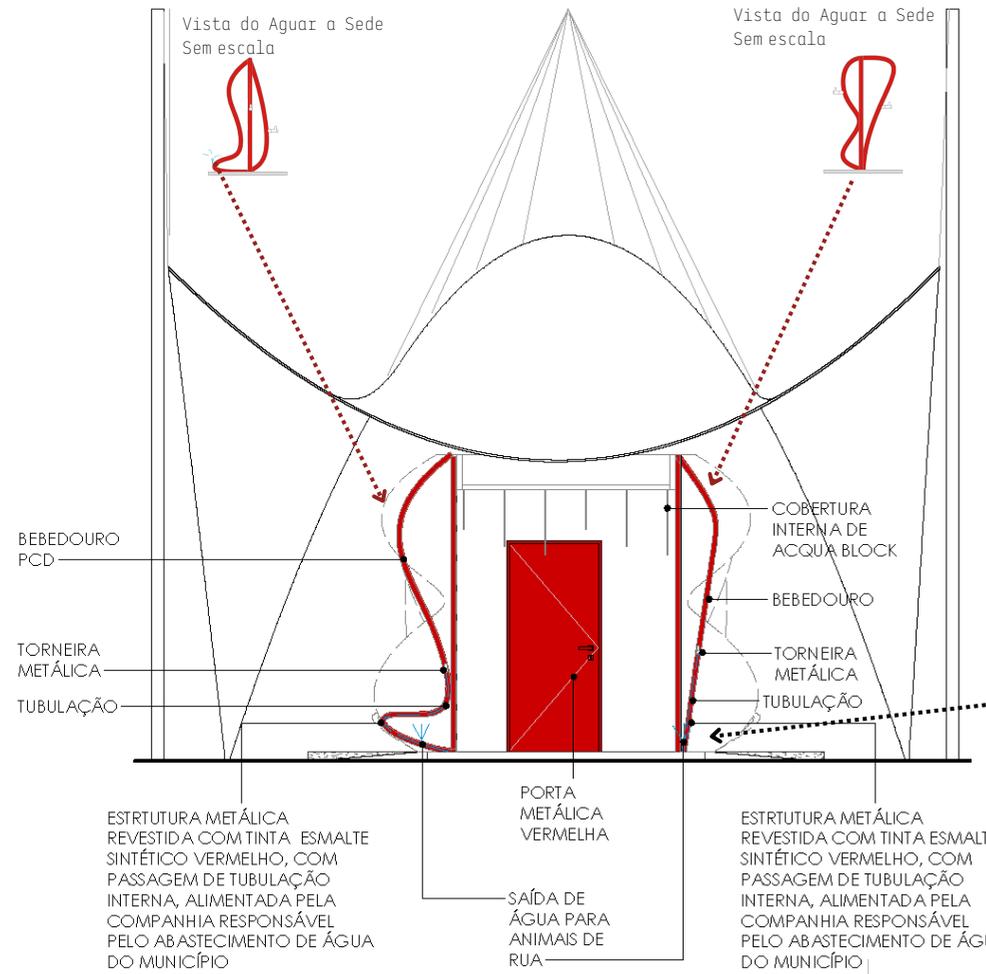


Além das três camadas, o banheiro é composto por uma estrutura metálica vermelha, na parte superior, que liga as duas cabines e sustenta uma cobertura de tecido aqua block, formada pelas mesmas curvas da camada de revestimento, que é movimentada ao receber ventilação. Essa estrutura recebe também a tubulação para escoamento da água da cobertura que compõe a terceira camada.

Os bebedouros desenvolvidos foram anexados ao espaço do banheiro, com o acréscimo de uma outra fonte de água que permite a higienização rápida, presente na mesma forma incorporada.

Foi acrescentado também um piso drenante cinza, intermediário entre as cabines, com rampas de acesso, para além do piso drenante vermelho, em forma de meia lua que acompanha cada uma das cabines. A escolha do piso drenante se deu devido ao grande uso de água nesse espaço, assim como a adoção de calhas, que permite um melhor o escoamento da água.





VISTA C
ESC:1 : 75

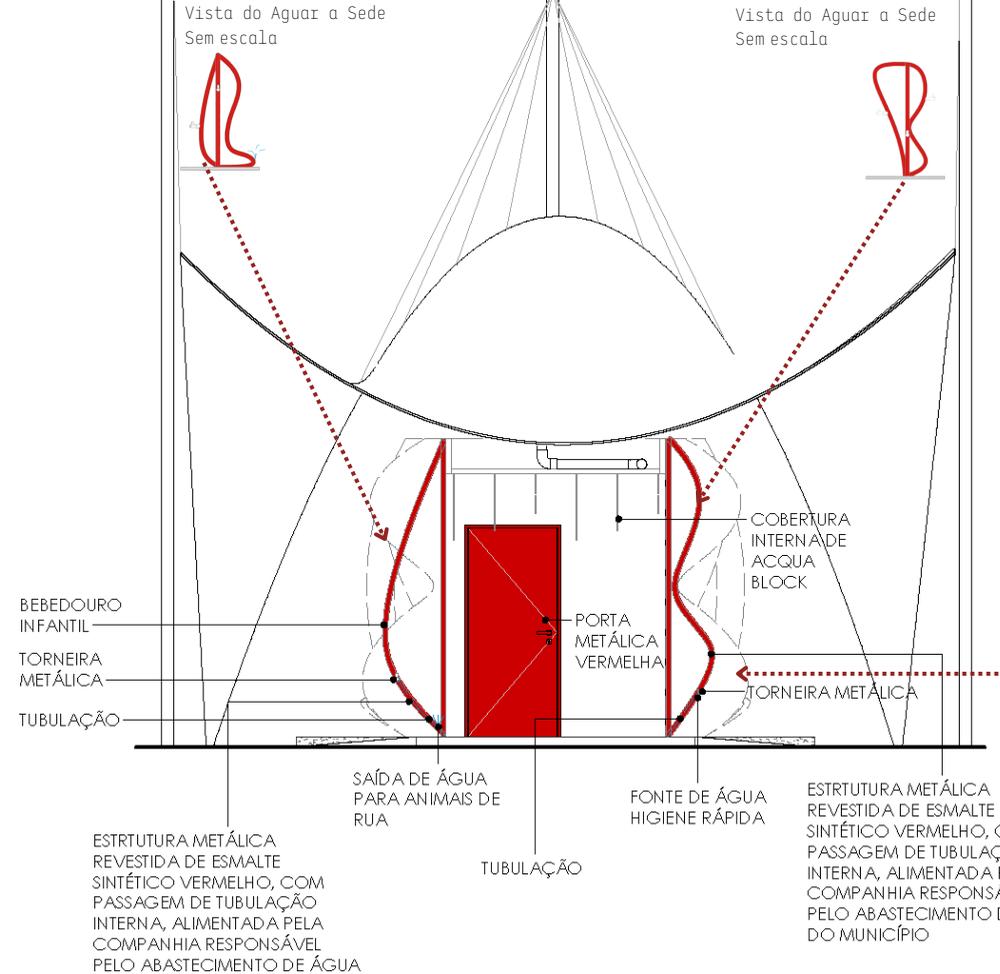


As quatro formas do Aguar a Sede foram separadas, conforme explicado no esquema presente nesta página.

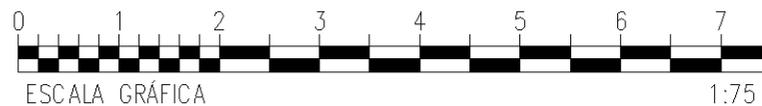
O Aguar e Lavar possui duas cabines de banheiro, cada uma delas, recebeu duas das formas.

Entretanto, para compor melhor a volumetria, essas formas anexadas foram estendidas em dimensão, tanto em altura, quanto em largura, para que se assemelhassem à segunda camada de proteção, presente neste projeto.

Dessa forma, foi retirada uma peça de camada de cada lado para ser substituída pelos bebedouros e fonte de água.



VISTA D
ESC:1 : 75

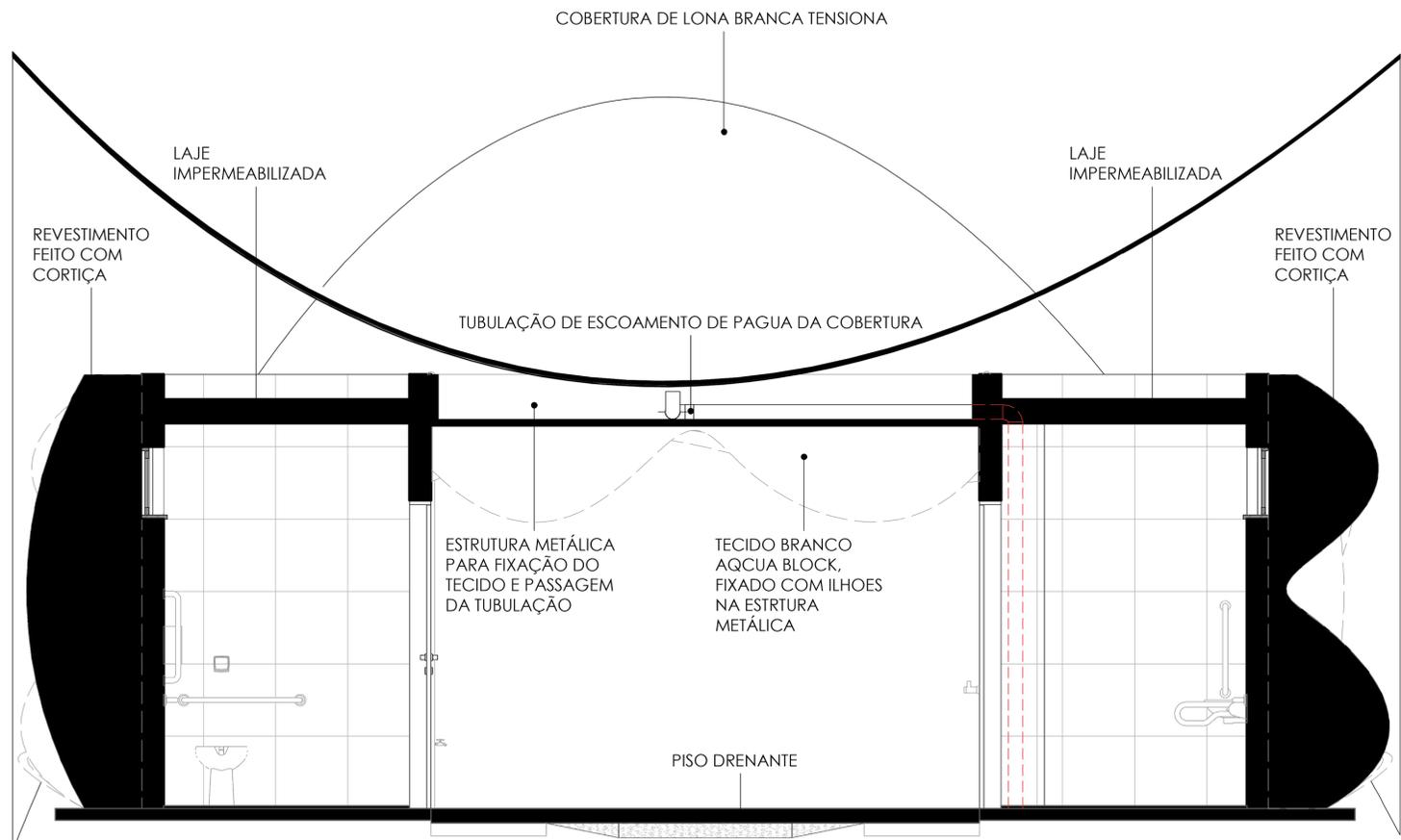


As quatro formas do Aguar a Sede foram separadas, conforme explicado no esquema presente nesta página.

O Aguar e Lavar possui duas cabines unissex de banheiro, cada uma delas, recebeu duas das formas.

Entretanto, para compor melhor a volumetria, essas formas anexadas foram estendidas em dimensão, tanto em altura, quanto em largura, para que se assemelhassem à segunda camada de proteção, o revestimento, presente neste projeto.

Dessa forma, foi retirada uma peça de camada de cada lado para ser substituída pelos bebedouros e fonte de água.



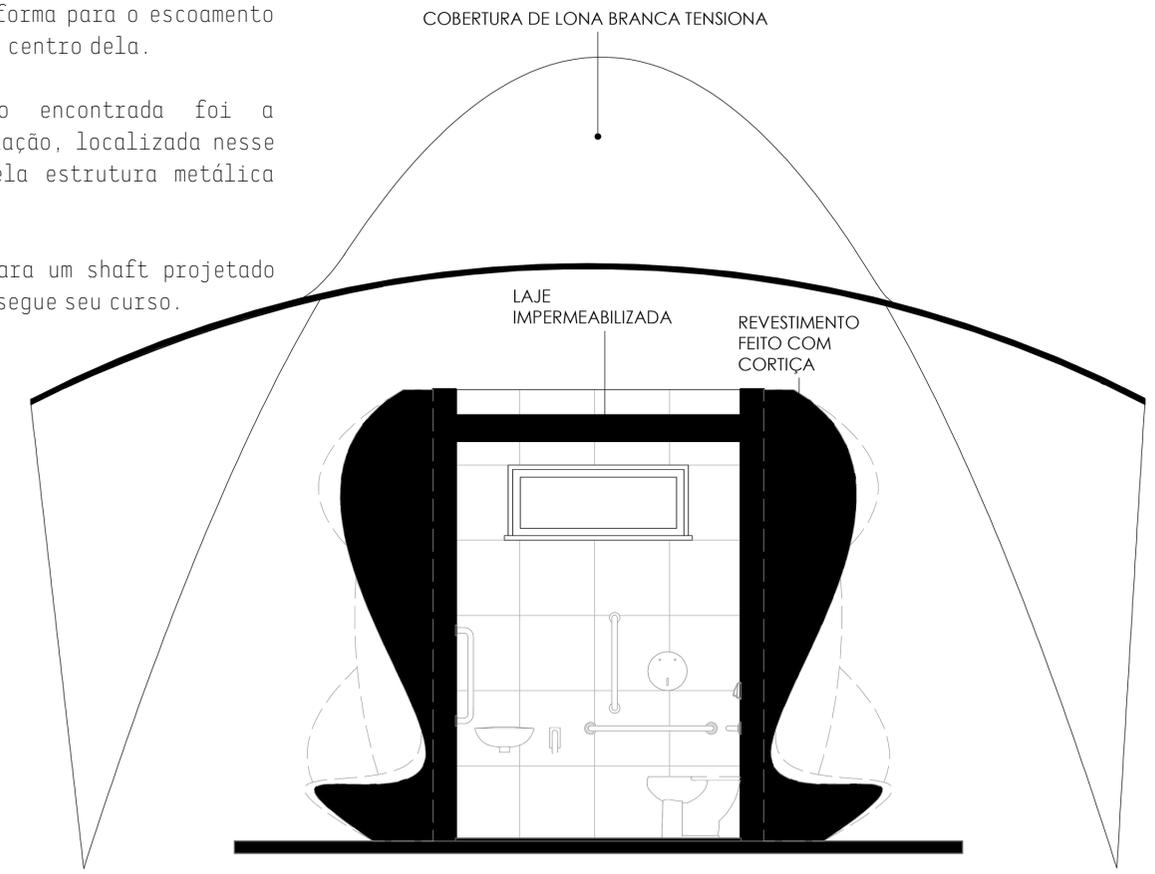
CORTE A
ESC: 1 : 50



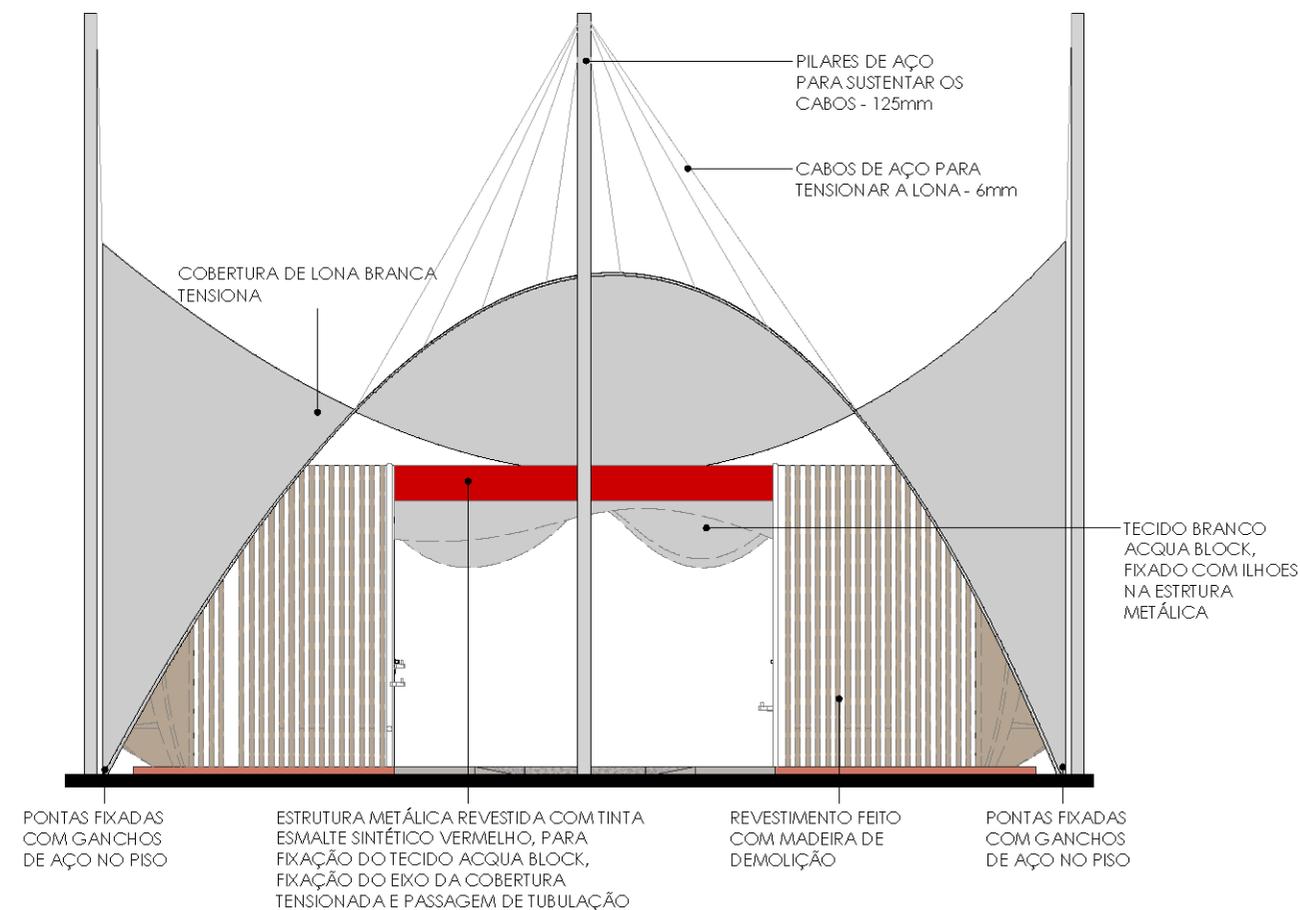
Devido ao volume da cobertura de lona tensionada, foi necessário pensar uma forma para o escoamento da água que se acumularia no centro dela.

Para isso, a solução encontrada foi a implementação de uma tubulação, localizada nesse centro, sendo ocultada pela estrutura metálica apresentada na página 86.

Do centro, ela segue para um shaft projetado dentro de uma das cabines e segue seu curso.

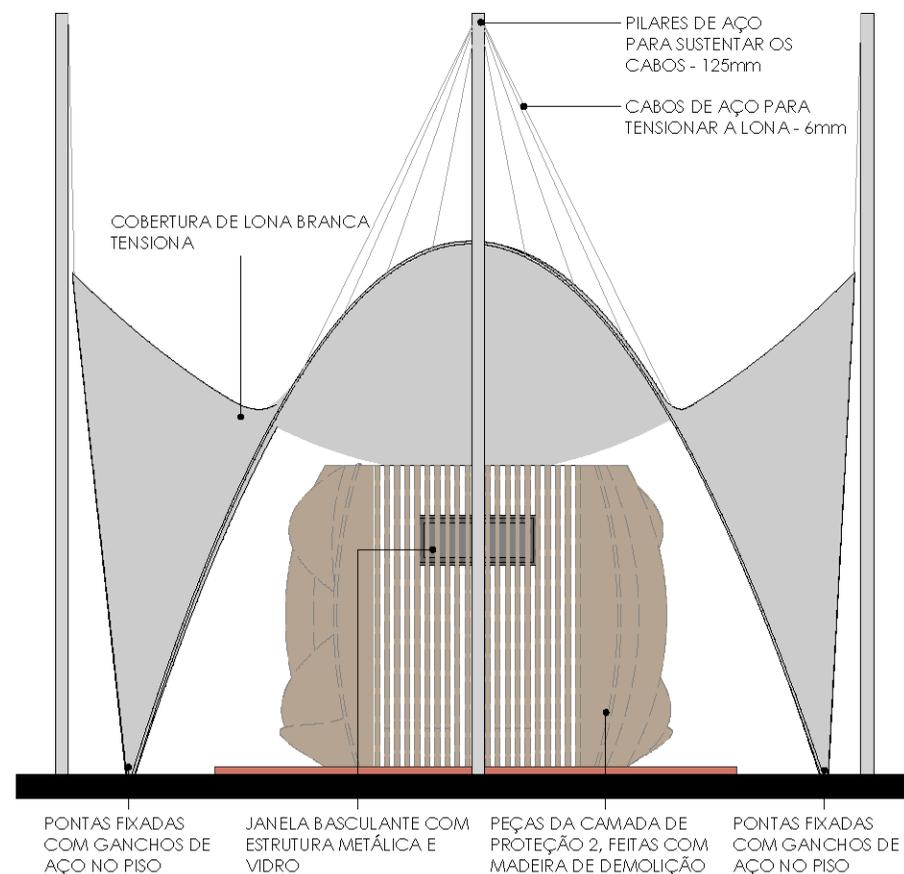


CORTE B
ESC: 1 : 50



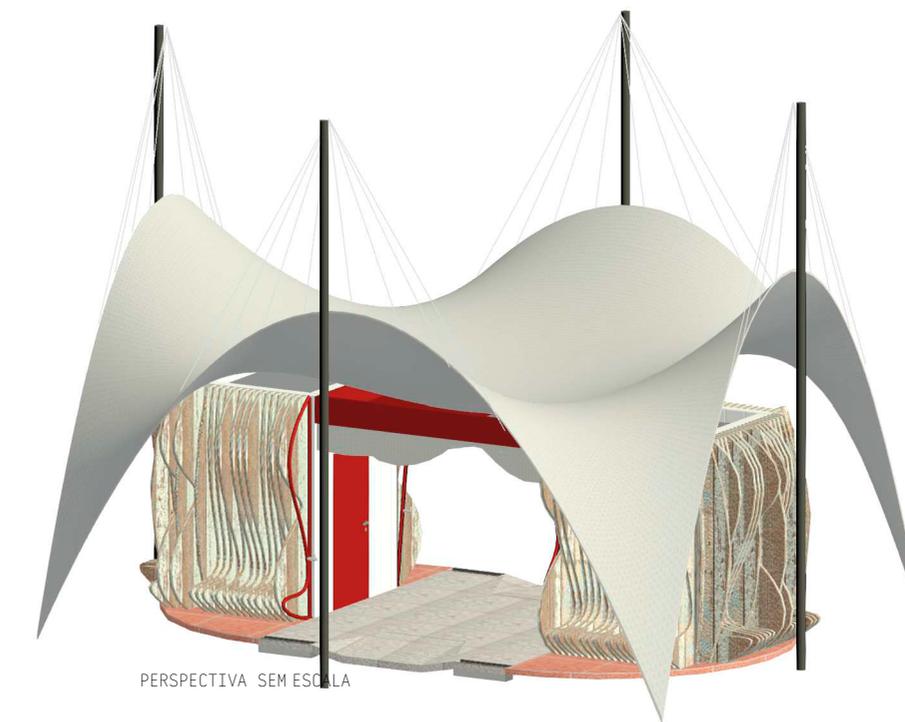
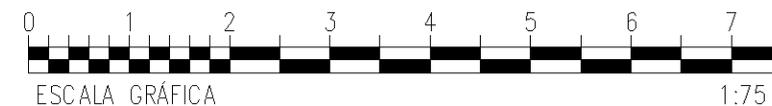
FACHADA A

ESC:1 : 75



FACHADA B

ESC:1 : 75



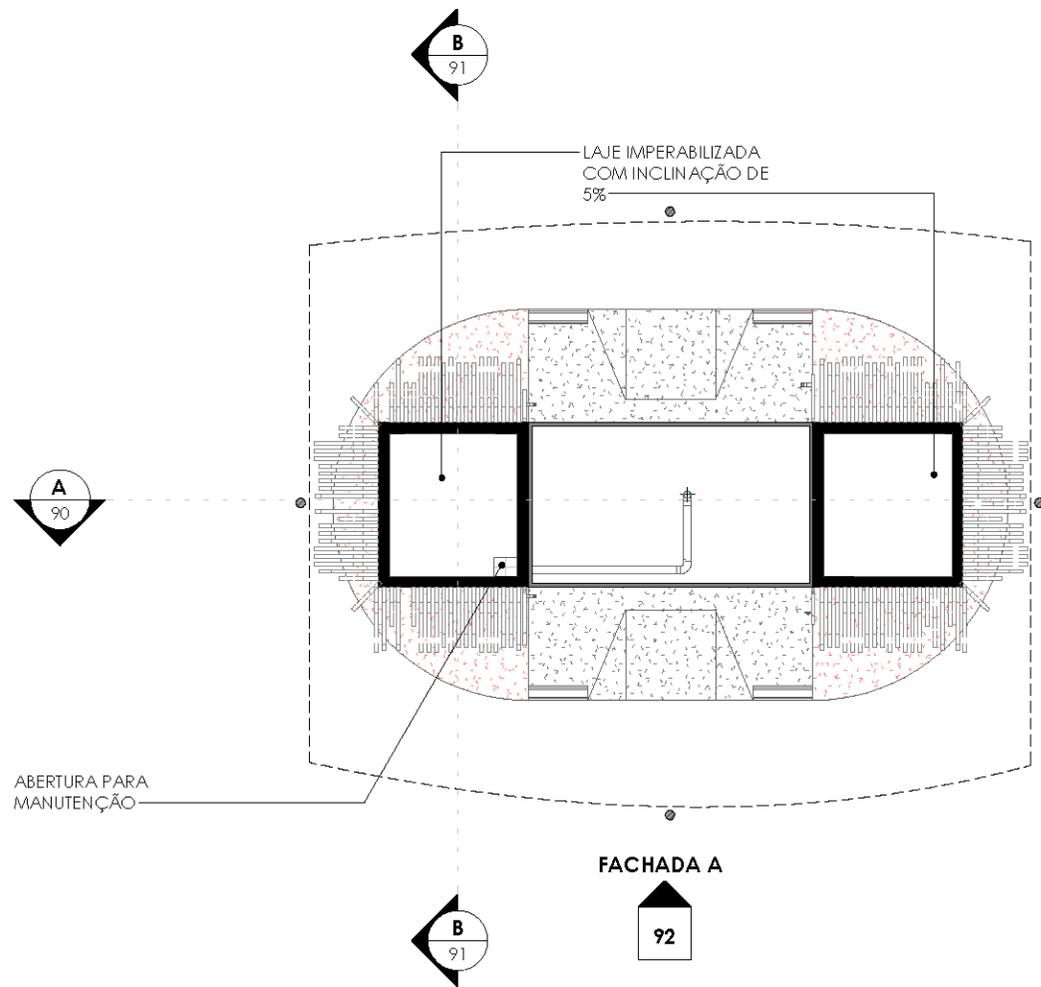
6 Estrutura desenvolvida com orientação de Wecllei Duarte de Souza, Técnico em Edificações pelo CEFET BA - Campus Barreiras (2009); Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (2015); Engenheiro de Segurança do Trabalho pela Universidade Cruzeiro do Sul (2018); Especialista em Pontes pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (2020); e Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações pela Universidade Paulista (2022)

A escolha dos tecidos se deu através do estudo de resistência e funcionalidade.

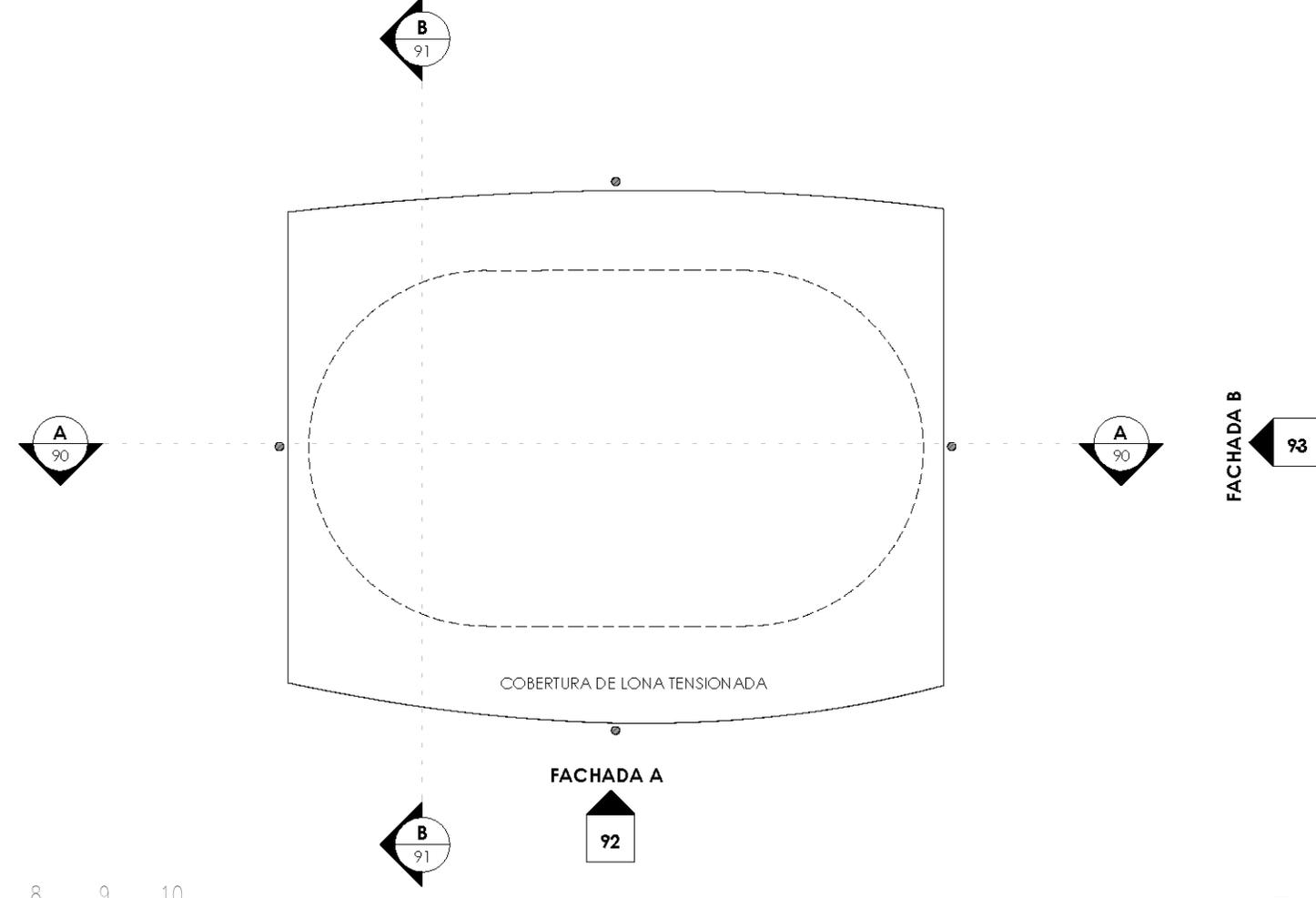
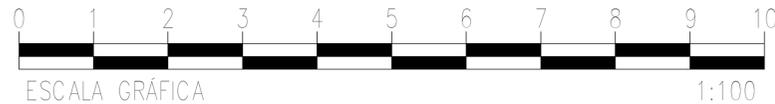
Quanto à lona, é um material comum, de fácil acesso, é recorrentemente utilizado pela população em situação de rua, é impermeável.

Já o tecido Acqua Block, é impermeável, comumente utilizado para revestir mobiliários em áreas externas e tem uma espessura suficiente para ser resistente ao mesmo tempo que permite facilmente uma movimento com vento, proporcionando o efeito desejado ao projeto.

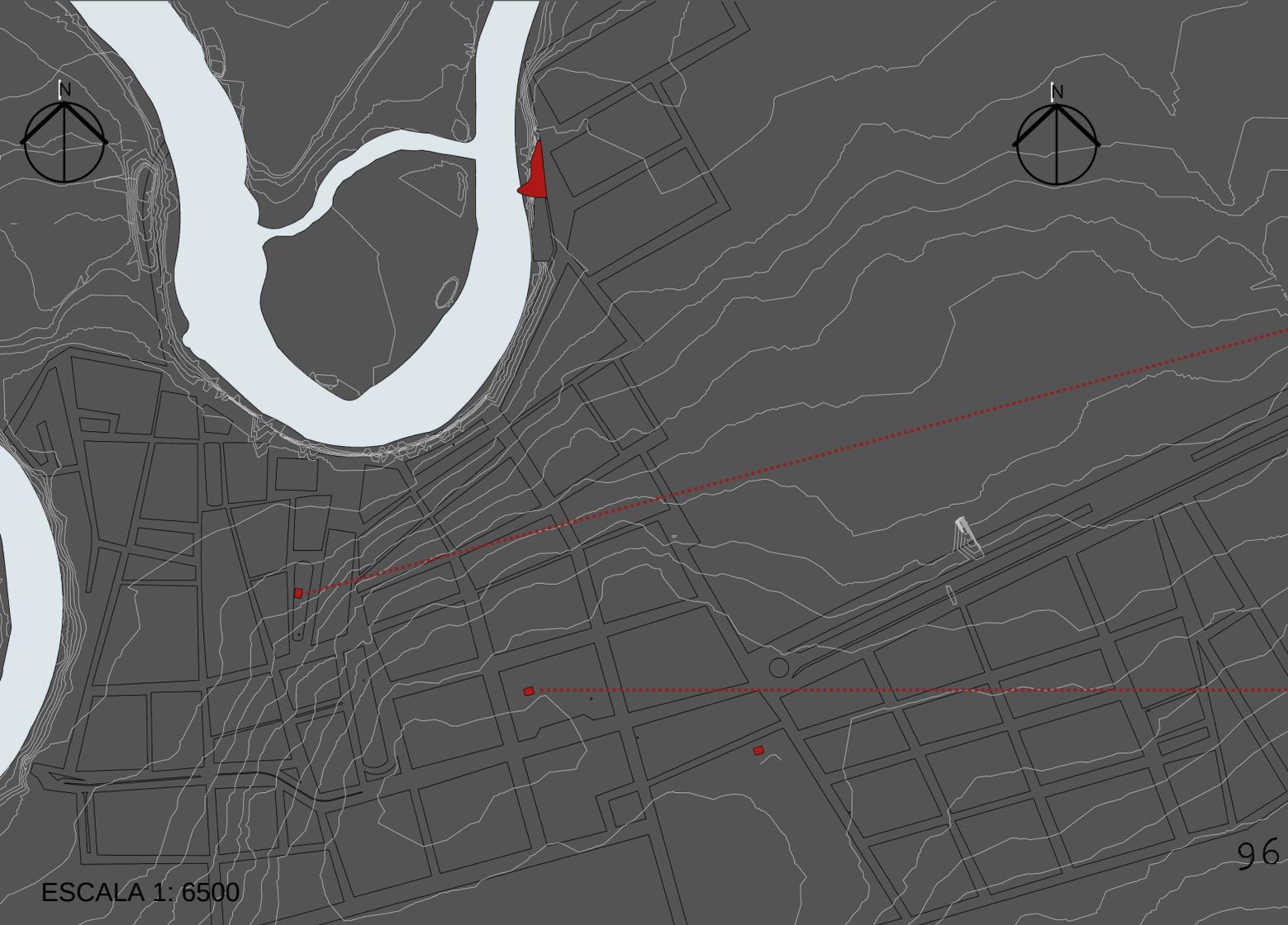
Foi necessário implantar uma estrutura metálica⁶, para o tensionamento da lona. Os quatro pilares, possuem cada, 125mm de diâmetro, enquanto que os cabos de aço, são de 6mm.



94 **PLANTA BAIXA DE COBERTURA 1**
ESC: 1 : 100



95 **PLANTA BAIXA DE COBERTURA 2**
ESC: 1 : 100

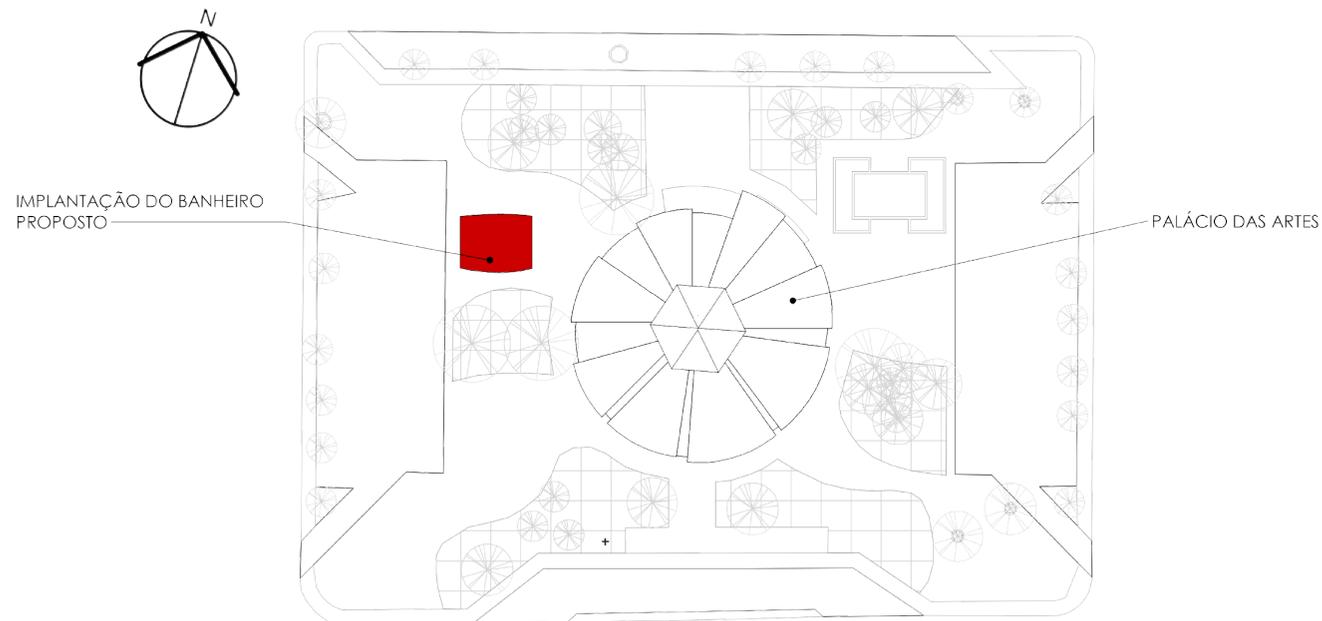


COLAGENS FEITAS PELA AUTORA ATRAVÉS DE IMAGENS DO GOOGLE MAPS

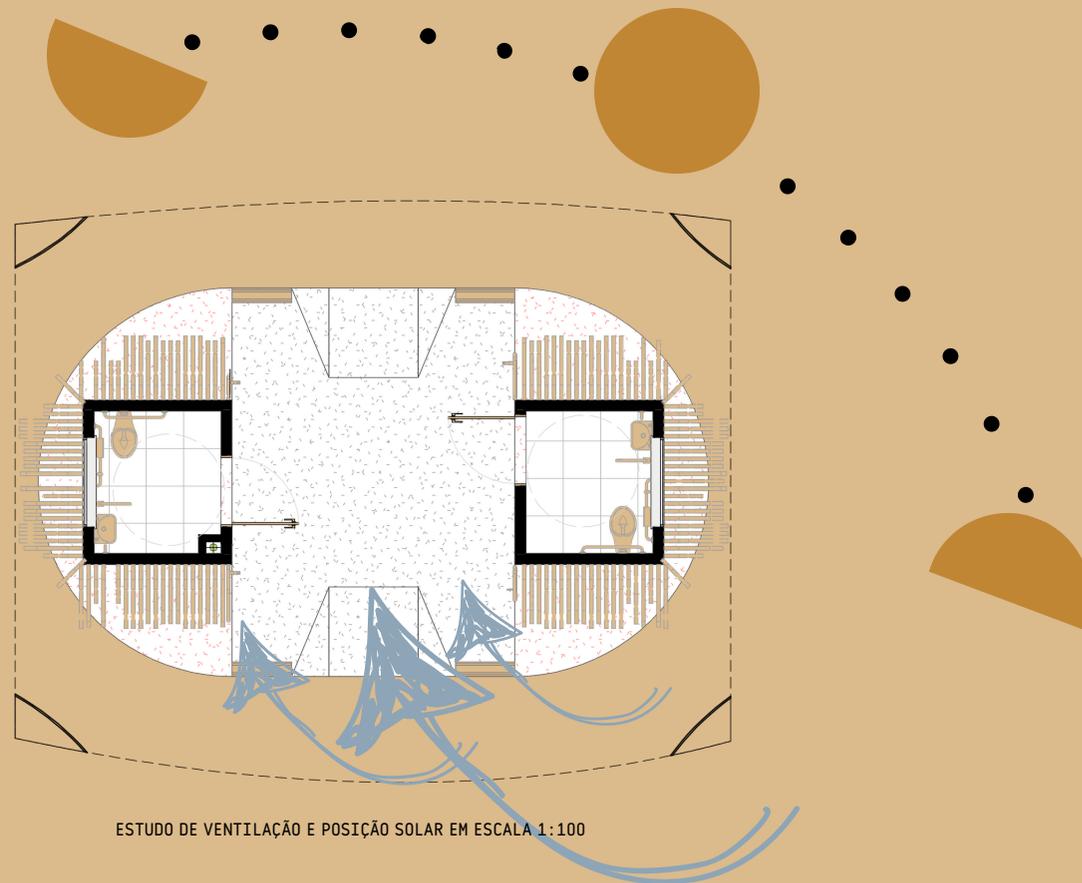


A Praça das Corujas é um ponto central da cidade, sendo constantemente frequentado por pessoas em situação de rua. A escolha dos terrenos para a aplicação do banheiro se deu a partir dos usos observados e da distância entre as atividades desenvolvidas pelo público alvo, para que seja possível acessá-los de maneira rápida ao sentir necessidade.

A posição do banheiro nesse ponto, reflete uma análise de fluxo e usos da praça, de forma que possa respeitar a circulação do espaço existente e do espaço proposto.



IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NA PRAÇA DAS CORUJAS EM ESCALA 1:1000

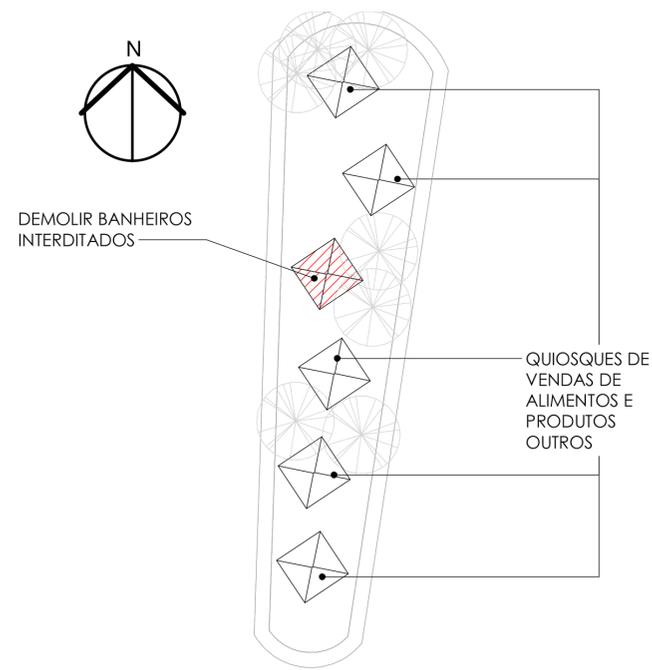


ESTUDO DE VENTILAÇÃO E POSIÇÃO SOLAR EM ESCALA 1:100

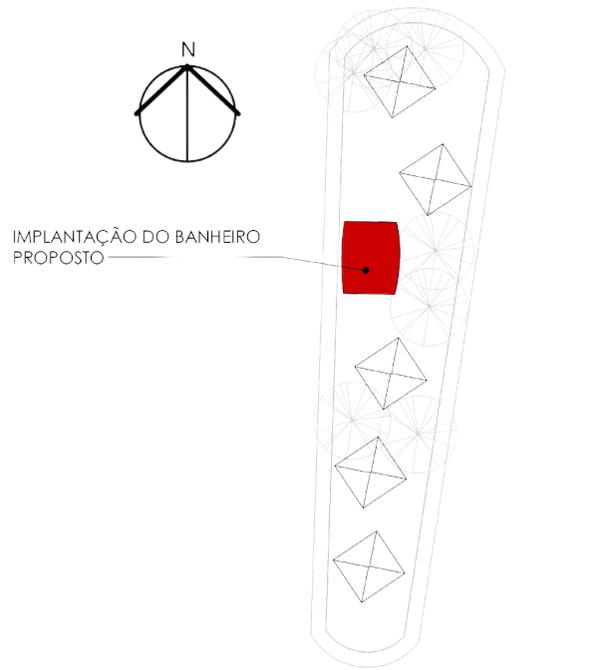
A partir desse estudo, foi possível perceber que a face norte, que mais receberá incidência solar, está na cabine direita, entretanto, devido a camada de revestimento com madeira de demolição, o efeito do sol será amenizado, proporcionando um melhor conforto térmico. Enquanto que a ventilação, que ocorre na cidade com predominância pelo Leste, terá maior influência na circulação entre cabines.

Conforme observado em campo, na Praça de Alimentação, funcionavam dois banheiros, um feminino e outro masculino, entretanto, embora a edificação ainda esteja ali, ambos estão fechados. Dessa forma, foi pensada a demolição dessa estrutura existente para implantação do projeto Aguar e Lavar.

O banheiro foi posicionado no início no local em que o antigo foi demolido, sendo rotacionado para garantir uma circulação flúida.

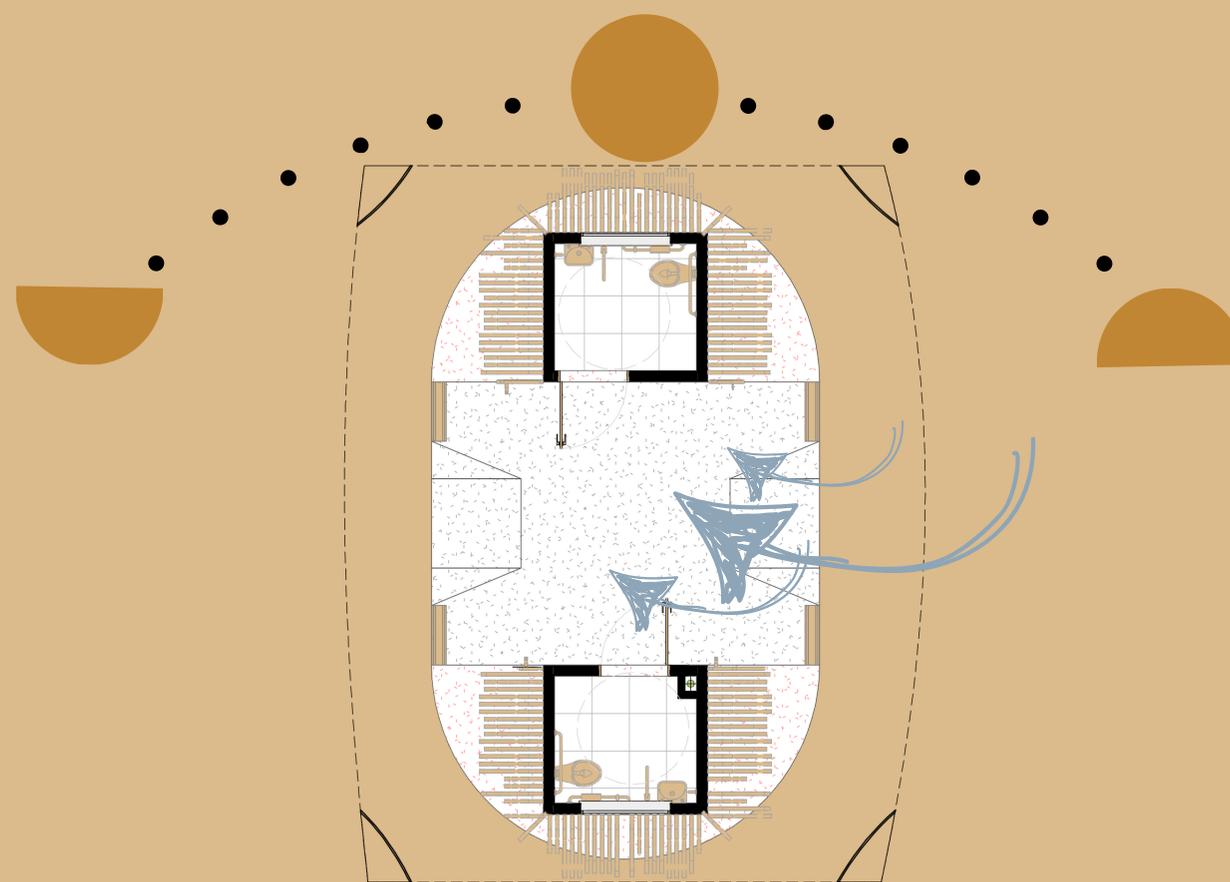


VISTA SUPERIOR EXISTENTE DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, COM PROPOSTA DE DEMOLIÇÃO, EM ESCALA 1:1000



IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO EM ESCALA 1:1000

100



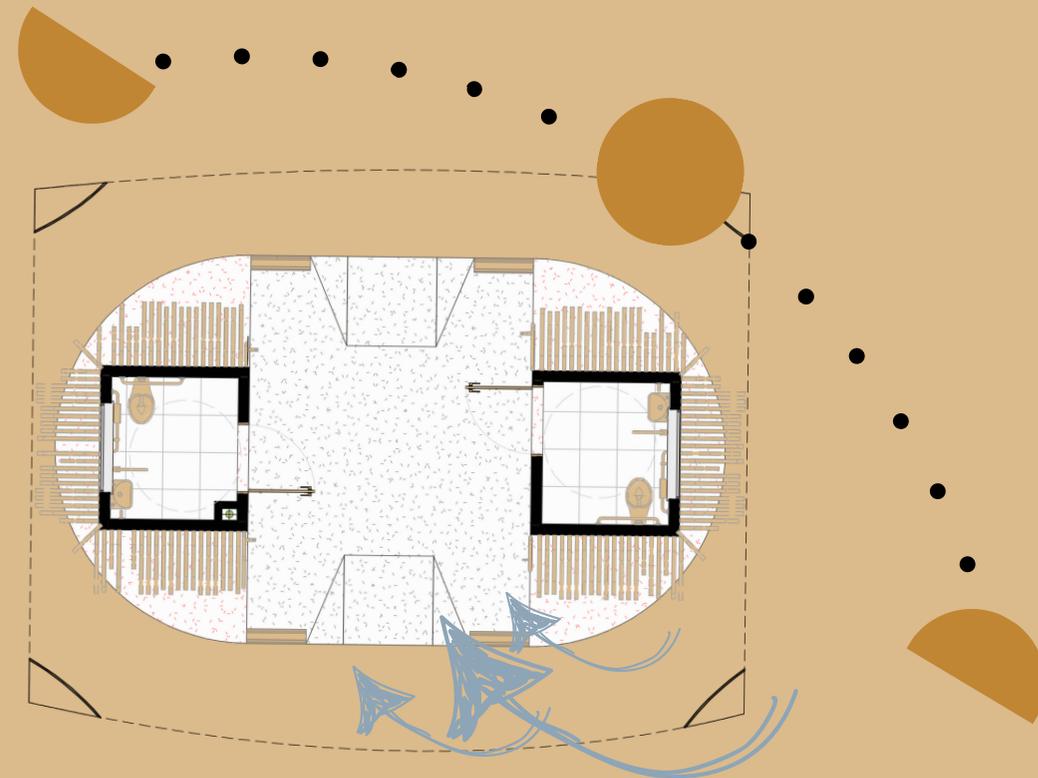
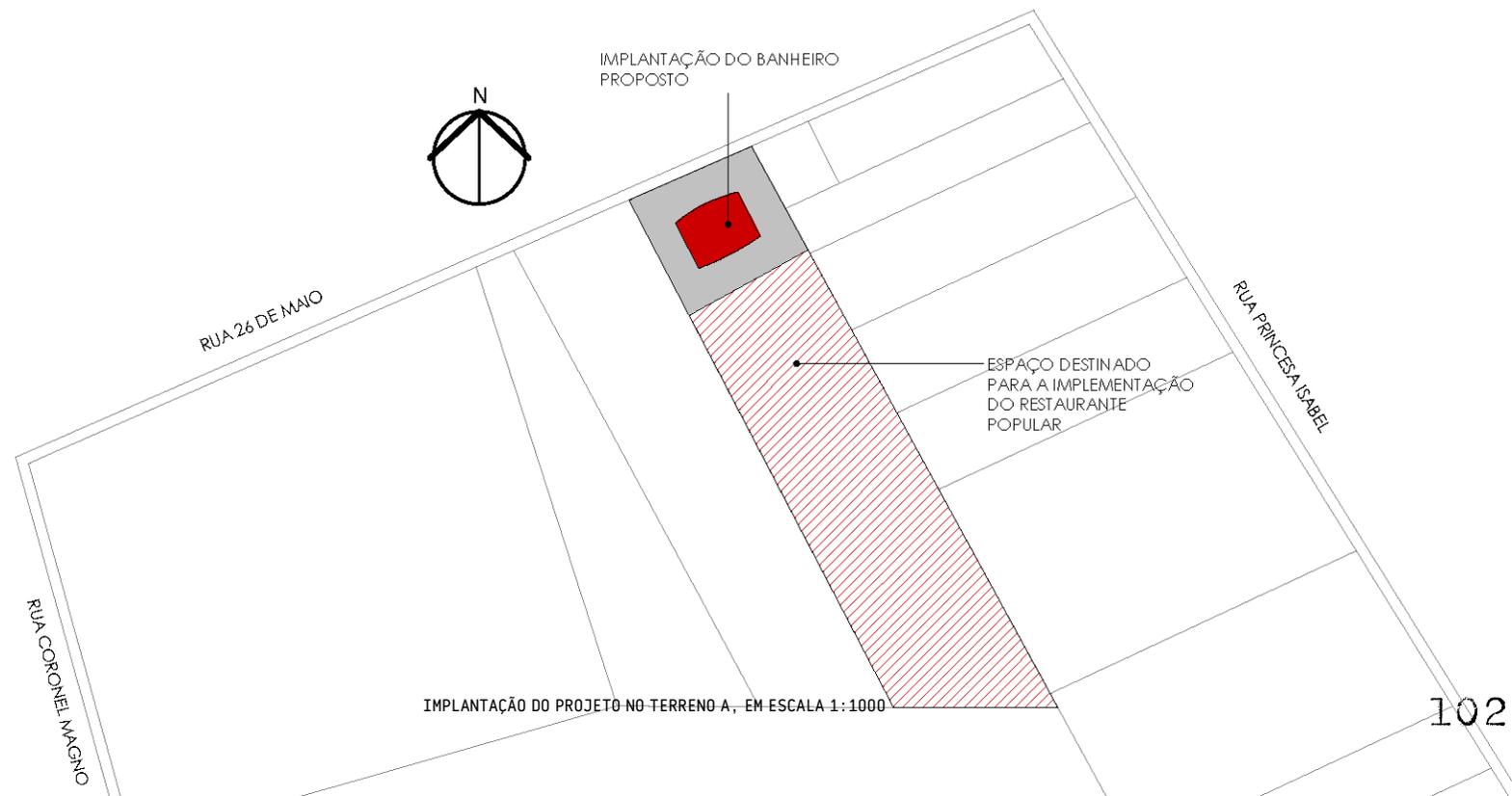
ESTUDO DE VENTILAÇÃO E POSIÇÃO SOLAR EM ESCALA 1:100

A partir desse estudo, foi possível perceber que a face norte, que mais receberá incidência solar, está o centro da cabine direita, entretanto, devido a camada de revestimento com madeira de demolição e da presença da janela, o efeito do sol será amenizado, proporcionando um melhor conforto térmico. Enquanto que a ventilação, que ocorre na cidade com predominância pelo Leste, terá maior influência na circulação entre cabines.

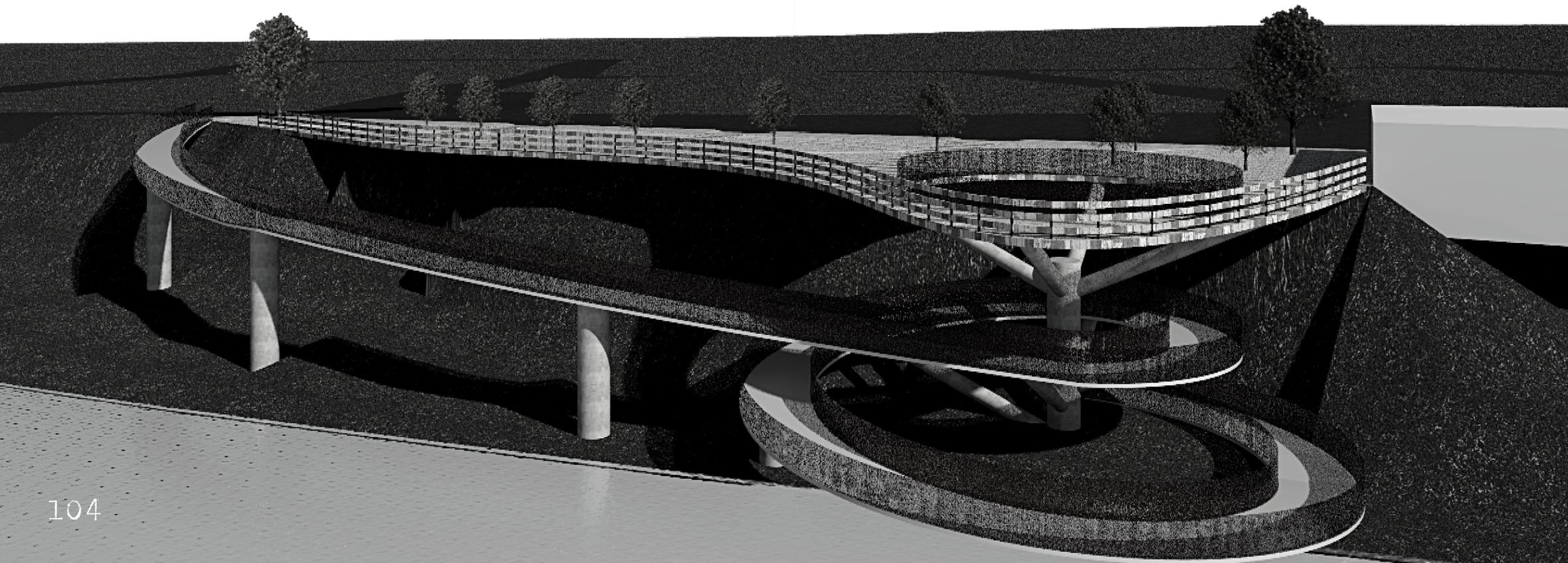
101

No Terreno A, conforme localizado na página 74, o banheiro foi posicionado logo no início, de forma que seja possível aproveitar a sua extensão para a aplicação da diretriz proposta, do restaurante popular.

Descolado de todas as faces, para que a circulação aconteça de forma fluida e não interrompa as possíveis apropriações da segunda camada.



A partir desse estudo, foi possível perceber que a face norte, que mais receberá incidência solar, está na cabine direita, entretanto, devido a camada de revestimento com madeira de demolição, o efeito do sol será amenizado, proporcionando um melhor conforto térmico. Enquanto que a ventilação, que ocorre na cidade com predominância pelo Leste, terá maior influência na circulação entre cabines.

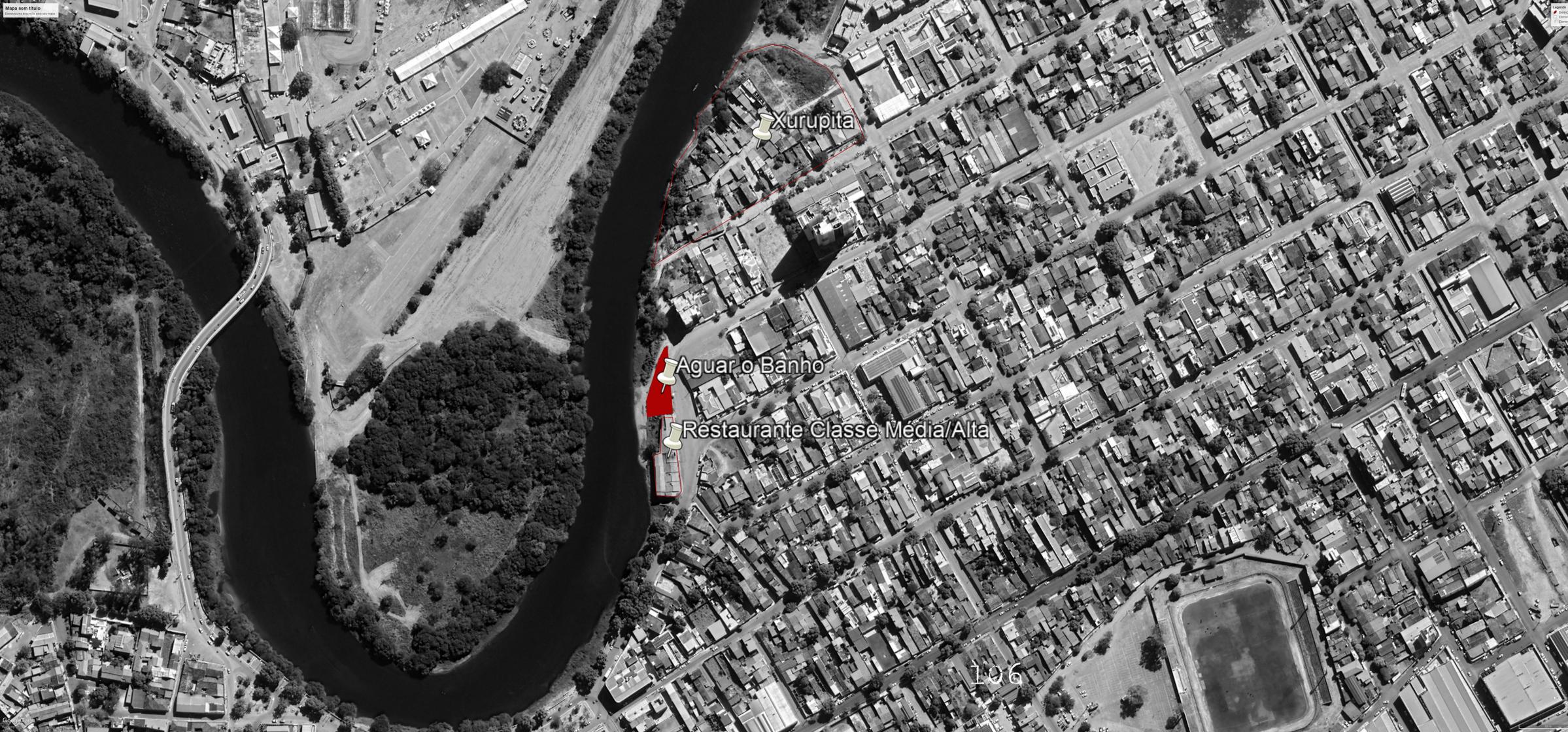


2.3. AGUAR O BANHO

Para essa parte do projeto, o AGUADOURO proporciona uma área de banho pública.

Também foi pensada na utilização de materiais de fácil acesso e a ideia se baseia na presença da água como uma extensão do rio proporcionando lazer e higiene, através de esguichos d'água.

O espaço tem o intuito de destacar os esguichos, que proporcionam o uso principal: AGUAR O BANHO. Além disso, há um deck com vista para o rio que possui uma queda d'água para a área inferior, gerando uma outra fonte de banho. E uma rampa em formato helicoidal, rememorando à forma do caracol, que permite acesso ao rio e à essa outra fonte, com uma inclinação de 8,33%.



Localizada no terreno C, uma área onde é comum notar a presença do público alvo no início da manhã, aos finais de semana e no final da tarde, mas que majoritariamente é marcada pela presença de moradores e frequentantes com alto poder aquisitivo, ao lado de um restaurante de classe média/alta como uma forma de ruptura das barreiras e provocação, mostrando que o espaço urbano da cidade de Barreiras é de todos os seus habitantes. Ao mesmo tempo, esse terreno faz fronteira com a comunidade Xurupita ocupada e construída inicialmente por pessoas que viviam em situação de rua.

O terreno está em uma ZOC, conforme explicado na análise da legislação, é uma área que não permite a construção de edificações, entretanto, a proposta consiste em uma praça, área pública não coberta e que atende uma demanda do espaço.

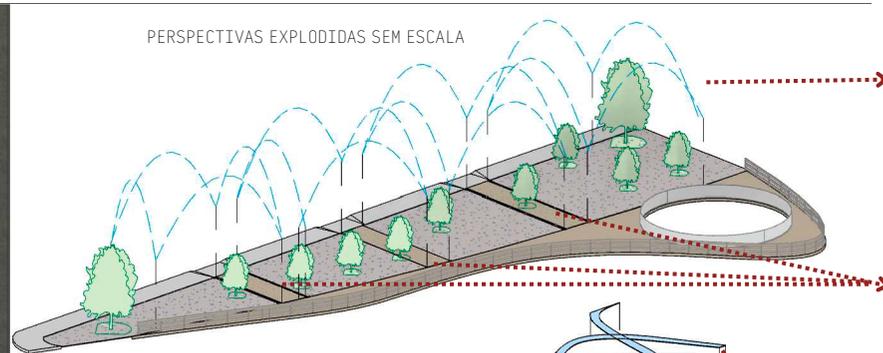


VISTA SUPERIOR - AGUAR O BANHO

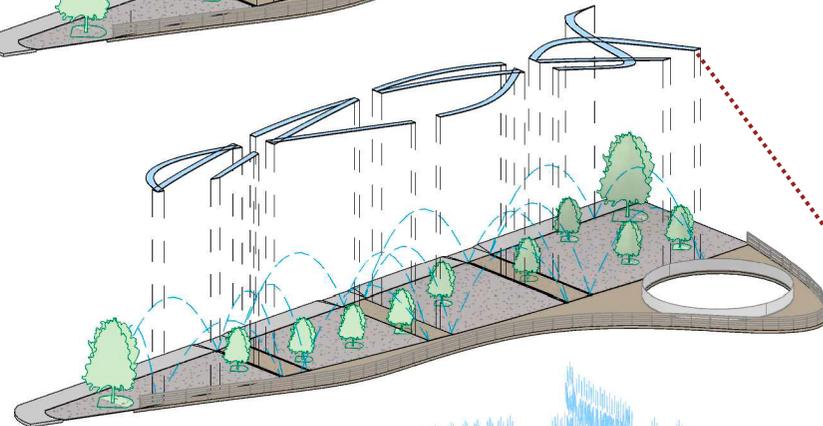
ESC: 1 : 500



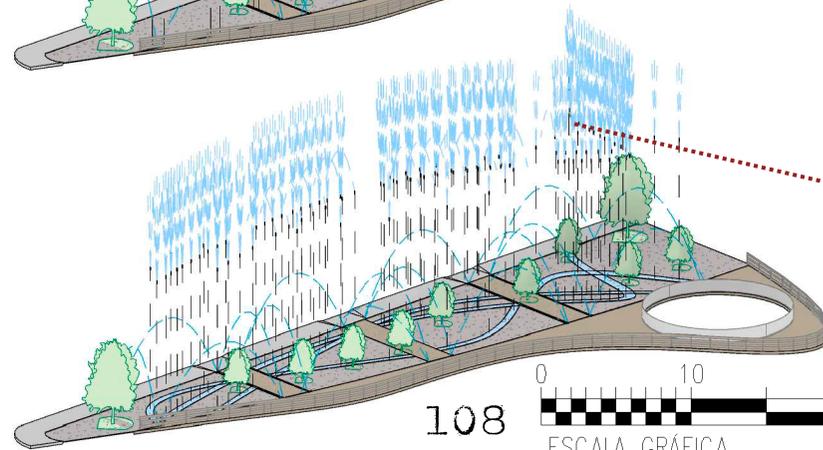
PERSPECTIVAS EXPLODIDAS SEM ESCALA



Os arcos formados pelos esguichos, foram pensados para rememorar a cobertura utilizada no projeto Aguar e Lavar e trazer a mesma sensação: acolhimento; porém, nesse aguadouro, o elemento que abraça os usuários é a água.



A composição dos arcos é interrompido em três partes para permitir uma passagem seca, de modo que os usuários podem optar por deixar ser aguado, ou não.



As curvas do piso, foram inspiradas nas formas do revestimento do projeto Aguar e Lavar.

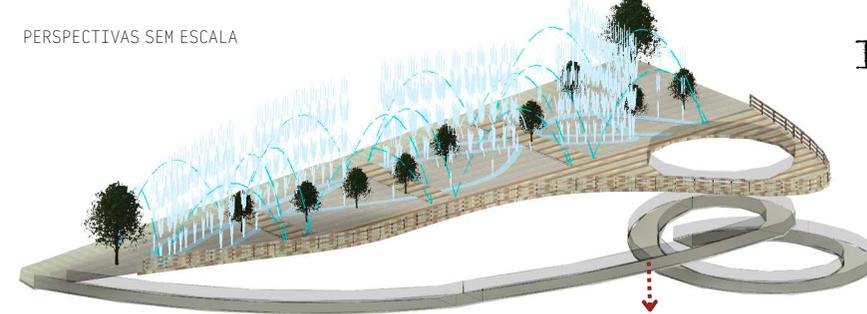
E, os esguichos presentes no meio dos arcos, acompanham o percurso feito pelas curvas do piso.

108



PERSPECTIVAS SEM ESCALA

109



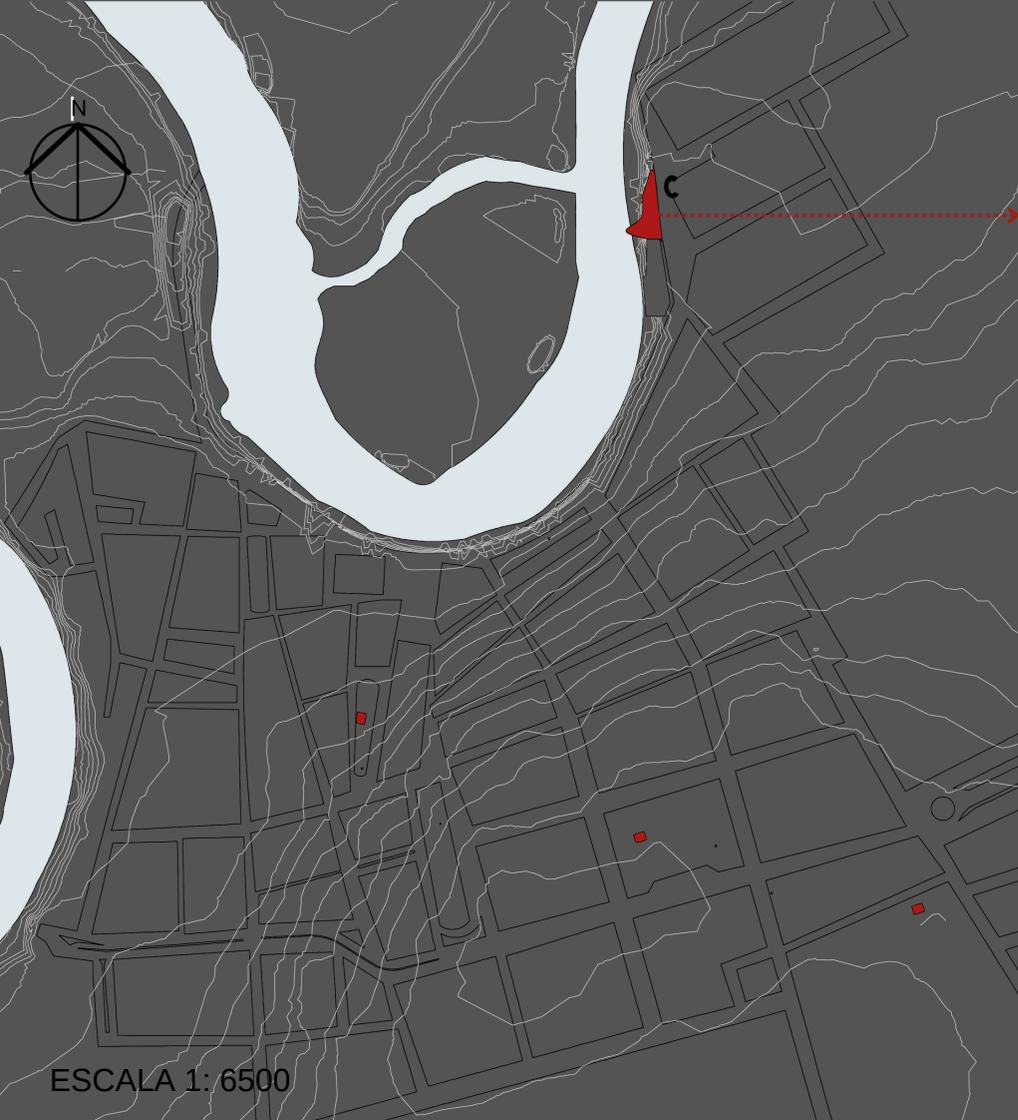
A rampa curvilínea foi uma solução encontrada para vencer a altura de mais de 7m, dentro da inclinação, prevista na NBR9050, de 8,33%, além de seguir uma forma desenvolvida a partir da desconstrução do caracol.

Seu guarda-corpo é de tela metálica para possibilitar a visualização tanto do que acontece no percurso, quanto da vista para o rio. E possui corrimão de duas alturas dos dois lados a 70cm do piso.



Precisou ser implementada uma estrutura de concreto⁷ para a sustentação da rampa e do vazio circular [criado para possibilitar uma amplitude da vista do percurso da rampa, e do rio].

⁷ Estrutura desenvolvida com orientação de Weclslei Duarte de Souza, Técnico em Edificações pelo CEFET BA - Campus Barreiras (2009); Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (2015); Engenheiro de Segurança do Trabalho pela Universidade Cruzeiro do Sul (2018); Especialista em Pontes pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (2020); e Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações pela Universidade Paulista (2022)



ESCALA 1: 6500



112

COLAGEM FEITA PELA AUTORA ATRAVÉS DE IMAGENS DO GOOGLE MAPS

113

Do lado direito, trago a primeira página de anotações deste meu caderno. Enxergo ela como fundamental para mostrar como os processos não são lineares, são curvos, desviam, perpassam, mas fazem voltas, e nessas voltas, as pontas finais se encontram com as iniciais, de forma cíclica.

As curvas foram usadas no conceito e nos volumes do projeto, e aqui, as curvas do meu processo se abraçaram no meu ponto de partida.

Rua que acolhe. Banhos Públicos, Bebedouros Públicos, Banheiros Públicos. O AGUADOURO sempre esteve aqui.

E ainda estou no processo de responder como me identifico Arquiteta e Urbanista, mas por enquanto, poderia dizer que: sou um meio de transformação de espaços e dito isso, escolho não fechar os olhos para as pessoas que tem acesso, constantemente, negado a eles.

COMO ME IDENTIFICO ARQUITETA E URBANISTA?

TEMA: HABITAÇÃO SOCIAL PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA LAZER URBANO

14/04/2022

ENTENDER A MOVIMENTAÇÃO
 ↳ FIXAR VEM DA NECESSIDADE DE QUEM?

• FALTA DE GOVERNAMENTOS PÚBLICOS

QUAIS POSSIBILIDADES DE RESULTADO PI ALÉM DA HABITAÇÃO?

• DESCOBRIR O NOME DO URBÃO QUE PRESTA APOIO À ESSAS PESSOAS

↳ VISITÁ-LOS PI CONVERSAR E TENTAR ENTENDER A DINÂMICA

MOTEL LASTE → DOU → INICÍO DE "CLAUSAS PERSONALIZADAS"

↳ DAR CONDIÇÃO PI DE NADA MUDANÇA E ENTENDER A SERVIÇOS AU INÍCIO DO CAMPO A MUDANÇA

PLANO DE TRABALHO ≠ DÚSSIDE

↳ TRANSPARÊNCIA

• PONTO DE LIGAÇÃO NA RUA JUNTO PI FEIÇA → DOMÍNIOS

↳ FALTA FORMAÇÃO E RUA DE FEIÇA

• CASA DAS ENFALAGENS

• "A CHOVA DE JO SOLHADA" ↳ PARA DAS CURVAS

→ ENTENDER A DINÂMICA

GERAR FONTE DE RENDA?

BANHOS PÚBLICOS

BEBEDOUROS PÚBLICOS

BANHEIROS PÚBLICOS

PISAS PÚBLICAS

MARKAS? PERCEPÇÕES? SENSACIONES?

• ÁREAS VERDES

• HORIZONTALIDADE DO EMPONENLEN?

• CENTRALIDADE

• DIFERENÇA ENTRE RUA

DISCRIMINAÇÃO

NOMADISMO

COMO INTERVIR NO ESPAÇO PÚBLICO PI QUE SEJA ACOHE-DOR?

RUA QUE ACOHE

"MULHERIZANTE"

ABRIR

CÍRCULO

• OBSERVA "CASA ABANDONADA" NO PUNTO QUADRADO E RUA TENDOS E NÃO 7 30.

• CASA DE ALGUMA PI RUA FORMADO

• CÍRCULO BOLINA

• ALBERG

116

FECHO

E o motivo todo mundo já conhece é que o de cima sobe e o de baixo desce
 Xibom Bombom - As meninas

Gostaria de salientar que este trabalho não teve o intuito de discutir quando a existência da população em situação de rua se torna uma questão urbana nem ao menos apresentar uma solução "mágica/milagrosa" que colocasse fim à essa situação, muito porque a arquitetura e o urbanismo, isolados, não são capazes de resolver o que uma existência inteira de desigualdade socio-econômico-racial vem provocando. A fome, a pobreza, a miséria, são consequências de condutas políticas sempre relacionadas ao crescimento de uns em detrimento da decadência de outros. Por outro lado, embora não seja o suficiente para findar as mazelas sociais, eu acredito e defendo a aplicação da arquitetura e urbanismo como instrumento de intervenção social-ambiental. Afinal, apesar de ser uma área muito difundida enquanto artigo de luxo e de acesso restrito aos de grande poder aquisitivo, a arquitetura e urbanismo é uma ferramenta política e deveria ser utilizada para o benefício de todos, sem exceção. Então, o que foi apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso é:

1. uma tentativa de mostrar a [re]existência das pessoas em situação de rua através da análise de dados gerais e do habitar no espaço urbano de Barreiras-BA, minha cidade de nascimento e residência;

1. uma busca por fomentar a discussão de que as cidades precisam começar a ser pensadas para elas, de forma inclusiva e acessível;
2. proposições para o espaço urbano ser mais acolhedor com essas pessoas.

Embora o poder público não seja propenso a executar projetos, como esses que aqui foram apresentados, para pessoas em situação de rua, e não por ser de difícil execução, uma vez que a materialidade foi pensada para ser de fácil acesso no local, mas sim, pela população que será beneficiada, para quem eles serão feitos. Entretanto, este TCC é um enfrentamento a essa realidade, é uma tentativa de mostrar que esse público faz parte dos habitantes da cidade e tem direitos a serem cumpridos; é uma provocação aos profissionais da área da Arquitetura e Urbanismo a respeito do seu papel nesse tema; é ir contra o padrão de habitação sempre proposto. O conjunto Habita[rua]cional vai contra as barreiras, é um contraponto ao que é construído, é sobre habitar com dignidade uma rua que acolhe.

REFERÊNCIAS:

BARREIRAS, Prefeitura. **Plano Diretor Participativo**. Barreiras - BA. 2019.

BECHLER, Janaína. **Deriva parada**. Redobra número 10. ano 3, 2012.

BR, CAU. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. Acesso em: <https://www.caubr.gov.br/?s=habitar&x=0&y=0> 29 jun 2022.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica. **Rua: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua**. In: Rua: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua, p. 85-93, 2009.

DE ANDRADE ABREU, Fellipe et al. MITO E REALIDADE NA ARQUITETURA. **Veredas Favip-Revista Eletrônica de Ciências**, v. 4, n. 1, p.15, 2013.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. p 202, 1998

BRASIL, Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GIERMANN, Holly. Como a "arquitetura defensiva" está criando cidades inabitáveis. **ArchDaily**, 2015. Acesso em: <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos> 29 jul 2022

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. Teoria, n. 5-6, 1975.

LANGUAGES, Oxford. **Dicionário**. Acesso em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> 30 jun 2022.

LEI Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada. **Agência Senado**, 2022. Acesso em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada> 06 jan 2023.

LOPES, Jana Miranda Mendes. **O Transbordar da Rua: A Apropriação dos Espaços Públicos pelos Moradores de Rua**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Bahia. 2010

MORAES, Igor de Lima. **Conexões, Memórias e vivências: das B'arreiras ao acesso e do centro à margem Histórica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Barreiras. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA - MNPR. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua**. Brasília: MDS, UNESCO, Instituto Pólis, 2010. Disponível em: . Acesso em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf 14 abr. 2022.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço público: ação política e práticas de apropriação**. Conceito e procedências, v. 9, n. 2, 2009.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil [setembro de 2012 a março de 2020]**. In: Estimativa da população em situação de rua no Brasil [setembro de 2012 a março de 2020], p. 10-11, 2020.

PRIORI, Josimar. **De mendigos a população**. Revista Espaço Acadêmico, v. 19, n. 219, 2019.

PRISTA, Ant3nio. **Sedentarismo, urbanização e transição epidemiológica**. Revista Científica da UEM: Série Ciências Biomédicas e Saúde Pública, v. 1, 2012.

PROJETO prevê a inclusão da população e m situação de rua no IBGE. **Agência Senado**, 2020. Acesso em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/11/projeto-preve-a-inclusao-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-ibge> 20 mai 2022.

QUINTAO, Paula Rochlitz. **Morar na rua: há projeto possível?**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, p.19, 2007. Acesso em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=B8-eOMPmpZc&oi=fnd&pg=PA19&dq=o+espa%C3%A7o+do+cidad%C3%A3o+&ots=F46y0VZtpP&sig=1jRd1nTRSgHUCeuaZ5HLD_U-KVc#v=onepage&q=o%20espa%C3%A7o%20do%20cidad%C3%A3o&f=false 20 jun 2022.

TAHARA, Akemi. **Abrigo-Origami-Container**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Bahia. 2004. Acesso em: http://www.tfg-arquitetura.ufba.br/tfgs_calourada_2004/akemi/akemi_marcos.htm

SOUZA E PEREIRA, Eduardo e Matheus. **Arquitetura Hostil: A Cidade é Para Todos?**. **ArchDaily**, 2018. Acesso em: <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos> 28 jun 2022.

